



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES – CH  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**MAGNO DE OLIVEIRA CRUZ**

**“EM PROL DO PROGRESSO INTELECTUAL E MATERIAL DESTA  
GRANDE ZONA SERTANEJA”: IDEAIS DE PROGRESSO E MODERNIDADE  
EM FEIRA DE SANTANA-BAHIA NO JORNAL FOLHA DO NORTE (1909-  
1940).**

**Campina Grande – PB**

**2016**

MAGNO DE OLIVEIRA CRUZ

**“EM PROL DO PROGRESSO INTELECTUAL E MATERIAL DESTA  
GRANDE ZONA SERTANEJA”: IDEAIS DE PROGRESSO E MODERNIDADE  
EM FEIRA DE SANTANA-BAHIA NO JORNAL FOLHA DO NORTE (1909-  
1940).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG-PB)

Co-orientador: Prof. Dra. Estefânia Knotz Kanguçu (PUC-SP)

Campina Grande – PB

2016

MAGNO DE OLIVEIRA CRUZ

**“EM PROL DO PROGRESSO INTELECTUAL E MATERIAL DESTA  
GRANDE ZONA SERTANEJA”: IDEAIS DE PROGRESSO E MODERNIDADE  
EM FEIRA DE SANTANA-BAHIA NO JORNAL FOLHA DO NORTE (1909-  
1940).**

Dissertação de Mestrado Aprovada em: 27/09/2016

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (PPGH/UFCG)

Orientador

---

Prof. Dr. Severino Cabral Filho (PPGH/UFCG)

Examinador Interno

---

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB)

Examinadora Externa

Campina Grande-PB

2016

C957e

Cruz, Magno de Oliveira.

“Em prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja”: ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana-Bahia no Jornal Folha do Norte (1909-1940) / Magno de Oliveira Cruz. – Campina Grande, 2016.

119 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha; Coorientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Estefânia Knotz Kanguçú".

Referências.

1. Feira de Santana-BA. 2. Cidade. 3. Progresso. I. Aranha, Gervácio Batista. II. Kanguçú, Estefânia Knotz. III. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Este estudo tem viva história. Nesse processo que culminou na produção do trabalho, a colaboração de professores e professoras, amigos e amigas e familiares fora de fundamental importância. Bem como, instituições/concessões que fomentaram e subsidiaram toda pesquisa. Não teria chegado até aqui sem eles e elas.

Pensar/analisar os ideais de modernidade e progresso em Feira de Santana/BA iniciou-se durante o período da graduação em História na Universidade Estadual de Feira de Santana, na qual fui bolsista do Museu Casa do Sertão. Desse modo, agradecimento especial à diretora de tal instituição, professora e amiga, Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos, historiadora, extrema conhecedora da história local e regional. Gratidão pelas inúmeras conversas, orientações, sugestões; pelas palavras de carinho e conforto. Como também, ao professor Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira pelo incentivo e sugestões de leituras e, pelos empréstimos de livros e documentos particulares.

Ao professor Gervácio Batista Aranha, meu orientador, professor de dois componentes curriculares da pós-graduação, Teoria da História e Cidade e Modernidade, que sempre mostrou interesse pelos estudos que tem por temática as Cidades e toda sua conjuntura. Extremamente grato pelas aulas, orientações, discussões em sala, ensinamentos, conselhos. Reconhecimento pelo profissionalismo, competência e dedicação. Meu sincero respeito e admiração.

Ao Prof. Dr. Severino Cabral Filho (PPGH/UFCG) e a Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB) pela paciência, presteza e dedicação em aceitarem a fazer parte da banca contribuindo consideravelmente para o aprimoramento desse trabalho.

A professora Marinalva Vilar pelas aulas de História Social e Cultural; ao professor Antonio Clarindo por ministrar o componente curricular Tópicos

Especiais: Cultura e Cidades e Metodologia da Pesquisa; Ao professor Benjamin por sugerir e estabelecer diálogos em Tópicos Especiais: Literatura e História.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande-PB, em especial, ao coordenador do curso Iranilson Buriti, por sua disposição em ser tão doce e gentio e, assim, pela eficácia no desenvolvimento de suas funções.

A CAPES, por creditar e fomentar a pesquisa pela concessão de bolsa de estudo.

Ao PROCAD, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, na figura do professor Antonio Clarindo (UFCG), professora Marinalva Vilar (UFCG) e professora Heloisa Cruz (PUC-SP), por meio do qual tive a experiência enriquecedora de cursar mais três componentes curriculares na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. História e Cultura ministrada pela professora Maria do Rosário, exemplo de coragem, perseverança e militância da História; a professora Estefânia Knotz pela pré-qualificação, com direito a banca examinadora e discussões/sugestões para a pesquisa e, a professora Maria Izilda Matos em Como Fazer uma Tese, por sugerir a sistematização das fontes, pelas orientações individuais e por me incentivar e encorajar a viver na grande São Paulo. Gratidão!

Aos meus/minhas colegas de turma por engrandecer com discussões, seminários, leituras, estudos todo processo durante a pós-graduação. Como também, pelas reuniões fora do espaço da sala de aula, nas cantinas, nas casas, nas praças, nas ruas, nas festas da tão bela e esplendorosa Campina Grande.

A Hemerson, Jalinson, Fabiano e Marcos pelo acolhimento logo quando cheguei à Campina Grande.

Agradecimento especial ao grupo “Queridxs Mestrandxs” - Keila, Clébia e Tami. Para além de dividir os espaços acadêmicos, dividiam comigo as alegrias e tristezas, os sabores e dissabores de todos os dias, desde o acordar até a hora de dormir. Com Keila foi amor à primeira vista; seu jeito tão doce e ao mesmo tempo “rude” foi de fundamental importância para que aquele amor se confirmasse e, assim, brotasse uma amizade que transcende os muros da

universidade; Tami, doçura, paciência e calma em pessoa. Levarei de ti pra sempre a palavra Gratidão e a certeza de que o amor supera tudo. Clébia, generosidade, amor e respeito ao próximo são essências que a define. Grato por me deixar/fazer sempre melhor. Eternamente grato, meninas!

A Murilo Silva Araújo. Quando ainda sonhava em ingressar no Mestrado este já estava presente sempre me apoiando, incentivando e desejando o meu sucesso, ainda que para este acontecer, a distância geográfica nos afastaria e seria um “entrave” em nossas vidas. Gratidão pelo amor, carinho, companheirismo. Pela presença sempre constante.

Aos amigos e amigas, representados por Eric Andrade, Camila Noemia, Jacson Lopes e Tácia Magalhães que sempre estiveram comigo incentivando, desejando coragem e força para continuar no caminho.

A Diva Oliveira (minha mãe), Amando Cruz (meu pai), Amanda Oliveira (irmã) e Sophia Oliveira (sobrinha) por representarem o que há de mais puro amor, sinônimo de força, coragem, superação. Pelo incentivo, apoio e por emanar sempre energia positiva.

Gratidão, nesse momento me define!

[...] o sentido histórico compreende uma percepção não só do passado mas da sua presença [...] Esse sentido histórico, que é um sentido do intemporal assim como do temporal juntos, e de ambos juntos, é o que torna um escritor tradicional. E é, ao mesmo tempo, o que torna um escritor mais agudamente consciente do seu lugar no tempo, da sua própria contemporaneidade.

T.S. Eliot “Tradição e o talento individual”

“A cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas se justapõem, compõem ou se contradizem, sem por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros”

(PESAVENTO, 1999, p.9)

“A vida se satisfaz em vingar-se da gente a todo instante. Põe-se frente à nossa figura, que, dia a dia, se modifica e entra de desfiar o rosário dos dias, camândulas por camândulas, rezando a suave e consoladora ave-maria da saudade. Recompensa das idades a saudade. Infeliz daquele que não conta na existência com um ror de motivos para a saudade, por que, depois de algum tempo, só se alimenta o espírito e só vive o coração através da força que a saudade lhes possa inocular. A paisagem é motivo principal de grandes saudades”

(BOAVENTURA, 2006, p.239)



## RESUMO

Os anos primeiros da República no Brasil foram assinalados como um momento de redefinição dos espaços e das relações de poder que, devido a promessa de igualdade, com a abolição da escravidão e a legalização das eleições em todos os níveis, ameaçavam a ordem e a repartição hierárquica vigentes até então, e divulgavam um novo ordenamento político e social para a sociedade brasileira no início do século XX, promovendo o ambiente ideal para o surgimento de novas vivências entre os indivíduos nas cidades. Nesse contexto, o ordenamento das cidades se impôs como fruto da reivindicação pela provisão das necessidades básicas aos cidadãos imbuídos pelos ideais de “modernidade”, “progresso” e “civilização”: higiene, iluminação, segurança, locomoção, demandando a criação de elementos vigilantes para estes serviços devido à concentração populacional que criava problemas aos administradores. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo central analisar os ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana/Bahia, através do discurso do jornal Folha do Norte entre 1909 e 1940 -, associado à publicação do Código de Posturas Municipais e as obras de memorialistas e cronistas -, na sua materialidade: traçado de ruas, abertura de novos bairros, sistema de eletrificação, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente a “chegada” do progresso e, assim, o fenecimento de qualquer forma contrária a ele. Bem como, compreender a cidade de Feira de Santana enquanto uma máquina territorial, que fora construída e idealizada por uma elite local num processo de urbanização/modernização para controlar todo tipo de fluxos, seja de homens, mercadorias ou dos próprios desejos, buscando com isso disciplinar o olhar e produzir imagens aprazíveis para o progresso. Nosso trabalho acompanha e dialoga com as formulações teóricas de Roger Chartier, Sandra Jathay Pesavento, Maria Stella Brescianni, entre outros, que interessados com as sensibilidades e o imaginário urbano, sugeriram uma historiografia que pensasse a cidade a partir das representações, cidades sensíveis, cidades pensadas. Tomamos de empréstimo as propostas metodológicas do historiador Carlo Ginzburg, sobretudo no ensaio denominado “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, no qual autor retoma o conceito de paradigma indiciário, associando-o ao conceito de semiologia médica, versado na construção de um método interpretativo no qual a atenção no detalhe, nos sintomas, nos indícios, nas pistas permitiria ao historiador apreender uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Percebemos através do jornal a persistente preocupação dos órgãos públicos e das autoridades locais em realizar o deslocamento da representação da Feira de Santana enquanto uma cidade de bases rurais, para defini-la como uma urbe dotada de um poderoso comércio e de uma estrutura cidadina. Assim, nesse sentido, cabe inquirir sobre as relações entre os ideais modernizantes presentes no ideário republicano e sua aliança como novas formas de percepção da cidade expressas naquele periódico.

Palavras-chave: Feira de Santana-BA. Cidade. Progresso. Modernização.

## ABSTRACT

The first of the Republic years in Brazil were marked as a time of redefinition of spaces and power relations that because the promise of equality, the abolition of slavery and the legalization of elections at all levels, threatening the order and distribution hierarchical in force until then, and they published a new political and social order for the Brazilian society in the early twentieth century, providing the ideal environment for the emergence of new experiences between individuals in cities. In this context, the improvement of towns was imposed as a result of the claim for the provision of basic needs to the city dwellers imbued with the ideals of "modernity", "progress" and "civilization": hygiene, lighting, security, mobility, demanding the creation of vigilante elements for these services due to population concentration that created problems for administrators. Thus, this study was aimed at analyzing the ideals of progress and modernity in Feira de Santana / Bahia through North newspaper Folha discourse between 1909 and 1940 - associated with the publication of the Municipal Code of Postures and works of memoir writers and chroniclers - in its materiality: stroke streets, opening new neighborhoods, electrification system, zoning, adoption of updated construction techniques, appropriate styles to visually express the "arrival" of progress and thus the withering anyway contrary to it. As well as understand the city of Feira de Santana as a territorial machine, which was built and designed by a local elite in the process of urbanization / modernization to control all kinds of flows, whether of men, goods or own desires, seeking it disciplinary look and produce pleasing images to progress. Our work follows and dialogue with the theoretical formulations of Roger Chartier, Sandra Jathay Pesavento, Maria Stella Brescianni, among others, concerned with the sensibilities and urban imagery suggested historiography thought the city from the representations, sensitive cities, towns pensadas. Tomamos loan methodological proposals historian Carlo Ginzburg, especially the so-called test "Signs: roots of an evidential paradigm" in which the author takes up the concept of evidential paradigm, linking it to the concept of clinical examination, versed in building an interpretative method in which attention to detail, the symptoms, the evidence, the slopes would allow the historian to grasp a deeper reality, otherwise unattainable. We realized through the newspaper to the continuing concern of public bodies and local authorities in carrying out the displacement of the representation of Feira de Santana as a city of rural bases, to set it as a metropolis endowed with a powerful trade and a city structure. So in that sense, it is to investigate the relations between the ideals present in modernizing republican ideals and its alliance as new forms of perception of the city expressed in that journal.

*Keywords: Santana-BA Fair. City. Progress. Modernization.*

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS INICIAIS</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - UM OLHAR DE FRONTEIRA NA VELHA E NA NOVA CIDADE DO SERTÃO</b> .....	32
1.1 (IN)FORMAÇÃO DA CIDADE PROGRESSISTA .....	41
1.2 “PARA UM FUTURO FELIZ E DIGNO”: EIS QUE SURGE O FOLHA DO NORTE .....	44
1.3 TEMPOS MODERNOS, PAPÉIS ANTIGOS: O JORNAL FOLHA DO NORTE COMO LINGUAGEM E PRÁTICA CONSTITUTIVA DO SOCIAL .....	51
<b>CAPÍTULO 2: CONSTRUINDO O PROGRESSO: EXPERIÊNCIAS URBANAS EM FEIRA DE SANTANA/BA</b> .....	58
2.1 FEIRA DE SANTANA - “MELHORAMENTOS LOCAES” : ESTÉTICA E HIGIENE DAS RUAS.....	68
2.2 ELEMENTOS DO PROGRESSO: UMA CIDADE EM MUTAÇÃO .....	74
<b>CAPÍTULO 3 : “NÃO ESTÁ DIREITO” – ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO</b> .....	85
3.1 “ANTI-CIVILIDADE” NAS “RUAS” DE FEIRA DE SANTANA.....	87
3.2 “PELO PROGRESSO DA CIDADE”: AS POSTURAS MUNICIPAIS, 1937 .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>LISTA DE FONTES</b> .....	109
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	110

## **PALAVRAS INICIAIS – o tema e a pesquisa**

Pensar e sentir a cidade fora muitas vezes uma tarefa de romancistas, cronistas, poetas, arquitetos. No século XIX isto se modifica sensivelmente; historiadores, sociólogos, antropólogos preocupados em entender especificidades do “viver urbano”, em decifrar a história deste viver, as suas mutações, relações culturais, sociais, econômicas, suas funcionalidades e desdobramentos, começam a analisar a cidade como um espaço que corresponde a um viver próprio, passível de ser estudado mais sistematicamente sob o ponto de vista das ciências humanas e sociais.

As cidades e toda sua complexa tessitura também nos despertaram interesse. Ao ingressar no curso de graduação em História na Universidade Estadual de Feira de Santana- Bahia (UEFS), o caminhar por suas ruas, as experiências e vivências cotidianas me faziam rememorar às diversas idas a tal cidade ainda quando criança. Meus pais moravam em uma cidade vizinha, Santo Estevão que fica a 38 km de Feira de Santana e, quando precisávamos, sempre recorriamos à Feira em busca do seu poderoso comércio, dos serviços existentes na área da saúde, da educação e lazer. Para quem é de origem de alguma cidade do interior da Bahia, Feira (a maior cidade depois da capital Salvador) “simbolizava”, pelo oferecimento dos serviços supracitados, o que havia de mais “moderna” e “desenvolvida” entre estas. Suas ruas, praças, coretos, meios de transportes, lojas, luzes despertavam atenção no menino que ficava maravilhado ao chegar na “cidade grande” e que, ao mesmo tempo, via elementos comuns à “sua pequena cidade”, animais soltos nas ruas, carroças, comércio ambulante, por exemplo.

No decorrer do curso de graduação fui bolsista do Museu Casa do Sertão / Centro de Estudos Feirenses, um dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da política cultural da UEFS, que atua incessantemente no fomento e difusão da cultura local, preservação e valorização da cultura popular, resgatando dessa forma, informações sobre a memória histórica e

cultural da microrregião de Feira de Santana e, sobretudo, valorizando o papel desempenhado pelo homem sertanejo na formação social do Estado da Bahia.

Por fazer parte de um grupo de pesquisa, que tem por diretriz básica a produção e divulgação de estudos e pesquisas de caráter histórico, socioeconômico e cultural sobre Feira e região, comecei a ter contato com o Jornal Folha do Norte, jornal mais antigo ainda em circulação na cidade desde 1909. Era instigante a leitura daquelas reportagens, pois vinha à tona o passado de uma cidade e toda sua gente, suas histórias, seus costumes, seus modos de viver e agir, despertando real interesse na pesquisa e assim, em estudá-la.

Corroborando com Maria Stella Brescianni que afirma que as cidades são antes de tudo uma experiência visual, um traçado de ruas, vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço e mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas,<sup>1</sup> partimos do pressuposto que, tal qual um desejo que só se sustenta na falta, os projetos de modernização impostos nas cidades brasileiras a partir da implantação da República, agiram na medida em que a urbe e os seus sujeitos caminhavam contrariamente ao que era idealizado e o que deveria ser instituído. Assim, palavras/desejos como ordem, progresso, educação, higienização, urbanização, modernização e controle fizeram parte de muitos desses projetos. Em Feira de Santana, não fora diferente.

Segundo município do Estado da Bahia em população e extensão territorial, Feira de Santana localiza-se numa região de transição entre o sertão e o litoral baiano, tendo a origem do seu povoamento se dado ainda no século XVIII. Durante o século XIX ganhou status de Vila, em 1833, desmembrando-se política e juridicamente do Município de Cachoeira e fora transformada em

---

<sup>1</sup>BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

cidade no ano de 1873, com o título de Cidade Comercial de Feira de Santana.<sup>2</sup>

Portanto, mesmo compreendendo a origem de seu povoamento e os caminhos políticos percorridos, optamos por abordar e analisar a urbe a partir do projeto Republicano brasileiro, século XX, visto a propagação de discursos que assinalavam para reflexões no espaço urbano e toda sua população referentes à modernização nas cidades, que sempre despertaram real interesse.

O anseio em conhecer e analisar parte da história de Feira de Santana fomentou a pesquisa sobre o Folha do Norte, por ser este o mais antigo ainda em circulação na cidade e, por no seu primeiro número apresentar o que poderíamos chamar de “princípio editorial”:

Surgimos, hoje, no campo jornalístico, em **prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja**, estabelecendo nossa pequena tenda de trabalho nesta formosa cidade da Feira de Santana, talhada para um futuro feliz e digno, por todos os títulos, dos serviços abnegados de seus filhos, **para torná-la ainda mais próspera aos olhos daqueles que nos visitam, admirando-lhes a vastidão encantadora dos seus horizontes e amenidade benéfica do seu clima.** Possuído das melhores intenções para a terra que nos serviu de berço, julgamos prestar-lhe um serviço cívico, concorrendo com a nossa parcela de trabalho na imprensa local, a fim de batalharmos sem vacilação de vontade, nem tibieza de espírito pelo seu completo desenvolvimento”<sup>3</sup> (grifo nosso).

A análise do trecho acima nos permite apreender a representação do ideal de cidade em “progresso”, “civilizada” e “moderna” desejada pelos editores do Jornal Folha do Norte para Feira de Santana naqueles anos. Dessa forma, os “brados” do Jornal, durante o período em questão, voltava-se para *informar* sobre o que era ou não aceitável para a cidade. Nesse sentido, o mesmo condenava comportamentos ditos desregrados em detrimento daquele que se pretendia como civilizado e de acordo com os interesses da elite local.

Fica evidente que o papel da imprensa nesse contexto era a da difusão das ideias de civilidade e modernidade colocadas em prática em nome da

---

<sup>2</sup> POPPINO, Rollie E.. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapuan, 1968.

<sup>3</sup> Folha do Norte de 17/09/1909. MCS/CENEF.

imperiosa necessidade de crescer e modernizar-se. O Jornal Folha do Norte, um dos mais influentes desse período no Estado, resumia esse papel, registrando que “a missão da imprensa não é só censurar, mas, principalmente, orientar, traduzindo em fórmulas concisas as necessidades sociais, e, quando justas, as aspirações populares.”<sup>4</sup>

Através de uma análise minuciosa dos jornais podemos constatar de fato a persistente preocupação dos órgãos públicos e das autoridades locais em realizar o deslocamento da representação da Feira de Santana enquanto uma cidade de bases rurais, para defini-la como uma urbe dotada de um poderoso comércio e de uma estrutura citadina. Como podemos apreender da citação a seguir, extraída da Conferência “Recordações e votos”, do jurista e intelectual feirense Filinto Bastos de Cerqueira:

Não verão meus olhos, mas vê-lo-ão muitos de vós, sobre este soberbo planalto salubérrimo, perfumado pelos alecrins, pelas angélicas sylvestres, pelas candeias de ramos olorosos, delícia das infatigáveis abelhas; pompeando fascinante deslumbramento, em suas tardes de verão, quando na sége de púrpura, entre fulgurações indescritíveis, atirando pelo espaço, como um louco e pródigo nababo, as riquezas das pedrarias multicores, se esconde o sol nas quebradas da serra não distante; contemplando a beleza da “magnolia do céu” em poéticas e suaves noites de luar, de ineffavel poesia: sim, meus senhores, meus olhos talvez não possam contemplar, mas verão muitos, **com certeza, altear-se sobre este formoso planalto uma cidade rejuvenescida, movimentada, opulenta, aureolada das luzes da instrução e do saber, ostentando as jóias que lhe ofertou a natureza e que o amor da pátria, consagrado pela civilização, poliu e aperfeçoou, para lhe realçar a beleza, esmerando-se em adornar-a carinhosamente solicitude, como se o fizesse á própria “noiva do sol.”**<sup>5</sup> (grifo nosso).

O trecho faz referência às expectativas de Bastos sobre sua terra natal. Ao recordar suas reminiscências ele realiza um paralelo progressivo do futuro da cidade como “noiva do sol”. É possível percebermos quase que uma obsessão generalizada pelo ideal do progresso, do desenvolvimento e de civilização; este último conceito, sobretudo, seria expresso através de novas posturas que,

---

<sup>4</sup>Folha do Norte. 04/01/1913.

<sup>5</sup>BASTOS, Filinto. *Recordações e votos*. Conferência. Bahia: Oficinas das Duas Americas, 1917. p. 31.

consideradas modernas, deveriam ser observadas e também praticadas pelos moradores de Feira de Santana.

### **Objetivos e problemas**

Nessa conjuntura, o presente trabalho tem como objetivo central analisar os ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana - Bahia, através do discurso do jornal Folha do Norte entre 1909 e 1940, associado à publicação do Código de Posturas Municipais de 1937<sup>6</sup>, na sua materialidade: traçado de ruas, abertura de novos bairros, sistema de eletrificação, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente à “chegada” do progresso e, assim, o fenecimento de qualquer forma contrária a ele. Bem como, compreender a cidade de Feira de Santana, nesse período referendado, enquanto uma máquina territorial, que fora construída e idealizada por uma elite local num processo de urbanização/modernização para controlar todo tipo de fluxos, seja de homens, mercadorias ou dos próprios desejos, buscando com isso disciplinar o olhar e produzir imagens aprazíveis para o progresso.

Tais conceitos germinavam nos textos do periódico para definir as práticas empreendidas pelo poder público municipal no sentido de modernizar a cidade, dotando de melhoramentos urbanos; as medidas de normatização do cotidiano e as novas instalações locais como construções de estradas, pontes, sistemas de água encanada e esgoto, e eletrificação urbana.

Estamos interessados em averiguar até que ponto o ideário de progresso e desenvolvimento tão difundido por uma elite intelectualizada local que, a partir dos jornais elaboraram efusivos discursos que dotavam a cidade de dimensões quase européias, com um indisfarçável preconceito contra quase tudo o que dissesse respeito às camadas mais comuns da sociedade feirense. Isto é, os discursos jornalísticos elaborados em torno da ideia de progresso, modernidade, civilização e desenvolvimento estão intimamente vinculados a critérios elitistas,

---

<sup>6</sup>CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS. Decreto Lei n. 1 de 29 de dezembro de 1937. Arquivo Público Municipal de Feira de Santana (APMFS).



que desejavam um cenário urbano não contaminado pela presença nada estética das camadas populares.

O Folha do Norte, nossa fonte principal e também objeto, pois é sujeito social com interesses políticos buscando assim interferir no real a partir dos projetos que defende, partilhava de uma noção de vida urbana, defendendo uma administração da cidade, organização do espaço urbano, mediante forte fiscalização e ações controladoras e punitivas. Através dos seus artigos periódicos, os editores do jornal direcionavam uma determinada percepção de como devia ser conduzida, ordenada e disciplinada a cidade de Sant'Ana.

Em nome de exigências de ordem urbanística, higienista e sanitária e, em defesa de uma estética para a cidade, os editores do Jornal reivindicavam a intervenção do gestor municipal e das autoridades locais para solucionar problemas diversos, como por exemplo, serviços de água e esgotos, iluminação e, instalar um ambiente urbano condigno de uma cidade “civilizada” e “moderna”. Somando com a preocupação de salubridade das vias urbanas, acrescenta-se uma segunda, com a circulação, o livre movimento das ruas, aspecto também reivindicado para a cidade. A circulação dos fluxos urbanos era um elemento fundamental para qualquer cidade que almejava a modernização. Sendo defendido pelo saber médico e urbanístico, baseadas em conceitos técnicos e científicos pregavam o alargamento e a desobstrução das ruas, possibilitando tanto a circulação de ar, como a fluidez do tráfego de pessoas, meios de transporte e mercadorias.

Assim, esse trabalho busca investigar também a correlação entre as políticas de urbanização, entendida, como: “conjunto de estratégias que veio ao encontro do desenvolvimento do capitalismo no país visando assegurar a reprodução ampliada do capital”<sup>7</sup>, impostas pela administração municipal e todos os seus pares – juristas, médicos, jornalistas – e as estratégias de recepção das camadas que a atingiram.

Atentando a esses anseios, para além de analisar o processo de construção da identidade de Feira de Santana enquanto uma cidade

---

<sup>7</sup>SCHIMIDT, Benício. *Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 16

progressista, observando os caminhos e opções assumidas pelas autoridades locais entre 1909 e 1940, a análise da imprensa em Feira de Santana, seus representantes e seus interesses, os papéis assumidos pelo jornal Folha do Norte na construção da “nova cidade”, as influências externas que influenciavam o discurso progressista do jornal constituem questões primordiais desse trabalho.

Faz-se necessário neste trabalho, analisar como o jornal que se declara “porta-voz do discurso progressista e civilizatório” classifica, repudia e condena práticas de costumes que iam de encontro ao projeto dito moderno, civilizador. Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, nos atentamos a entender também como a legislação urbana através dos Códigos de Posturas, agia como marco delimitador de fronteiras de poder, ou seja, entender a lei que organizava, classificava e colecionava os territórios urbanos, dotando significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à política familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação.

A opção por esta temporalidade (1909-1940) é importante e deve-se pelo reconhecimento enquanto momento de surgimento do jornal Folha do Norte e “consolidação” de uma Feira de Santana progressista que em seu princípio editorial se dizia porta voz em “prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja”, que de uma maneira significativa “rompera com seu passado rural”, e passava a trilhar os caminhos de uma desejosa modernização até a década de 40, visto que, a documentação pesquisada nos leva a analisar que a partir desse momento Feira de Santana “principia” a se inserir no processo de industrialização, não menos importante, mas não é o foco para este trabalho. Para além disso, mesmo havendo trabalhos da história local e regional que versem objetos semelhantes, é ainda lacunar estudos que se debruçassem a essa proposta temática dentro deste recorte temporal.

## Pressupostos teóricos

São as questões do presente que nos levam ao estudo da História. Talvez por isso que o campo/abordagem denominado História Urbana ou História das Cidades, tanto cresce nos programas de pós-graduação. Compreender o crescimento populacional, o desenvolvimento da industrialização e do comércio, a relação cidade/cidadania ou ainda o aumento desenfreado da violência e da miséria passaram a ser objetos valiosos na apreensão do desenvolvimento urbanístico do mundo, em geral, e do Brasil, em particular. A considerar que o estudo de temáticas relacionadas às cidades e ao universo urbano não é algo novo, específico de uma conjuntura atual; tampouco está circunscrita a seara dos historiadores, pelo contrário, antes destes filósofos, poetas/literatos, higienistas, médicos, urbanistas já tinham adentrado a esse campo.

Segundo Raminelli (1998), a preocupação moderna com o espaço urbano iniciou-se no século XIX, com o advento da Revolução Industrial e os problemas que esta originou como o crescimento desordenado e a falta de saneamento, higiene e a proliferação de doenças. Pesquisadores como Fustel de Coulanges<sup>8</sup>, Max Weber<sup>9</sup> e George Simmel<sup>10</sup> voltaram seus estudos objetivando solucionar os problemas existentes, desenvolvendo assim um ideal de cidade planejada, urbanizada e higienizada.

Esses e outros estudos contribuíram para o entendimento da Questão Urbana e, no nosso caso, dos ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana, levando em consideração não apenas as construções urbanísticas, que envolve apenas a materialidade das construções, mas também buscaram dar conta dos novos modos de vida impostos pelas transformações. Nesse sentido, destaca-se os estudos de Simmel (1987), que se dedicou a compreender os comportamentos e ações dos indivíduos correlacionando sua existência com o viver nas cidades. Para ele, compreender a vida cidadina em seus diversos aspectos era antes de tudo apreender a autonomia e a

---

<sup>8</sup>COULANGES, Fustel. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Hemus, 1975.

<sup>9</sup>WEBER, Max. *Conceitos e Categorias de Cidades*. IN: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

<sup>10</sup>SIMMEL, George. *A Metrópole e a Vida Material*. IN: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

singularidade do ambiente, vinculando o mesmo a uma especificidade cultural, social e histórica.

O aumento do interesse acadêmico interdisciplinar pelo ambiente urbano, de enfatizar sua relação, pode ser relacionado com a construção da modernidade, visto por Baudelaire<sup>11</sup> como sendo algo fugidio e contingente, responsável por trazer à tona o novo, o que jamais havia sido. Assim, tanto o desenvolvimento em si, das cidades, quanto à preocupação científica e artística de lhe compreender estava sob os desígnios dessa dita modernidade.

Nessa perspectiva, temos a obra *“Tudo que é sólido desmancha no ar”* de Marshall Berman (2008) que a partir de um olhar sobre a cidade *moderna*, busca entender a sedimentação de novos modos de agir, pensar e sentir, assentados numa nova lógica social, na qual os valores são destruídos e reconstruídos numa velocidade intensa.

Portanto, consideramos que Feira de Santana, tal qual a sua própria História, é uma construção do seu tempo, ou seja, cada geração tem o poder de construir, desconstruir e impor olhares. Dessa forma, a cidade e todo o seu ambiente devem ser entendidos como consequência do poder de criação e transformação.

Nosso trabalho se insere na perspectiva da História Cultural, visto que, tal corrente historiográfica viabiliza que novos objetos de pesquisa tomassem outras dimensões, principalmente com ampliação das possibilidades das fontes, já que além de registros fiscais, censos demográficos, alvarás, balancetes financeiros, passaram a ser utilizadas também registros orais, jornais, planos de habitação e arquitetura, obras literárias, entre outros. E, diretamente na temática da História Urbana, na perspectiva desta História Cultural, esses objetos passaram a ser enquadrados em três núcleos/vertentes, dado as suas respectivas problemáticas: primeiro, as funções da cidade e a necessidade da urbanização; segundo, os reflexos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, tais como trabalho, família, sociabilidade e lazer; terceiro, as transformações

---

<sup>11</sup>Poeta e crítico literário francês que vivenciou as transformações urbanísticas nas cidades européias, em especial a Paris da segunda metade do século XIX. Considerado maldito, fez duras críticas ao modo de vida que estava sendo gestado na sociedade com o advento da Modernidade.

materiais na cidade, tendo como financiador, o desenvolvimento econômico. Acrescenta-se que as vertentes têm na compreensão das relações sociais no espaço urbano a sua zona de interesse maior.

Corroborando e dialogando com as ideias e conceitos defendidos pelo historiador Roger Chartier, no que diz respeito à História Cultural que “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>12</sup>, percebemos que as notícias jornalísticas nos permitem entender quais ideais de progresso se pretendia difundir; a quem interessava, quais as camadas da sociedade feirense se beneficiaria de fato com tal projeto dito modernizador e, o que aconteceria com quem não se “adequasse” às novas normas.

CHARTIER (1992) afirma que os indivíduos vivenciam o mundo social em dois níveis indissociáveis: o da prática e o das representações. Isto é, eles vivenciam a realidade em sua dimensão material, gestualmente, performaticamente, conforme seus hábitos e modos de atuação social, e segundo determinadas maneiras de senti-la e dizê-la, mediante as quais exprimem suas próprias existências e, de um modo mais amplo, o ambiente cultural em que vivem. Os discursos não são neutros e estão sempre colocados num campo de competições, cujos desafios se anunciam em termos de poder e dominação. Funcionam como representações que produzem “estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Ibid., p.17).

Ou seja, nas relações sociais diárias se esbarram diversos campos de força com seus corpos discursivos, os quais buscam dar autenticidades reais a determinados padrões de cultura, que tem ali suas existências primeiras. Como afirma Nicolau Sevcenko (1999, p. 247):

Todo discurso criativo assinala um ato fundador, na medida em que nomeia situações e elementos imprevistos, conferindo-lhes

---

<sup>12</sup>CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações – Tradução: Maria Manuela Galhardo, RJ. Bertrand Brasil, Lisboa, Portugal, DIFEL, 1990, p. 16.

existência e lançando-os na luta por um espaço e uma posição, no interior das hierarquias que encerram as palavras encarregadas de dizer o mundo conhecido e compreendido.

As formulações teóricas de Chartier nos ajudam a pensar as questões simbólicas – o mundo das representações construídas pelos grupos sociais. O historiador estabelece uma crítica ao procedimento de adotar o recorte social, econômico e profissional como um dado anterior para definir as diferenças entre os grupos sociais. Na sua abordagem, indicou que se partisse das representações ou dos artefatos culturais, vistos como processos dinâmicos, para se chegar ao grupo, fazendo o movimento contrário ao da história social e do conceito de mentalidade, antes praticada pelos historiadores marxistas e da escola dos Annales, que partia do grupo ou da classe já constituída.<sup>13</sup>

Trabalhando sobre as lutas de representações, sob o desígnio da ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também fazer retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade.<sup>14</sup>

A implantação de novos códigos de sociabilidade que tinha a valorização da urbanidade como centro, foi acompanhada pela produção de novos espaços urbanos, construídos e organizados pela elite<sup>15</sup>, que buscavam a todo custo estabelecer/implantar padrões de segregação e fissura espacial, mas estendendo esses seus interesses também aos grupos sociais estigmatizados como “perigosos”. No entanto, estes através de ações *sub-reptícias*, ou seja, da astúcia do herói ordinário cotidiano busca negociar sua existência. Para Certeau (1994) as *táticas de consumo do que é imposto* a esses grupos aparecem enquanto *antidisciplina*, aos olhos do outro, na perspectiva da normatização, pois

---

<sup>13</sup>C.f. CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In:\_\_\_\_\_. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 2002. p.61-79. CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Garlhadó. Porto Alegre: DIFEL. 1988.

<sup>14</sup>CHARTIER, Roger, 2002. p.73. 39

<sup>15</sup>Op. Cit. SANTOS, Cátia, p. 11.

ao inverter, refutar ou mediar as imposições sociais, inventam um cotidiano que lhes fossem, pelo menos momentaneamente mais aprazível. Assim, concordamos com Certeau ao afirmar que:

Dentro de uma sociabilidade, resultante do seu uso diferenciado, a cidade é também um campo privilegiado de lutas de classes e movimentos sociais de toda espécie, que questiona a normatização da cidade e da vida urbana<sup>16</sup>.

Acompanhando as formulações de Chartier, Sandra Jathay Pesavento, uma das pioneiras dos estudos de história urbana no Brasil, interessada com as sensibilidades e o imaginário urbano, sugeriu uma historiografia que pensasse a cidade a partir das representações:

trata-se de buscar a cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais “reais” a percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto.<sup>17</sup>

Para Pesavento, a cidade ergue seu futuro, através de planos e visões de mundo que assinalam para um depois, como ficção científica ou como planejamento urbano. Sendo assim, a modernidade urbana sugere pensar tais tipos de representação: aqueles referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro da cidade, inscrevendo uma cidade idealizada e desejada em projetos urbanísticos. Realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo. Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente. Ao viver sob a ótica do republicanismo, com todos os seus planos e utopias e todo o seu ideal de modernidade e civilização, a elite local feirense buscou novos caminhos para a *Princesa do Sertão*<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup>Op. Cit. SANTOS, Cátia, p. 10.

<sup>17</sup>PESAVENTO, Sandra Jathay. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: Revista Brasileira de História, (53) jan.-jun., 2007. p. 14.

<sup>18</sup>Expressão cunhada por Rui Barbosa, em 1919, quando de sua primeira visita à cidade. Assim tornou-se uma das alcunhas que marcaram o desenvolvimento de Feira de Santana.

Alguns pesquisadores e estudiosos da história local e regional também contribuíram de modo enriquecedor para estabelecer subsídios de pesquisa e outros olhares para a história de Feira de Santana. O trabalho do historiador Aldo José Morais Silva (2000) em investigação sobre o cotidiano da urbe feirense analisa que ainda na primeira década do século XX foram maximizadas as potencialidades comerciais, aproveitando-se particularmente a situação geográfica privilegiada, haja vista, que a cidade era considerada a Boca do Sertão, zona que servia de limites entre o recôncavo e o alto sertão baiano.<sup>19</sup>

De acordo com SILVA (2000), em todos os casos, seja na valorização da especialidade do clima, seja com o desenvolvimento comercial “a experiência urbana vai suscitar entre aqueles que a vivem, a necessidade de construção de referenciais que lhe permitam assimilar e dar significado, seja a estranheza ou adversidades que por ventura experimente”<sup>20</sup>. Nesse processo de valorização e de ressignificação dos espaços urbanos, a imprensa feirense, com destaque para o semanário “Folha do Norte”, serviu como difusora ou porta-voz desse novo tempo, assumindo para si, uma função progressista, educadora e anunciadora de um novo código de sociabilidade necessário para o desenvolvimento do universo citadino.

Com efeito, a História de Feira de Santana, é marcada por inúmeras lutas, seja no campo simbólico ou na vida material. Para Oliveira (2000), no seu estudo que analisou a destruição da ordem rural que deu origem a cidade enquanto espaço urbano, as primeiras transformações urbanísticas, por volta da última década do século XIX, fomentou um confronto entre o arcaico – passado rural- e o novo – incremento do comércio e da urbanização. Colocando em evidência de um lado a elite, formada por jornalistas, médicos, advogados intelectuais; e de outro, o grupo formado por vaqueiros, negros e sertanejos, considerados incautos. Merece nota que aqui entendemos elite como

aqueles que possuíam um patrimônio intelectual. Esses homens tinham um letramento como substrato comum, habilitando-os à interlocução e ao compartilhamento de valores num nível bastante aproximado. O gosto por atividades intelectuais e as

---

<sup>19</sup> SILVA, Aldo José Morais. *Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. UFBA, 2000.

<sup>20</sup>Idem, p. 26.



pretensões de serem reconhecidos social, profissional e publicamente.<sup>21</sup>

Dessa forma, a produção historiográfica – os estudos sobre a modernização, urbanização e progresso, sobre a história cultural, sobre cidades - foram de fundamental relevância na análise do nosso objeto de pesquisa: o processo de modernização, urbanização e progresso, a mudança no cotidiano e a produção de territórios em Feira de Santana, bem como, as representações e investimentos discursivos construídos em torno destas modificações entre 1909 e 1940.

### **Metodologia/Apresentação das fontes**

Quando os supostos ideais de progresso, modernização e civilidade bateram à porta de Feira de Santana, encontrou por aqui, como em todo Brasil urbano e moderno, aliados. Aliados não no financiamento ou no patrocínio das reformas como fez o comércio, mas agindo no campo do devir, na justificativa ideológica, no alicerce de um novo imaginário, que se queria urbano. Reconhecemos, aqui, a função dos jornais e da imprensa no processo de modernização e civilidade. Antes de ser um mero meio de comunicação, contentando-se em apenas descrever e informar as notícias do cotidiano, a imprensa constituiu-se como o principal instrumento difusor dos novos tempos, se auto-reconhecendo, enquanto um guia ou simplesmente um manual que aconselhava os comportamentos, atitudes e ações que os cidadãos deveriam seguir para com isso construir um novo dia-dia na modernidade.

É nesse sentido que deve ser percebida a decisão de declarar publicamente tal função, como fez o semanário *Folha do Norte*, de janeiro de 1913, ao afirmar que a missão da imprensa não é só censurar, mas principalmente, orientar, traduzindo em formulas concisas as necessidades sociais e, quando justas, as aspirações populares. Seria necessário a esta orientação, porém, antes de mais nada, identificar os elementos que seriam trabalhados na sociedade, os indicativos da incivilidade.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>LEITE, Rinaldo . *A rainha destronada: discursos de elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo. 2005. 322p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 14.

<sup>22</sup>Op. Cit. SILVA, Aldo. P. 152.

Mesmo construído pela e para a elite dirigente, haja vista, os índices de analfabetismo existente no Brasil e especificamente em Feira de Santana nas camadas populares, os jornais feirenses<sup>23</sup>, desenvolveram e buscaram uma nova noção de *civilidade* que se concatenasse com a cidade que estava sendo erigida.

O jornal ocupava uma posição na sociedade feirense de porta-voz das novidades, o portal através do qual haveria o contato com o mundo exterior. Não é difícil imaginar a valorização desse papel nos jornais, principalmente pelo monopólio que os órgãos de imprensa detinham no período.<sup>24</sup>

Portanto, nesse processo de urbanização, o progresso não deveria ser apenas decodificado pelas construções ou intervenções públicas materiais, *paripassu* a isso, deveria ocorrer o desenvolvimento e a superação dos costumes antigos, deveria matizar-se um novo modo de agir, pensar e sentir nos indivíduos/sujeitos, importante para referendar os novos tempos.

Sendo assim, ao propormos essa pesquisa, optamos por utilizar as fontes impressas de periódico, dessa forma, e dentre estas o semanário *Folha do Norte*, destaca-se por ser o mais antigo em circulação no Município<sup>25</sup>, o primeiro em tiragem e por representar a linha político/ideológico da oligarquia feirense dominante, durante o recorte temporal proposto (1909-1940). Esse veículo de comunicação é de uma riqueza inquestionável, seja por trazer informações sobre o dia-a-dia, dando subsídio ao historiador interpretar o cotidiano em questão, seja, por permitir a identificação dos valores morais, ético e ideológico da sociedade, principalmente da elite.

Dos acervos históricos de Feira de Santana, utilizamos a secção de periódicos do arquivo da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão, do Museu Casa

---

<sup>23</sup>Feira de Santana ao longo de sua História, contou com a circulação de inúmeros Jornais, muito embora a maioria deles tivesse uma existência efêmera e não mantivesse uma regularidade. Destacou-se: O feirense (1862); Correio de Notícias (1895); Gazeta do Povo (1890); O Propulsor (1898); Folha de Feira (1932), Tribuna Popular (1957) e o mais famoso deles o Folha do Norte, que circula desde 1909.

<sup>24</sup>Op. Cit. OLIVEIRA, Clóvis. p.74.

<sup>25</sup>Fundado em 17 de setembro de 1909.

do Sertão e do Núcleo de Centro de Estudos de Feira de Santana, da Biblioteca Municipal de Feira de Santana Arnold Silva, por contarem com o acervo completo do semanário, obras, códigos de posturas fundamentais para a realização desta pesquisa.

Para analisar minuciosamente essa documentação catalogamos todos os jornais entre 1909 e 1940 fichando e digitalizando todas as reportagens relacionadas à temática aqui proposta; selecionamos todos artigos em categorias por ano/data/número, temas/assuntos/tipos de reportagem.

Além dos jornais, utilizaremos também os Códigos de Posturas ou simplesmente Posturas Municipais. Essas posturas objetivavam, desde sempre, disciplinar o ambiente urbano que estava sendo construído. As primeiras Posturas no Brasil foram construídas, ainda no período imperial, o Rio de Janeiro por volta de 1840 foi o pioneiro na edição desse tipo de documento. Os códigos funcionaram como normas jurídicas e teria o objetivo de satisfazer as necessidades reclamadas pelo progresso da cidade e assim, disciplinar o ambiente urbano que estava sendo construído. Em Feira de Santana, tivemos acesso ao projeto inicial do Código de Postura de 1886 e ao Código de Postura datado de 29/12/1937.

Uma intervenção por meio das reformas na estrutura física das cidades, implementando uma imagem que favorecesse o controle e a modificação dos costumes, hábitos e modo de comportamento dos habitantes das cidades, especialmente as camadas populares.<sup>26</sup>

Para construção desse trabalho fizemos uso das emendas de método propostas pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, principalmente no ensaio denominado “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, no qual o autor retoma o conceito de paradigma indiciário - associando-o ao conceito de semiologia médica – a partir de métodos de investigação suscitados por textos escritos pelo médico e crítico de arte Giovanni Morelli, pelo novelista inglês Conan Doyle (também médico e criador do célebre detetive Sherlock Holmes) e pelo

---

<sup>26</sup>BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 2002, p. 47.

psicanalista Sigmund Freud. Tais textos possibilitariam a construção de um método interpretativo no qual a atenção nos indícios e sinais, nos pormenores e nas pistas permitiria ao historiador apreender uma realidade mais densa, de outra forma inatingível.

Desse modo, baseados pelo método de Ginzburg, estabelecemos algumas questões iniciais para direcionar a nossa pesquisa. Quem são proprietários do Jornal Folha do Norte? Por quem e quando foi produzido? A qual público é direcionado? Quais seus objetivos e intenções? Como se constitui enquanto força ativa no seu período de circulação? Como se constitui enquanto sujeito? Qual sua relação com as conjunturas de seu tempo e campos de atuação? Quais seus aliados e opositores? As respostas a esses questionamentos nos guiaram para a metodologia de análise do jornal em suas diferentes partes, dos editoriais até os classificados e propagandas.

Aportados por essas premissas teóricas e metodológicas supracitadas acreditamos ser possível procedermos a um estudo desses ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana, estabelecendo diálogos com outros vestígios que também significam esta cidade, como são os casos dos trabalhos dos cronistas e de memorialistas, veículos através dos quais os letrados feirenses projetaram e idealizaram uma cidade em progresso, moderna e civilizada através dos seus discursos. Nestes trabalhos é possível perceber o quão era ideal e imprescindível o progresso, a modernidade e a civilização, conceitos expressos através das posturas municipais que, consideradas modernas, deveriam ser ressaltadas e praticadas pelos munícipes de Feira de Santana.

Nas fontes analisadas, Feira aparece-nos como um palco em que cenas das mais diversas foram representadas sempre convergindo em torno do progresso, da modernidade e da civilização. As publicações nos jornais se esmeravam em desempenhar ações pontuais e didáticas, aconselhando sobre como uma população civilizada deveria comportar-se. Nesse âmbito, hábitos e práticas que fossem considerados fora dos padrões que norteavam esse pensamento civilizador, baseado na manutenção de uma determinada ordem e

em certos bons costumes, eram denunciados às autoridades policiais para que se atuasse o “convencimento” dos refratários à ordem desejada.

Para a elite intelectual feirense os ideais de progresso, modernidade, desenvolvimento e civilização, simbolizados através dos equipamentos urbanos que estavam sendo implantados, também configuravam nas mudanças de atitudes e comportamentos da sua população diante de uma circunstância histórica que, de fato, estava modificando a fisionomia da cidade. Estava posto uma luta contra hábitos e posturas tradicionais em prol de um refinamento comportamental. Em suma, para uma cidade que estava se reformulando a contra partida aceitável seria a reformulação das atitudes e dos usos que os seus moradores dela faziam.

Vale salientar que não é nosso intuito encontrar, com este somatório de fontes, discursos e representações, realidades mais profundas, como sugere Carlo Ginzburg, mas sim atribuir-lhes significados, objetivando contribuir e estabelecer novos olhares e interpretações a respeito do período estudado e dos ideais de modernidade e progresso em Feira de Santana, enfatizando novas demandas culturais, sociais e históricas, visto às diversas pesquisas correlacionadas à temática aqui proposta, ampliando assim, o próprio conhecimento histórico.

A análise documental passou por um diálogo bastante frutífero com os aportes teóricos aqui já mencionados bem como com a bibliografia utilizada, estabelecendo relações de aproximação e distanciamento conforme nossos pontos de vistas convergiam ou divergiam. Relacionando todo material, verticalizamos a análise e buscamos dentro da própria documentação os elementos necessários para uma possível capitulação.

O trabalho que estamos propondo estrutura-se sobre três capítulos. “UM OLHAR DE FRONTEIRA NA VELHA E NA NOVA CIDADE DO SERTÃO” é o título do primeiro capítulo, que analisa a (co)existência de um passado ruralista com o presente/futuro da cidade de Feira de Santana que aos poucos vai se “modernizando” e caminhando rumo ao tão desejoso “progresso”. As noções de

progresso e modernidade são discutidas, ainda que sucintamente, para compreendermos como tais ideais foram (re)construídos e pensados em Feira.

Ainda no primeiro capítulo, pretendemos apresentar o contexto em que surge o Jornal Folha do Norte. Bem como, entender que organismo é a imprensa em Feira de Santana; a quem ela representa; quais eram os seus interesses e os papéis assumidos pelo jornal Folha do Norte na construção da “nova cidade”, como também, perceber quais influências externas influenciavam o discurso “progressista” do jornal.

Encerramos o capítulo pontuando algumas questões no que se refere a analisar o jornal Folha do Norte como linguagem e prática constitutiva do social que, com historicidade e peculiaridades próprias, moldam formas de pensar e agir, impõe valores, mobilizam opiniões, definem papéis sociais, delimitam espaços que devem ser compreendidos e compartilhados como gerais/unânicos.

O capítulo 2, de título CONSTRUINDO O PROGRESSO: EXPERIÊNCIAS URBANAS EM FEIRA DE SANTANA/BA tem como cerne discutir as construções/transformações, não só na paisagem, mas nos modos de vida e cultura urbana e, assim, como estas implicaram na disputa de representações sobre o progresso e a modernidade na cidade.

O terceiro capítulo que tem por título: “NÃO ESTÁ DIREITO” – ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO discute como o jornal que se declara “porta-voz do discurso progressista e civilizatório” classifica, repudia e condena práticas de costumes que iam de encontro ao projeto dito moderno, civilizador. Bem como, as disputas entre, de um lado, as tentativas de normatização do espaço urbano, que apelavam para os discursos da civilização ou da higienização, e, do outro lado, a população que resiste, que continuava a “reincidir na ilegalidade”.

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, e mais do que regular a produção da cidade, analisamos ainda no terceiro capítulo, o Código de Posturas Municipais como marco “delimitador” de fronteiras de poder. A lei elaborada teoricamente numa tentativa de organizar, classificar e colecionar os territórios urbanos, conferindo significados e gerando

noções de civilidade, modernidade e progresso correspondentes ao modo de vida e a micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação.

## CAPÍTULO 1 - UM OLHAR DE FRONTEIRA NA VELHA E NA NOVA CIDADE DO SERTÃO

*Feira de Sant'Ana do grande comércio de gado  
 nos dias poeirentos batidos de sol compridos  
 Feira de Santa' Ana  
 Das segundas feiras de agitações mercenárias  
 correrias de vaqueiros encourados  
 tabaréus suarentos abrindo chapéus enormes  
 barracas esbranquiçadas à luz  
 e as manadas pacientes que vêm para ser vendidas  
 de bois do Piauí de Minas do Sertão brabo  
 até de Goiás [...]  
 Feira de Sant'ana  
 a de hoje tão diferente  
 também é boa  
 riscadinha de eletricidade  
 torcida esticada retesada de fios aéreos longos  
 Fords estabanados raquíticos  
 levando no bojo viajantes de xarque  
 ó Fords arados desvirginadores de sertão  
 horizontes da minha terra que me educaram  
 Ainda quero ser limitados por eles  
 minha terra boa boa  
 minha terra minha  
 É lá que eu quero dormir ao acalento daquele céu tão manso  
 dormir o meu grande sono sem felicidade ou tortura de sonho<sup>27</sup>  
 (Godofredo Filho)*

Resolvemos contar essa História iniciando com o “*Poema da Feira de Santana*”, de Godofredo Filho, altivo poeta modernista feirense, por este esboçar

---

<sup>27</sup>Poema escrito em Salvador, Bahia, em março de 1926. Livro publicado sob os auspícios da Fundação Cultural do Estado da Bahia, como parte da edição das Obras Completas do autor.



o mapa de Feira de Santana, no passado, misturando a poesia e narrativa memorialista, oscilando entre as imagens de valorização e transformação da cidade marcadas pelas suas vivências imbuídas do sentimento de saudade entre o velho e o novo na conhecida “Princesa do Sertão”. Prédios modernos, engenhosas construções, carros, luz elétrica misturando-se ao chacoalhar das carroças, às feiras livres no centro da cidade, aos animais soltos nas ruas, aos “tabaréus” suados, dividindo espaços com a gente “elegante” e “bem vestida”. Elementos dotados de uma simbologia que configuravam a (co)existência de um passado ruralista com o presente/futuro de uma cidade que se modernizava, que caminhava rumo ao tão desejoso progresso.

Tomando emprestado a assertiva do historiador baiano Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (2011), a qual o espaço reconstruído na narrativa poética por Godofredo Filho insere-se assim na memória local enquanto um elemento identitário, fornecendo os materiais simbólicos com os quais deveriam ser produzidos novos textos sobre a cidade, criando sensibilidades a partir das quais são formados os olhares sobre o território. De tal modo elabora, com a recuperação dos discursos narrativos tradicionais e a alimentação do seu texto com outras formas de comunicação, um texto seminal que, por sua vez, funda um falar sobre Feira de Santana, institui uma memória acerca de como interpretar esta cidade.<sup>28</sup>

História e literatura, ainda que sejam discursos díspares que aspiram representar as experiências dos homens no tempo, são formas de explicar o presente, planejar o passado, idealizar o futuro; ambas são formas de representar inquietações e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor.

A especificidade da leitura e escrita do texto histórico e literário é obra da constituição do estudioso que lê/escreve; o que Sandra Jatahy Pesavento (2006) evoca como a erudição é esse capital específico do historiador que deve estar à

---

<sup>28</sup>OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. “Meus brinquedos todos”: Godofredo Filho e a narrativa histórica no Poema da Feira de Santana (1926). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possíveis entre um acontecimento dado e outros, de forma a revelar os significados. Ainda que a forma como o leitor vislumbra e ordena os fatos dos acontecimentos reais ou imaginários propicia o sentido aos fatos e a compreensão da mensagem transmitida pelo texto, nós historiadores, por sua vez, temos um compromisso com os fatos que interpretamos produzindo uma verossimilhança na sua representação narrativa acerca do passado. Segundo Pesavento (2006):

A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.<sup>29</sup>

A partir das indagações que o historiador faz mediante um conhecimento prévio do contexto histórico que pesquisa, é que torna-se possível essa relação frutífera para a História; assim quando a história coloca determinadas perguntas, ela se debruça sobre a literatura como fonte. Isto expressa pensar o documento não só como vestígios do passado, mas também como representações da visão de mundo do seu autor, como uma construção cognitiva muitas vezes intencional capaz de perpetuar uma memória ou memórias selecionadas para permanecer na história. Mas sem sombra de dúvidas as fontes tornam-se instrumento de mediação entre presente e passado. Entretanto, são as questões direcionadas pelo olhar do historiador que descobrem na leitura os discursos contidos nas fontes e faz com que as fontes forneçam novas pistas para a reflexão e investigação do passado.

Dialogando com Gervácio Batista Aranha e Flávio André Alves Brito (2013) construir verdades verossímeis a partir das ficções literárias é plenamente possível. Toda obra literária é datada e emerge inserida em um mundo do qual mantém uma relação de diálogo (umas mais, outras menos), mas, ao mesmo tempo, é aberta e lacunar, sendo preenchida com as interpretações do leitor-historiador. Estas interpretações conduzem ao aprofundamento das

---

<sup>29</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006.

representações do passado em obras literárias e nos fazem dizer um pouco mais sobre o passado.<sup>30</sup> Partindo dessa premissa, esse trabalho é também norteado pela literatura, visto que, o texto literário já significa aquilo que os sujeitos históricos representam em suas ações, mas, ao mesmo tempo, ele se abre para o mundo do leitor, redirecionado sua significação.

Marcada por uma história associada ao comércio do gado, a realização da feira semanal, Feira de Santana sobressai-se das demais cidades baianas por ser um entroncamento comercial por excelência. Sob o impulso da intensa atividade comercial, a cidade desenvolveu-se, usufruindo da sua privilegiada posição geográfica. Desse modo, não tardaria para que os poderes públicos, satisfazendo os interesses de determinados grupos políticos, manifestassem com as condições urbanas da cidade, em relação ao alinhamento das ruas, alargamento de vias públicas, construção de novos bairros, espaços, normas de convívio coletivo.<sup>31</sup> As memórias e crônicas de Eurico Alves Boaventura<sup>32</sup> (2006) nos permite figurar essa metamorfose em Feira,

Da Fazenda Santana dos Olhos d'Água vai-se ao arraial de Santana da Feira e chega-se à vila e a cidade de Feira de Santana. Corre constante buliçoso arrepio das tropas de todo canto. Abrem-se ruazinhas vadias pelo planalto. E da velha estrada de tropas e boiadas bem larga, que marchava em direitura do sertão alto, ou de lá voltava, já vai ficando só a lembrança no traçado irregular da Rua Direita, por sinal, a mais torta da urbe. Rua incerta como a marcha dos almocreves de então. Passou a cidade a vila incipiente e era, por lei, a "comercial cidade de Feira de Santana".<sup>33</sup>

A construção desses novos modelos de urbanidade norteados pelos ditames industriais e comerciais, com a superação do padrão de comportamento que caracterizava a Feira de Santana considerada já "pequena e isolada", fundamentada na aristocracia dos currais, conseqüentemente, produziu novos

---

<sup>30</sup>ARANHA, Gervácio Batista, BRITO, Flávio André Alves. Construindo verdades verossímeis a partir das Ficções: por uma hermenêutica histórico-literária. In: Epistemologia, Historiografia e Linguagens. Gervácio Batista Aranha, Elton John da Silva Farias (Orgs.). Campina Grande: EDUFPG, 2013, p.268.

<sup>31</sup>POPPINO, Rollie E. Desenvolvimento econômico de Feira de Santana até 1860. IN: Feira de Santana. pp.75-76.

<sup>32</sup> Eurico Alves Boaventura (1909-1974) bacharel em Direito, foi um dos principais poetas/memorialistas do grupo modernista baiano surgido em torno da revista Arco & Flexa, colaborador de vários periódicos literários de Salvador, Feira de Santana e do Nordeste.

<sup>33</sup> Comércio. In: BOAVENTURA, Eurico Alves. A paisagem Urbana e o Homem. Memórias de Feira de Santana. Editora UEFS, 2006.

modelos ou sociabilidades, diferentes comportamentos públicos inspirados pelos ideais de modernidade e progresso importados de outras cidades<sup>34</sup>, como aconteceu em São Paulo, Rio de Janeiro, Campina Grande.

A respeito da última urbe, o trabalho de Severino Cabral Filho “A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)”, nos permite compreender as experiências, estratégias e recepção em Campina Grande de alguns símbolos daquilo que o mundo estava considerando como sendo signos de modernização, principalmente no que diz respeito às reformas urbanas a partir das décadas iniciais do século XX. Para o autor, é importante avaliar as possíveis diferenças de percepção e recepção sociais ao que caracterizaria a modernização de uma cidade e como tais conceitos se aproximam ou se afastam ao olhar cada experiência.

Nas primeiras décadas do século, tanto em Feira de Santana/BA quanto em Campina Grande/PB, o ordenamento da cidade se estabeleceu como fruto da reivindicação pela provisão das necessidades básicas aos cidadãos: higiene, iluminação, segurança, locomoção, demandando a criação de elementos vigilantes para estes serviços devido à concentração populacional que criava problemas aos administradores. Ainda que tais discussões não se constituíssem debate original/central, visto que desde o século XIX os ideais modernizantes já se faziam presentes na nossa intelectualidade e nos nossos administradores, somente quando a cidade assumiu a posição de campo privilegiado das operações políticas e econômicas é que verificamos a manifestação da “questão urbana”, que se caracterizou pela propagação de discursos que assinalavam para um conjunto de problemas pautados no espaço urbano e sua população, tendo como solução àquilo que se convencionou chamar de modernização.<sup>35</sup>

O conceito de modernidade se executava também em Feira pela estigmatização dos valores e das estruturas tradicionais, nos quais os elementos do novo emergem potencialmente da crise das antigas instituições, tendo como

---

<sup>34</sup>OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado. p 17.

<sup>35</sup>LEITE, Rinaldo César Nascimento. E a Bahia civiliza-se: ideais de civilidade e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916. Dissertação de Mestrado. Salvador: Mestrado em História/UFBA, 1996, pp. 8-9.

elemento distintivo o conflito que se instaura entre a realidade cotidiana de nossa sociedade e os sonhos de futuro elaborados. Sob esse olhar avaliativo é que a intervenção dos administradores de Feira de Santana nas primeiras décadas do século XX, sugeriu e programou modificações aos elementos tradicionais apontados como degradantes. Para isso, a urbanização com o ordenamento da zona urbana, a partir de novos modelos arquitetônicos e de princípios da engenharia. Exemplo disso são as impressões do iminente engenheiro e geógrafo baiano Teodoro Sampaio ao visitar a cidade nos fins dos anos trinta:

Uma mutação completa é o que se vê em toda ela. Já não há aquelas misérrimas construções mal alinhadas, algumas ruas sem calçamento, avultando pelo seu numero. A esthetica da cidade melhorou consideravelmente; melhoraram-se as edificações particulares, os edifícios públicos, as ruas no seu calçamento com largos passeios que permitem a arborização indispensável neste clima tórrido, os jardins de suas praças com seus coretos bem elegantes, o campo do gado, onde se realizam as feiras semanais, amplo, regularizado, arborizado.<sup>36</sup>

Podemos analisar que a modernidade local em Feira também se constituiu num processo caracterizado pela busca por reprodução dos ideais e modelos externos, que se compuseram no confronto da nossa realidade com os padrões sociais, políticos e culturais europeus, visto que, na Europa houve um fortalecimento do urbanismo, entendido como a possibilidade do estabelecimento do fator urbano enquanto fruto do planejamento da cidade pela escolha de valores que visam o progresso e a produtividade, modificavam o ideário e a vivência do espaço citadino.<sup>37</sup> Seria necessário então adequar este discurso às reais necessidades do país que desejava construir um espaço urbano que apresentasse toda polidez e fineza do mundo moderno.

O urbanismo se restringiu na tentativa de reprodução dos avanços técnicos observados nas cidades ditas modernas e desenvolvidas, a partir do estabelecimento de modelos bastante estreitos de estruturação do espaço urbano e da composição de regras de conduta social, desprezando, a discussão sobre os direitos sociais que a vida urbana suscitava, instituindo o surgimento

---

<sup>36</sup> SAMPAIO, Theodoro. Melhoramentos. In. COLUNA da Vida Feirense. Jornal Folha do Norte. Feira de Santana. n. 1503, 30 abr 1938. p. 55

<sup>37</sup>Revista Projeto História, (18); maio, 1999.

das nossas cidades a uma nova forma de composição do tecido urbano, bem como de um novo formato de convivialidade que tinha como principal parâmetro a imagem de Paris Haussmanniana que figurou no ideário moderno como um modelo autêntico de cidade.<sup>38</sup>

O modelo em voga nas principais cidades brasileiras, também era almejado e reproduzido em Feira, como pode-se apreender no trecho a seguir:

A cidade da Feira de Sant'Anna é a mais linda das cidades que percorri no Estado da Bahia. A não ser a sua **falta d'agua**, que só pode ser canalizada de algumas léguas de distancia, e a **falta de esgotos**, ou a lembraria que ella fosse transformada a capital do Estado. (grifo nosso).<sup>39</sup>

Trata-se das impressões do Sr. Moreira Pinto, quando visitou o que chamou de “sertões baianos”, expondo suas observações de visitante no jornal carioca “Comércio”. Apesar da falta de esgotos e fornecimento de água encanada percebe-se no trecho o processo de urbanização onde a transformação da visão da cidade e do ambiente urbano durante o período republicano encontra-se, ainda, vinculado aos processos históricos que culminaram na ressignificação da rua, por exemplo, que deveria preparar-se em termos estéticos e higiênicos para receber o cidadão brasileiro que nascera com o novo regime, como diz Fonseca:

A cidade deveria tornar-se um lugar prazeroso para o gozo dos cidadãos e, portanto, aparentar uma extensão da casa, ou seja, um lugar limpo, higiênico, agradável e moralmente saudável. No projeto de reforma urbana, as ruas, até então um espaço preferencialmente destinados aos negros, mulatos, vadios, mendigos, prostitutas e boêmios, precisavam ser ocupadas pelas famílias, pelos senhores de cartola, pelas senhoras e moças vestidas de acordo com a “última moda de Paris”.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup>RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>39</sup>COLUNA da Vida Feirense. Jornal Folha do Norte. Feira de Santana, n. 1574. 09 set 1939. p.132.

<sup>40</sup>FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. “Fazendo Fita”: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: EDUFBA: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, 2002. p.30.

Conseqüentemente, se a modernização já era uma realidade para as capitais brasileiras ao longo da década de 20, não demorou muito para atingir as cidades do interior com certo desenvolvimento econômico e grande prestígio político, como era o caso da cidade de Feira de Santana que nesse período figurava no cenário baiano como a cidade mais importante do interior da Bahia.<sup>41</sup> Assim, a euforia urbanística também compôs parte significativa dos sonhos das lideranças feirenses durante a primeira metade do século XX, onde o olhar avaliativo estabeleceu a valorização dos ideais modernos através de uma análise comparativa entre as imagens da capital federal e estadual e a realidade local, no qual os elementos exteriores eram valorizados ao ganharem status de símbolos representativos da modernidade.

Analizamos também a noção de progresso que, desde suas origens, denota ser a crença num desenvolvimento evolutivo contínuo rumo a uma realidade futura que figura no imaginário social como um espaço para o cumprimento do sonho da realização plena dos seres vivos, culminando numa atmosfera atemporal da vivência da felicidade.<sup>42</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, tal mentalidade serviu de instrumento de legitimação do regime republicano que daria ênfase aos elementos utópicos trazidos pelo positivismo através dos quais “a República era percebida em sua perspectiva ainda maior de uma procura de idade de ouro futura”<sup>43</sup>, uma vez que esse novo regime adotou como seus, assim como tantos outros, os elementos componentes da noção de progresso – a crença no poder do saber científico e a disciplinarização do comportamento como único caminho na construção de uma sociedade próspera e feliz.<sup>44</sup>

Ao condicionar a construção do futuro enquanto campo de realização da libertação do homem com a expansão e proliferação do conhecimento especializado voltado para o domínio da natureza, a ideologia do progresso

---

<sup>41</sup>OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado. p 17.

<sup>42</sup>Sobre o desenvolvimento da idéia de progresso nas sociedades ocidentais ver: NISBET, Robert A. A história da idéia de progresso. Brasília, DF: UNB, 1985.

<sup>43</sup> CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>44</sup>DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 270.

adquiriu valores próprios no Brasil e um papel político central que engendraria o mito da modernidade sustentado por uma idéia de desenvolvimento econômico que seria alcançado pelo domínio da natureza pelo saber humano incrementado pela industrialização. Deste modo, o ideário progressista aliado aos ideais de modernidade incentivou a reprodução de modelos sociais inspirados nos padrões das sociedades européias, uma vez que estas eram as portadoras das imagens que traduziam e atestavam os resultados benéficos do processo de apropriação da natureza pelo homem.<sup>45</sup>

A euforia urbanística que arrebatava os líderes políticos durante a primeira metade do século XX determinou um olhar avaliativo sobre o espaço urbano feirense que valorizava os elementos simbólicos exteriores à sua cultura, procurando degradar os símbolos do passado e promover a construção de uma nova realidade na qual pudesse ser concretizado o sentimento de plenitude que as imagens das cidades européias traziam aos olhos de quem às contemplavam. Segundo Oliveira:

A crítica ao mundo rural representava a tentativa de adequar o país a um ritmo histórico novo, mais afinado com as transformações ocorridas na Europa e parelho com os ideais de progresso. A partir dos anos finais do século XIX, o tempo histórico sofreu uma aceleração brutal com o encurtamento de distâncias e a possibilidade de comunicações mais rápidas, fazendo com que as novidades chegassem com maior rapidez.<sup>46</sup>

Assim, a noção de progresso se efetuava pela negação dos valores e das estruturas tradicionais nas quais repousava durante anos a sociedade feirense, mas que a condenavam a ser símbolo máximo do “atraso brasileiro” e que mereceriam, por isso, serem trocados por outros modelos, novas formas.

### **1.1 (IN)FORMAÇÃO DA CIDADE PROGRESSISTA**

A abertura de estradas para diversas regiões do Estado motivou o aumento do fluxo de pessoas ao centro urbano, provocando um aumento na demanda de prestação de serviço e de comercialização de produtos, propiciando

---

<sup>45</sup> Id. Ibid. p. 272.

<sup>46</sup> Cf. OLIVEIRA. Op. Cit. p. 25.



assim a emergência social de grupos ligados aos setores do comércio formal. Ansiosos por incluírem-se nos ditames do capitalismo mundial, estes indivíduos procuraram especificar os rumos a serem tomados pela sociedade, a fim de concretizar sua ascensão econômica, na tentativa de viabilizar a sua escalada ao poder público. Para isso, a imprensa foi utilizada como escudo político e meio de manipulação de poder.

Tendo como principais veículo de divulgação o Jornal Folha do Norte, que comportava-se como os grandes jornais diários, que difundiam posições políticas e são vinculados a interesses econômicos específicos e, portanto, são condicionados pelos grupos econômicos que lhes dão sustentação financeira e submetidos às conveniências ideológicas às quais seus proprietários se identificam, analisaremos como esses grupos políticos feirenses não pouparam esforços em ignorar símbolos do passado agrário da cidade e de sua condição de “sertão-pastoril” para ressaltar o papel da cidade como importante centro comercial dotada de uma estrutura física moderna, no qual sua população desenvolvia um estilo de vida citadino.

A exemplo do que ocorria nos principais centros do país, a virada do século e o advento do novo sistema republicano levaram também determinados grupos feirenses a se engajarem na busca por tal ideal de civilidade.<sup>47</sup> Através do Jornal Folha do Norte podemos perceber a difusão de ideias ditas modernas e progressistas em Feira de Santana. Para SILVA, a imprensa feirense tomou para si o papel de difusora de novos princípios de modernidade, afirmando que através dela “pretendeu-se reformar hábitos, imprimir novos costumes, moldar outra imagem da cidade, extirpar todos os males que pudessem comprometer o seu desejo de progresso”<sup>48</sup>.

O Jornal Folha do Norte foi protagonista em elaborar um olhar e um discurso diferenciado sobre a cidade de Santana. Através do referido periódico, esses indivíduos traduziram suas “inquietações em reorganizar” a sociedade feirense, vivenciando um sentimento conflituoso caracterizado pela tentativa de comparar os elementos do passado e os ideais de futuros pretendidos - que

---

<sup>47</sup> Folha do Norte de 11/01/1913, número 133, p.1, MSC/CENEF.

<sup>48</sup>SILVA, Aldo Jose Morais. Terra de São natureza: a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920). Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de especialização.

assinhalava disputa em pares antagônicos urbano/rural, cidade/campo, atrasado/moderno, civilizado/bárbaro -, no qual figurava a tentativa de tornar “Feira” uma cidade moderna, colocando o futuro da sociedade feirense em concordância com o projeto geral do país em se tornar uma nação civilizada e símbolo de progresso.

Podemos notar através dos jornais a persistente preocupação dos órgãos públicos e das autoridades locais em realizar o deslocamento da representação da Feira de Santana enquanto uma cidade de bases rurais, para defini-la como uma urbe dotada de um poderoso comércio e de uma estrutura cidadina. Assim sendo, a cidade experimentou um processo de urbanização que paulatinamente foi modificando sua paisagem física e sócio-cultural, esgarçando percepções e práticas sociais tradicionalmente arraigadas às suas relações cotidianas e instituindo novas semânticas de reconhecimento do lugar, configurando a nova e velha cidade.

Rasgaram-se avenidas, abriram-se escolas, estradas inúmeras como longas “serpentes de Jaspe” levaram aos quatro ventos, a fama de hospitalidade que já se ia tornando tradicional. **E a cidade foi perdendo rapidamente tudo que restava do antigo povoado de D. Ana Brandôa.** As suas longas avenidas nada têm de provinciano, os seus parques outrora sombrios e melancólicos, estão inundado de luz; e a alegria radiosa da juventude das escolas forma como que uma aureola cintilante de Vida e de Graça.<sup>49</sup> (grifo nosso)

Merece nota que o trecho acima, apesar de ter sido publicado em 1941, o Sr. Dival Pitombo, figura ligada às artes e à cultura erudita de Feira de Santana, fazia referência ao que chamou de “metamorfoses da cidade” ocorridas durante a década de 30 em Feira de Santana. No que se refere ao Jornal Folha do Norte (JFN), este acompanhou todas as mudanças que alteraram a aparência da saudosista cidade mapeada por Godofredo Filho em seu “Poema da Feira de Santana”, bem como, os seus problemas sociais e infra-estruturais que o crescimento urbano causava, desempenhando assim seu papel político.

---

<sup>49</sup>PITOMBO, Dival. *Metamorfoses*. In. REVISTA SERPENTINA. Feira de Santana, abr 1941. n. 1. s.p. Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão (BSMG/UEFS).

Portanto, analisamos tal periódico como elemento difusor de ideais de progresso e modernidade tão almejados por grupos da sociedade feirense.

Nessa complexa teia de relações, imbricamento e construção da modernidade na urbe feirense, materializada nas construções e reformas urbanísticas, bem como na implantação de novos hábitos, imposto por um novo código de conduta, reconhecemos a existência de pelo menos, para fins analíticos, duas fases de modernização: a **primeira** compreende dos finais do século XIX até meados da década de 1930, marcada pelas primeiras intenções de civilidade e progresso, como também pelos investimentos infra-estruturais; **segunda**, entre as décadas de 1930 e 1960, fase de grandes reformas na imagem da cidade, tais como alargamento e higienização das ruas, investimento em iluminação pública e na construção de prédios, propiciando com isso, aumento nas taxas de urbanização.

Essas duas fases agiram na produção de territórios, multifacetando o espaço feirense. Nesse processo de reconfiguração da Feira de Santana “moderna”, observamos quanto o perímetro urbano, cada vez maior, sofria a manipulação dos agentes sociais, levando a cidade a fracionar seus espaços, tendo com princípio o uso por função. Dessa forma, fica explícito uma interação entre sujeitos, que constroem o cotidiano, e o espaço em si. A resultante dessa junção é o que denominamos de território. Segundo Ana Maria Oliveira (2008), na sua pesquisa sobre a modernização em Feira de Santana:

Mais que uma unidade, uma medida ou uma forma de delimitação de um espaço geográfico, o território é definido pela apropriação que deles fazem seus habitantes. Assim, o território ganha contornos a partir das múltiplas experiências vivenciadas e através das representações construídas sobre ele.<sup>50</sup>

Esses territórios podem ser reconhecidos enquanto um *campo de possibilidades*, estando suscetível ao uso e as ações dos atores sociais. Quanto às construções e também reordenamentos, conforme Feldman<sup>51</sup> (1989), não se fazem ao acaso, pelo contrário, faz parte de um processo duplamente interligado,

---

<sup>50</sup>OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)*. Recife: UFPE, 2008. (Tese de Doutorado). Pag. 151.

<sup>51</sup>FELDMAN, Sara. *Segregações Espaciais Urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. USP, 1989. (Dissertação de Mestrado).

de um lado pelo processo econômico – expansão do capital – do outro o social – condicionados pelos hábitos e costumes urbanos.

## **1.2 “PARA UM FUTURO FELIZ E DIGNO”: EIS QUE SURGE O FOLHA DO NORTE**

Como já foi mencionado o Jornal Folha do Norte é o mais antigo jornal em circulação na cidade de Feira de Santana. O primeiro número surgiu em 17 de setembro de 1909, fundado por Tito Ruy Bacelar<sup>52</sup> e Arnold Ferreira da Silva<sup>53</sup>, como redator até 1910 e, passou a contar com diversos colaboradores entre eles membros da elite feirense (médicos, juristas, advogados, engenheiros) começando a circular semanalmente e, como outros jornais, foi criado para servir de escudo político.

Quando da fundação do jornal, a cidade possuía uma população estimada em 68.887 habitantes, distribuídos pela zona urbana e rural, e era composta de dez distritos: Feira de Santana (sede), Almas (atual cidade de Anguera), Bom Despacho (atual Jaguara), Bonfim de Feira, Humildes, Ipuaçu (atual Governador João Durval Carneiro), Pacatú (atual cidade de Santa Bárbara), São José das Itapororocas (atual Maria Quitéria), São Vicente (atual Tiquaruçu) e Tanquinho de Feira (atual cidade de Tanquinho). Mas já em desenvolvimento destacando-se entre outros municípios da região, sua economia movimentava a pecuária e a agricultura. Nessa época era Intendente da Comercial Cidade de Feira de Santana, o Coronel Abdon Alves de Abreu, adversário político dos fundadores da Folha do Norte.

Participaram da redação do novo semanário, em seus primeiros anos de vida, o Prof. Fernando São Paulo, Geminiano Costa, Padre Gomes Loureiro e, entre seus redatores, Antonio Augusto da Silva Garcia, o poeta Aloísio Rezende

---

<sup>52</sup>Nasceu em Feira de Santana a 12 de fevereiro de 1850 e faleceu a 13 de janeiro de 1922. Comerciante nos seus primeiros anos de sua vida, político desde o império, quando militou nas fileiras da política Liberal, eleito membro do Conselho municipal em 1877. Eleito intendente de Feira de Santana, exerceu o cargo de 1º de janeiro de 1904 a abril de 1906.

<sup>53</sup>Nasceu em 3 de agosto de 1894. Cursou as primeiras letras na escola primária, mas não terminou os estudos regulares. Assumiu a direção do jornal de 14 de janeiro de 1922 a 17 de novembro de 1923. Foi intendente do município de 1º de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1927. In: Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998, CEI, p.40.

e o Prof. Edgard Erudilho Suzart, pessoas que faziam parte de uma elite intelectual em Feira de Santana, público alvo do jornal.

A Folha do Norte era a princípio, editada na Rua Dr. Manoel Vitorino nº 112 (atual Rua Marechal Deodoro). A Folha era um semanário que comumente se apresentava com quatro páginas, eventualmente ampliado para seis ou oito. Trata-se de um jornal provinciano, noticioso, que se vale da publicidade oficial. Publicava notas diversas (fúnebres, de congratulações, exonerações, convites, agradecimentos, despedidas, etc.), indicadores e avisos de toda ordem (inaugurações, aniversários, batizados, horários de missas, casamentos, etc.). Com efeito, criou estratégias para ampliar seu público potencial e, com isso, lucrar mais, já que é mercadoria e não deve ser bem entendida fora de uma lógica comercial.

Na madrugada do dia 3 de maio de 1911 a sede do jornal sofreu um incêndio que destruiu as oficinas, fato que forçou a suspensão deste por alguns meses. Nos dias subsequentes ao deplorável acontecimento, considerado de origem criminosa, logo intencional perpetrado pelos adversários políticos de Tito Ruy Bacelar e Arnold Ferreira da Silva, foi instaurado inquérito policial para identificar as verdadeiras causas, não logrando êxito. As atividades foram retomadas em 10 de agosto de 1911.

Com o falecimento de Tito Ruy em 1922, e como dele não houvesse descendente, tampouco surgisse alguém interessado na aquisição do jornal, Arnold Ferreira da Silva, que já vinha participando desde a sua fundação, demonstrou vontade de adquirir a propriedade do semanário, e da Tipografia Progresso que o editava com todos os seus mecanismos, tipos e pertences. No dia 5 de abril de 1922, no tabelionato de João Carneiro Vital, com a presença da viúva de Tito Ruy Bacelar, a escritura foi assinada e a propriedade da Folha do Norte foi transferida para os irmãos Arnold, Dálvaro e Raul. Logo após a regularização documental, a firma foi registrada com a denominação de “Silva e Irmãos”, e publicada uma nota no jornal, informando ao público uma nova razão social.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup>Folha do Norte, 20/11/2009 – Edição Especial 100 Anos. MCS/CENEF.

Na preparação do jornal estavam em jogo as forças políticas que atuavam na cidade e, portanto, os próprios ideais de cidade. Vale ressaltar que os líderes e redatores do jornal faziam parte de famílias tradicionais da elite feirense composta por médicos, advogados, poetas, professores, engenheiros que imbuídos do discurso de modernização e progresso para Feira, desejavam o rompimento com o “passado rural” da cidade. Esta possui o mesmo caráter de mobilidade que caracteriza suas relações sociais, e estão marcadas pelos mesmos conflitos. Nesse aspecto, Cássia Regina Magaldi explana, ao tratar de jornal, que “sua configuração, resultante das formas assumidas pela sociedade, pelas formas históricas de apropriação do espaço e pelas inter-relações dos elementos que compõem a sua estrutura, está sujeita à uma dinâmica que não pode ser dissociada da política”<sup>55</sup>.

Segundo MORAIS (1998), o Folha do Norte veio substituir o extinto jornal O Progresso, no que se refere as denúncias às questões políticas locais. Em seus primeiros exemplares visou delatar o que apontava como práticas discricionárias da administração do Coronel Abdon Alves de Abreu, intendente de Feira de Santana no período de 1908 a 1912, onde venceu seu adversário político de Tito Ruy Bacelar. Eram apresentados pelo periódico elementos negativos na cidade, que iam desde a considerada má atuação ou negligência das autoridades para com os problemas urbanos, até as implicações destes descuidos no comportamento da população.

No artigo de 10 de março de 1912, intitulado “Obra de Salvador”, podemos notar com tamanha ironia e criticidade, indicativos na visão do jornal como sendo um processo de “descivilização” na qual a sociedade feirense enfrentara:

As administrações anteriores que faziam? Cumpriam as leis, publicavam balancetes, iluminavam a cidade, varriam as ruas, facilitavam a implantação de melhoramentos materiais e também faziam outros, muitas vezes realizando, para isso, desapropriações, aquisitavam imóveis, trabalhavam pela instrução pública, sem falar no aterro de barracaes, na drenagem de pântanos, nos calçamentos, nos consertos de estradas...

---

<sup>55</sup>MAGALDI, Cássia Regina Carvalho de. Entre o pensar e fazer arquitetura em Salvador na virada dos séculos XVIII e XIX. IN: FENELON, Déa Ribeiro. (Org.). Cidades. São Paulo: Olho d'água, 2000, p.16.

...O primeiro gesto do intendente foi, pois, logo ali, à porta da intendência, um formidável pontapé nessa inútil papelreira de leis...

Os outros administradores publicavam contas, e balancetes, e uma porção de coisas prenhes de algarismos... Para quê? Para distrair a atenção dos munícipes de seus negócios particulares e, pois facto, prejudicá-los desalmadamente. O povo tem mais que fazer!

[...]

Varrer as ruas! Varrer as ruas duas ou três vezes por semana! Mas aqueles homens não compreendiam que estavam gastando as calçadas e os passeios?

A suspensão do asseio se impunha como medida urgente de economia. O benemérito a adotou.

Esses grandes benefícios que aí ficam registrados não podem ser senão de um salvador. Mas não foram só estes. Há muitos outros ainda que até os nossos bisnetos, um dia, glorificarão.

[...]

Prédio escolar? Pra que, se as escolas não estão funcionando na rua? Só para prejudicar os proprietários...Isto de prédios escolares é para Nazaré, Santo Amaro, São Félix, etc, etc. nada. Além de tudo não deram a preferência da construção ao intendente; portanto...a Feira não precisa de prédio.

E aí está a terra salva, e aí está o povo redimido.

Finda-se a obra do benemérito. Ele vai sair.<sup>56</sup>

Numa relação indissociável da política, o Folha do Norte através desse artigo estabelece uma comparação entre os feitos do intendente anterior e do atual chamando atenção para o descaso e desserviço às leis. A falta de manutenção das ruas e calçadas limpas, a falta de prédios escolares foram também mencionados enfatizando de maneira crítica que tais serviços eram para outras cidades, Santo Amaro, Nazaré e São Félix, por exemplo, como se Feira de Santana e toda sua “gente” não necessitasse deles. E assim, prossegue artigos que declaravam o quadro de abandono geral da cidade e apontava a procedente degeneração dos costumes entre os munícipes:

A atual administração do município – administração “Salvadora”... atira nosso código de posturas ao mais completo dos abandonos, para gaúdio dos felizardos fiscais, cujo “trabalhinho” único receber a “massa”...

Pelas ruas vagueia uma infinidade de animais de toda espécie, danificando a arborização e oferecendo as nossas urbes, para recreio dos visitam esta cidade, um lindo aspecto de fazenda sertaneja.

Mas não é só isto:

---

<sup>56</sup>Folha do Norte, 10/03/1912. MCS/CENEF.

Agora há coisa mais grave: tiros a esmo. Sim. Na praça Padre Ovídio, em certas noites, os transeuntes ficam ameaçados de ser vítimas do inocente e civilizado “brinquedo”. Menos grave, embora mais abundantes, há também o divertimento formidáveis garrafadas, que explodem nas ruas mais transitadas, causando sobressalto às famílias. Decididamente: nós vamos em progresso...<sup>57</sup>

Para além das questões supracitadas, animais soltos nas ruas, proferimento de palavras de baixo calão, brigas, tiros com armas de fogo e garrafadas são também motivos noticiados pelo jornal que afrontam o bem estar da família feirense e, que faz Feira de Santana caminhar em sentido contrário ao progresso.

Podemos nos atentar que por conseguinte, é apresentado pelo Folha do Norte, número após número, uma Feira de Santana arruinada, degradada materialmente e socialmente, onde a simbologia de civilização que existia anteriormente, for abandonada por completo, cedendo lugar à cidade do caos, da “barbárie”, “incivilizada”. Vale ressaltar que tais ataques e evidências dos problemas urbanos, durante a administração de Abdon, têm por fim principal atingir o intendente e seu mandato, ainda que, repercute sobre a população.

Passado o clima de tensão política, em que se acusou a degeneração material e social do município e quando, por isso, se abdicou provisoriamente da idéia de lugar “civilizado” para distinguir a cidade de Feira de Santana em discursos apregoados pelo Folha do Norte, este jornal encontrou uma conjuntura política favorável, na gestão do coronel Bernardino da Silva Bahia.<sup>58</sup> Encetada em 15/10/1912, a ocasião era propícia para recompor a imagem positiva da cidade. A partir de então, novamente a caracterização de uma cidade “civilizada, moderna”, obviamente que atendessem às necessidades da elite local, tornou a ser usual em discursos anunciados pelo periódico, sintetizando o caráter, a essência da cidade. Contudo, nas épocas em que Feira de Santana foi gerida

---

<sup>57</sup>Folha do Norte, 23/03/1912. MCS/CENEF.

<sup>58</sup>O Coronel Bernardino da Silva Bahia assumiu por duas vezes a intendência da Feira de Santana. Esta, a primeira, compreendeu o período entre 15/10/1912 a 31/12/1915. A segunda gestão teve início em 01/01/1920 até 31/12/1923. Folha do Norte, 20/11/2009 – Edição Especial. MCS/CENEF.



por grupos políticos aos quais o jornal se opôs, essa designação voltava a ser recusada.

A leitura que fazemos é que a elaboração e a divulgação de ideias de cidade no Folha do Norte não só levava em conta o clima político que se conformava no município a cada eleição, como ainda o posicionamento dos dirigentes e redatores do jornal diante dessas novas situações do poder local. Em suma, progresso e civilidade como expressões que eram produtos da manipulação do discurso político.

O artigo “Melhoramentos locais – a arborização das ruas e a influência das florestas sobre o clima” ilustra satisfatoriamente a questão da manipulação em torno dos discursos de poder:

Com tempo e em tempo, dissemos em artigo anterior, subtítulo – O Governo Local, estudaríamos os melhoramentos inadiáveis, compatíveis, actualmente, com as nossas finanças.

É o que propomos fazer agora, indicando, apenas o que de mais urgente e de mais simples podemos levar a efeito, dentro das nossas forças.

A cidade de Feira de Sant’Anna, situada numa vasta planície arenosa e clara, desabrigada das grandes arvores, tem as suas largas e extensas ruas principaes bem alinhadas, quase paralelas entre si, e orientados na direção N.S.

[...]

Eis uma condição hygienica admirável, mas há excesso de luz e de calor, e o excesso em tudo é nocivo.

Possuímos uma cidade verdadeiramente luminosa, e não conhecemos outra onde os efeitos de luz derramem tanta claridade.

Mas como corrigir esses excessos?

Simplesmente por meio de uma boa arborização.

Arvores dentro do nosso perímetro urbano, arvores no perímetro sub-urbano, arvores em sítios e fazendas dos diversos districtos de paz do município, eis uma medida que se impõe ao governo local. [...]<sup>59</sup>

É notório através do artigo anterior e de outros já elencados aqui, o discurso apregoado pelo Folha do Norte que toma para si a incumbência de “estudar os melhoramentos inadiáveis” para a cidade. Desse modo, “indicando, apenas o que de mais urgente e de mais simples podemos levar a efeito, dentro de nossas forças”. Nesse caso, o que jornal chama de “inadiável e urgente” é a

---

<sup>59</sup>Folha do Norte, 4/1/1913. MCS/CENEF.

arborização das ruas, visto o excesso de luz e calor e, “o excesso em tudo é nocivo”. Ainda que a arborização (no perímetro urbano/central) se constitua num processo que melhore a situação climática e estética da cidade, os líderes do jornal parecem se preocupar apenas em fazer de Feira de Santana uma cidade bela e bem vista para a elite que nesse espaço transita. Medidas de fato inadiáveis como moradia, educação, saúde e lazer que atendam ou que satisfaçam ao “povo” não são mencionadas e “indicadas”, passam, na verdade, despercebidas pelo periódico e pelos olhos dos que delem fazem parte.

De acordo com Grazyelle Reis dos Santos (2008) a cidade de Feira de Santana era concebida pelo jornal como uma “comunidade imaginada”, simbólica, isto é, uma cidade representada conforme as necessidades e os interesses políticos e ideológicos daqueles que elaboravam o Folha do Norte, e portanto, que não refletiam fundamentalmente todas as suas facetas sociais e culturais, mas elegiam imagens e ideias que melhor se articulavam com a posição que ocupava o jornal na sociedade, o que contribuiu para que os cidadãos feirenses compartilhassem de uma ideia de cidade unificada e totalizante, mas que também variava conforme varia periodicamente os grupos políticos da época.<sup>60</sup>

Órgão de divulgação de atividades, discursos e atos do poder legislativo e executivo do município, o Folha do Norte mostra na elaboração das matérias vínculos com os interesses dos grupos econômicos e instituições políticas que apoiava. E não hesitava em acusar os descasos e abusos de seus adversários, já que era prática comum entre os colaboradores mencionarem em artigos ou crônicas opiniões pessoais relativos aos assuntos em pauta, fazendo do jornal arena de debates acalorados, animando o ambiente político da cidade.

Desse modo, é recorrente no jornal Folha do Norte entre 1909 e 1940, as imagens e representações que assinalam à “chegada” (ou não) do progresso em Feira de Santana. As construções e reformas urbanísticas ressaltam o papel da cidade como importante centro comercial, em detrimento de um passado rural,

---

<sup>60</sup>SANTOS, Grazyelle Reis dos. Literatura e cultura em Feira de Santana: práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte. Dissertação de mestrado – UEFS. – PPGLDC, 2008.

agrário, “forçadamente esquecidos” por uma população que agora desenvolvera um autêntico estilo de vida citadino, ou melhor, fora obrigada a isso.

### **1.3 TEMPOS MODERNOS, PAPÉIS ANTIGOS: O JORNAL FOLHA DO NORTE COMO LINGUAGEM E PRÁTICA CONSTITUTIVA DO SOCIAL**

Ideais de progresso, modernidade e civilidade chegaram em Feira de Santana e, como em todo Brasil urbano e moderno, contou com aliados. Aliados no campo do devir, na justificativa ideológica, no alicerce de um novo imaginário, que se queria urbano.

Desse modo, nos debruçamos sobre a função dos Jornais e da imprensa no processo de modernização e civilidade. O Jornal Folha do Norte constitui-se como o principal instrumento difusor dos “novos tempos” para Feira de Santana, se auto-reconhecendo, enquanto um guia ou simplesmente um manual que aconselhava os comportamentos, atitudes e ações que os cidadãos deveriam seguir para com isso construir um novo dia-dia na modernidade.

É nesse sentido que deve ser percebida a decisão de declarar publicamente tal função, como fez o semanário Folha do Norte, de janeiro de 1913, ao afirmar que a missão da imprensa não é só censurar, mas principalmente, orientar, traduzindo em formulas concisas as necessidades sociais e, quando justas, as aspirações populares. Seria necessário a esta orientação, porém, antes de mais nada, identificar os elementos que seriam trabalhados na sociedade, os indicativos da incivilidade.<sup>61</sup>

Mesmo construído pela e para a elite dirigente de Feira de Santana (médicos, engenheiros, poetas, professores, advogados) os jornais feirenses<sup>62</sup>, desenvolveram e buscaram uma nova noção de *civilidade* que se concatenasse com a cidade que estava sendo pretendida e assim erigida.

---

<sup>61</sup>Op. Cit. SILVA, Aldo. P. 152.

<sup>62</sup>Feira de Santana ao longo de sua História, contou com a circulação de inúmeros Jornais, muito embora a maioria deles tivesse uma existência efêmera e não mantivesse uma regularidade. Destacou-se: O feirense (1862); Correio de Notícias (1895); Gazeta do Povo (1890); O Propulsor (1898); Folha de Feira (1932), Tribuna Popular (1957) e o mais famoso deles o Folha do Norte, que circula desde 1909.

O jornal ocupava uma posição na sociedade feirense de porta-voz das novidades, o portal através do qual haveria o contato com o mundo exterior. Não é difícil imaginar a valorização desse papel nos jornais, principalmente pelo monopólio que os órgãos de imprensa detinham no período.<sup>63</sup>

Por conseguinte, nesse processo de urbanização, o progresso não deveria ser apenas decodificado pelas construções ou intervenções públicas materiais, paralelo a isso, deveria ocorrer o desenvolvimento e a superação dos costumes antigos, deveria matizar-se um novo modo de agir, pensar e sentir nos indivíduos/sujeitos, importante para referendar os novos tempos.

Sendo assim, ao propormos essa pesquisa, optamos por utilizar as fontes impressas de periódico, dessa forma, e dentre estas o semanário *Folha do Norte*, destaca-se por ser o mais antigo em circulação no Município<sup>64</sup>, o primeiro em tiragem e por representar a linha político/ideológico da oligarquia feirense dominante, durante o recorte temporal proposto (1909-1940). Esse veículo de comunicação é de uma riqueza inquestionável, seja por trazer informações sobre o dia-a-dia, dando subsídio ao historiador interpretar o cotidiano em questão, seja, por permitir a identificação dos valores morais, ético e ideológico dessa elite que rege a cidade.

Entre as vantagens da utilização da imprensa como fonte documental da História, Renée Barata Zicman<sup>65</sup> destaca três: a “periodicidade” porque, enquanto “arquivos do cotidiano” os jornais permitem “estabelecer a cronologia dos fatos históricos”; a “disposição espacial da informação”, porque possibilita “a inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo”; e o “tipo de censura”, porque “a imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata”, enquanto as outras fontes documentais, colecionadas em arquivos sofrem “quase sempre triagem antes de serem arquivadas”. Entretanto, segundo Tânia Regina de Luca (2005), na análise dos jornais algumas questões merecem destaque: atentar para as características de ordem material (periodicidade,

---

<sup>63</sup>Op. Cit. OLIVEIRA, Clóvis. P.74.

<sup>64</sup>Fundado em 17 de setembro de 1909.

<sup>65</sup>ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações teóricas. São Paulo: Projeto História, 1985,p.89.

impressão; papel); formas de organização interna dos conteúdos; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores e também o público a que se destinava.

A imprensa, o Folha do Norte, passa a ser utilizada aqui não só como fonte de pesquisa, mas como objeto. Para Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), a eleição de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, negando, desse modo, todas aquelas perspectivas que a encaram como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e, assim, isolado da realidade político-social no qual se insere.<sup>66</sup>

No texto “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória” <sup>67</sup> de Bethania Sampaio Corrêa Mariani a autora discorre que a análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias, ou seja, lê o presente, ao mesmo tempo em que organiza um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado memória, a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. Segundo Marianni (2001, p.33):

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. <sup>68</sup>

---

<sup>66</sup>CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Ligia. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

<sup>67</sup>In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2ªed. São Paulo: Fontes, 2001, p.33.

<sup>68</sup>Ibidem, ibidem, p.33.

Tânia Regina de Luca (2005)<sup>69</sup> pondera que os jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, que agregam pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Assim, é também instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Desse modo, é perceptível, de modo geral, que o que seria divulgado na Folha do Norte tinha diretamente relações profissionais e particulares e as afinidades político-ideológicas com os colaboradores e diretores. As deliberações a fim do que publicar, desde a disposição das notícias no papel à natureza dos conteúdos passavam sempre pela triagem das idéias políticas adotadas pelo grupo que produzia o semanário. Vale mencionar que tais decisões eram pensadas supondo-se o seletor público leitor.

Entretanto, ainda com o avanço e a diversificação do uso da imprensa periódica nos campos de pesquisa e ensino pensando as questões oriundas desta ora como fonte ora como objeto, tornou-se imprescindível um aprofundamento teórico-metodológico por parte dos pesquisadores. Analisando tais questões referentes à História e a Imprensa as historiadoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007), enfatizam que pouco se tem avançado em uma formação específica que prepare os profissionais para uma análise crítica destes materiais. Portanto, considera-se que a falta de uma metodologia específica levam os pesquisadores e professores a análises descontextualizadas e superficiais. Para tais historiadoras, a imprensa, em suma maioria, aparece como “objeto morto”, analisados e estudados fora de seu contexto e historicidade, ou como fonte secundária, utilizadas meramente como fontes de informação.

Para Capelato (1988), faz-se necessário estabelecer algumas questões iniciais para quem se propõe a trabalhar com periódicos e assim possa direcionar a pesquisa. Quem são os seus proprietários? Quando foi produzido? A qual público é direcionado? Quais seus objetivos e intenções? Como se constitui enquanto força ativa no seu período de circulação? Como se constitui enquanto sujeito? Qual sua relação com as conjunturas de seu tempo e campos de atuação? Quais seus aliados e opositores? As respostas a esses

---

<sup>69</sup>LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

questionamentos guiam o historiador para a metodologia de análise do jornal em suas diferentes partes, como os editoriais, as colunas sociais, classificados e propagandas, levando em consideração que a imprensa, não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade. (CAPELATO, 1988, p.24).

Cabe ao estudioso que venha utilizar o periódico enquanto fonte procurar em um primeiro momento, identificar no periódico seu título, data de publicação, periodicidade, projeto gráfico, processo de produção, tiragem, preço, circulação e distribuição, além dos atores envolvidos em sua constituição como proprietários, produtores, diretores, e redatores.

Como fonte de análise, o jornal pode ser estudado desde o ponto de vista dos editoriais até o das colunas sociais, passando pela diversidade de outros espaços que o compõem (CAPELATO, 1988, p. 20)

O editorial é o texto que expressa a opinião do Jornal, ou seja, dos sujeitos que estão por trás de sua produção, e “os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos, que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes, as 826 práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e as diferentes seções de entretenimento.

Segundo Cruz e Peixoto (2007, p. 257), pensando a questão da análise sobre a publicação, é indispensável apreender seu espaço de articulação na configuração de uma determinada conjuntura e os laços que a remetem para outras dimensões ligadas a historicidade daquele tempo. Desse modo, o estudo da Imprensa deve estar sempre em conversação com outras fontes, que alocam em cena outros sujeitos e práticas sociais distintas, a partir de seu contexto e historicidade. Para as historiadoras, não se deve fazer da história da imprensa um campo isolado, mas estabelecer vínculos e conexões com a história social mais ampla.

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das

lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.

O historiador deve portanto instituir uma estilo crítico frente ao documento jornalístico, e a priori reconhecer sua inserção histórica como força ativa na vida moderna. A imprensa deve ser entendida como linguagem e prática constitutiva do social, que com sua própria historicidade e peculiaridades próprias, modelam as formas de pensar e agir, definem papéis sociais, generalizam posições e interpretações que pretendem ser compartilhadas e universais, além de delimitar espaços, demarcar temas e mobilizar opiniões. Assim, Cruz e Peixoto (2005, p.257) definem que os jornais atuam

[...] no fomento á adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; na articulação, divulgação e disseminação de projetos, idéias, valores, comportamentos, etc.; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade ; na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadoria e produção das marcas.

Deste modo, a relevância da imprensa periódica na historiografia contemporânea torna-se cada vez mais perceptível e, essa relação entre História e Imprensa nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades do passado, o que levou os historiadores a reconstruir seus olhares e readaptarem seus posicionamentos e métodos frente a fonte jornalística. No nosso caso em específico, ao analisarmos os ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana, o jornal Folha do Norte, passa a ser o nosso objeto e principal fonte de pesquisa, visto que, foi através dele que a elite feirense fomentou e desejou as diversas transformações seja na



vida social, política, econômica para os que ali habitavam (querendo ou não), transformações estas analisadas no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 2: CONSTRUINDO O PROGRESSO: EXPERIÊNCIAS URBANAS EM FEIRA DE SANTANA/BA**

Os anos primeiros da República no Brasil foram assinalados como um momento de redefinição dos espaços e das relações de poder que, devido a promessa de igualdade, com a abolição da escravidão e a legalização das eleições em todos os níveis, ameaçavam a ordem e a repartição hierárquica vigentes até então, e divulgavam um novo ordenamento político e social para a sociedade brasileira no início do século XX, promovendo o ambiente ideal para o surgimento de novas vivências entre os indivíduos nas cidades.

Sendo assim, a cidade foi desde muito cedo, o reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão era portar um conjunto de hábitos ou crenças que definem um povo; são os costumes e traços comportamentais que os distinguem (características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma pessoa ou cultura.<sup>70</sup> A importância de suas histórias nos confere ao fato destas nos oferecer uma gama de “informações” como “origens”, um acontecimento fundador, a evolução cronológica dos governos municipais, mesmo ressaltando que tais histórias urbanas foram escritas a partir de uma perspectiva quantitativa e evolutiva sem qualquer outro compromisso teórico maior. Segundo Pesavento, essas histórias de cidades não estabelecem reflexões maiores sobre o fenômeno da urbanização em si.

Mas então, porque estudar o processo de urbanização aliado aos ideais modernizantes e progressistas? Para Pesavento, tais estudos são extremamente relevantes pois através destes perceberemos as mudanças sofridas pelas urbes; transformações políticas, econômicas e sociais, dinâmicas de grupos sociais; um processo de urbanização ligado às cidades como problema e objeto de reflexão. Ratificando a importância dos estudos sobre as cidades Maria Stella Brescianni aponta que as cidades são antes de tudo uma experiência visual; um traçado de ruas, vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o

---

<sup>70</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. visíveis, cidades sensíveis, História, (53) jan.-jun., 2007.

cidades imaginárias. In:Revista Brasileira de

movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço e mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.<sup>71</sup>

Ainda segundo Bresciani (1993), as cidades brasileiras passaram por transformações urbanas na virada do século XIX, que trouxeram novos elementos para a construção de uma modernidade que ansiava por equiparar-se às cidades européias. Tais reformas urbanas serviram como instrumento aos projetos republicanos de tentativa de eugeniação da população brasileira, através da substituição da mão de obra escrava pelo imigrante europeu em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Recife, entre outras.

A perspectiva de descobrir a cidade por via da construção de territórios de sobrevivência e de resistência das camadas pobres da população vai de encontro ao que Certeau (1996) chama de “um retorno às práticas”. O conceito de território com o qual trabalhamos foi preconizado por Raquel Rolnik (1997), identificado como aquilo que as classes populares empresta à cidade, ao mesmo tempo em que se apropriam dela. Os territórios constituem-se em campos de disputa pelos usos da cidade, em campos de batalha pela sobrevivência, que podem também ser campos de tensões e conflitos em torno dos modos de viver e morar, que se dão de forma incompatível com os preceitos higienistas.

Nesse caminho aberto por Certeau, trata-se de refletir acerca da dimensão que o fenômeno urbano tomou, em outras cidades que, a princípio, não sofreram radicais transformações urbanas. Conforme Roncayolo (1986), antes de tudo, trata-se de perceber a cidade como construção e desconstrução.

Baudelaire chama a atenção para as galerias da Paris Haussmaniana. A “cidade-luz”, no século XIX, ganha dimensões urbanas até então inimagináveis: com o arruamento dos becos e vielas, grandes avenidas são construídas. A cidade, conforme Walter Benjamin (1985), é a expressão da modernidade. Ferro, aço e vidro ganham sua forma na cidade. Os monumentos indicam o caráter

---

<sup>71</sup>BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

publico e cosmopolita da “cidade luz”. Igualmente, a conurbação, própria das metrópoles modernas, traz novas relações entre espaço, meio ambiente, cultura urbana e população. Fenômeno aparentemente reduzido as metrópoles, as modificações urbanas são vistas a olho nu, em qualquer cidade de médio e grande porte, movimento este de caráter global, regional e local.

As formas materiais da cidade, construídas e reconstruídas, fabricadas pelos modelos urbanos e arquitetônicos, bem como os mecanismos de ordenação dos espaços, obedecem a uma determinada racionalidade, e remetem a uma função e intencionalidade. Visam uma eficácia, moldar de maneira a homogeneizar espaços e corpos. Em suma, a forma urbana planejada e edificada de uma cidade, visível e sensível na materialidade de ruas, avenidas, praças, edificações e demais espaços, assim como sistemas de normatização social, como os dispositivos jurídicos, administrativos, médicos, jornalísticos e técnicos normatizam, circunscrevem e condicionam modos de usar e viver a cidade.

As estratégias são, portanto, ações que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros, privilegiam, assim, as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o “científico”.

Entendemos, desse modo, as intervenções urbanísticas e os mecanismos de disciplinamento enquanto dispositivos funcionais de uma estratégia de gestão da cidade pautada entre 1909 e 1940. Sobre tal ponto de vista, consideramos as obras de modernização, as representações produzidas e as medidas de higienização da cidade, identificadas através de textos do periódico Folha do Norte, no campo de uma estratégia de produção e gestão do espaço urbano e do corpo da população. Contudo, em contrapartida, buscamos não apenas descrever e apontar para as medidas de normatização e construção do espaço

urbano, e as estratégias urbanísticas de gestão da cidade, com as obras de melhoramentos urbanos e disciplinamento da cidade. Mas, assinalar também para as práticas heterogêneas que surgiam no espaço urbano e as maneiras de se apropriar dos lugares. Ao longo do trabalho buscaremos identificar a contrapelo, práticas de reapropriação e de antidisciplina no espaço urbano construído. De tal modo, buscamos assinalar para a plasticidade e a movimentação da cidade, apresentando histórias de práticas cotidianas dispersas, de manipulação, desvios, resistências, formas sub-reptícias e de teimosia disseminadas nas ruas, marcando o cotidiano da cidade enquanto um campo de relações de força, cenário de lutas.

Nesse sentido, Michel de Certeau nos auxilia a pensar e analisar o cotidiano urbano caracterizado pelas práticas dos habitantes, o modo como as pessoas no seu dia a dia consomem ou usam os espaços urbanos, especificamente os seus usos desviatórios desses espaços – à revelia das estratégias, dos mecanismos, das técnicas, da maquinaria de disciplinamento e normatização da vida social erigida na modernidade. Como escreveu Certeau:

A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entre a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de geri.<sup>72</sup>

A cidade concebida e desenhada pelos administradores urbanos e urbanistas se define e se degrada. Sobre o espaço planejado pela racionalidade funcionalista, desde a sua materialidade passando pelas normas de uso, expressas na forma (traçado e arquitetura) e na legislação urbana, “não cessa de produzir efeitos contrários”. Os passos, as práticas e comportamentos dos usuários dos espaços, construídos no cotidiano, produzem uma outra cidade. Assim, pretendemos apontar para uma rede de práticas que fissuravam o ordenamento urbano almejado. É, portanto, sob esta perspectiva teórico-

---

<sup>72</sup>CERTEAU, Michel de. VII. Caminhadas pela Cidade; IX. Relatos de Espaço. In: A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.161.

metodológica que abordamos as transformações urbanas, bem como, as medidas de higienização da cidade, cruzando os textos e imagens. Buscamos perceber como os gestores idealizaram, desejaram e circunscreveram um desenho urbano, estabeleceram uma nova geografia, construindo espaços, classificando, organizando e nomeando. Nesse contexto, o segundo capítulo desse trabalho se esforça em analisar as experiências de urbanização aliadas a ideia de modernidade e progresso da cidade de Feira de Santana/BA, tendo como fonte o jornal Folha do Norte.

Feira de Santana experimentou um processo de urbanização que paulatinamente foi modificando sua paisagem física e sócio-cultural, esgarçando percepções e práticas sociais tradicionalmente arraigadas às suas relações cotidianas e instituindo novas semânticas de reconhecimento do lugar. A abertura de estradas para diversas regiões do Estado motivou o aumento do fluxo de pessoas ao centro urbano, provocando um aumento na demanda de prestação de serviço e de comercialização de produtos, propiciando assim a emergência social de grupos ligados aos setores do comércio formal. Ansiosos por incluírem-se nos ditames do capitalismo mundial, estes indivíduos procuraram especificar os rumos a serem tomados pela sociedade, a fim de concretizar sua ascensão econômica, na tentativa de viabilizar a sua escalada ao poder público.

Com a subjugação do comércio formal à dinâmica estabelecida pelo comércio informal, assim como pela composição do quadro de seus proprietários, verificamos através do jornal Folha do Norte, a insistente preocupação dos órgãos públicos e por autoridades locais em executar o deslocamento da representação da Feira de Santana enquanto uma cidade de bases rurais, para defini-la como uma urbe dotada de um poderoso comércio e de uma estrutura cidadina. De acordo com Rinaldo Leite, desde a passagem do século XIX para o século XX, em Salvador e em outras cidades baianas (Feira de Santana, por exemplo), o ordenamento da cidade se impôs como fruto da exigência pelo suprimento das necessidades básicas aos cidadãos, tais como segurança, higiene, locomoção, iluminação, demandando a criação de elementos vigilantes para estes serviços devido à concentração populacional que criava problemas aos administradores.

Ainda que tais discussões não se constituíssem debate original, visto que desde o século XIX os ideais modernizantes já povoavam as mentes de nossa intelectualidade e de nossos administradores, somente quando a cidade assumiu a posição de campo privilegiado das operações políticas e econômicas é que verificamos o aparecimento da “questão urbana”, que se caracterizou pela proliferação de discursos que apontavam para um conjunto de problemas relacionados ao espaço urbano e sua população, tendo como solução àquilo que se convencionou chamar de modernização, acompanhado dos ideais de progresso.<sup>73</sup>

Salientamos que a noção de modernidade aqui discutida se baseia pela estigmatização dos valores e das estruturas tradicionais, nos quais os elementos do novo emergem potencialmente da crise das antigas instituições, tendo como elemento distintivo o conflito que se instaura entre a realidade cotidiana de nossa sociedade e os sonhos de futuro elaborados.

É nesse contexto que os administradores de Feira de Santana, entre 1909 e 1940, sugeriram e programaram transformações aos elementos tradicionais distinguidos como degradantes. Tais mudanças se constituíram num processo caracterizado pela busca por reprodução dos ideais e modelos externos, que se compuseram no confronto da nossa realidade com os padrões sociais, políticos e culturais europeus, visto que, na Europa houve um fortalecimento do urbanismo, entendido como a possibilidade do estabelecimento do fator urbano enquanto fruto do planejamento da cidade pela escolha de valores que visam o progresso e a produtividade, modificavam o ideário e a vivência do espaço cidadão.<sup>74</sup> Tornava-se imprescindível então adequar este discurso às reais necessidades do país que desejava construir um espaço urbano que apresentasse toda polidez e fineza do mundo moderno.

A prática urbanística se limitou na tentativa de reprodução dos avanços técnicos observados nas cidades ditas modernas e desenvolvidas, a partir do estabelecimento de modelos bastante estreitos de estruturação do espaço

---

<sup>73</sup>LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia civiliza-se: ideais de civilidade e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916. Dissertação de mestrado. Salvador: Mestrado em História/UFBA, 1996, p.8-9.

<sup>74</sup> Revista Projeto História, (18); maio, 1999.

urbano e da composição de regras de conduta social, desprezando, a discussão sobre os direitos sociais que a vida urbana suscitava, instituindo o surgimento das nossas cidades a uma nova forma de composição do tecido urbano, bem como de um novo formato de convivialidade que tinha como principal parâmetro a imagem de Paris haussmanniana que figurou no ideário moderno como um modelo autêntico de cidade.<sup>75</sup>

Como já aqui mencionado, a alteração da visão da cidade e do ambiente urbano durante o período republicano possui vínculo direto com os processos históricos que resultaram na ressignificação da rua que deveria preparar-se em termos estéticos e higiênicos para receber a elite feirense. Desse modo, precisaria estar então asseada, calçada e bonita para dar passagem à esta emergente elite urbana republicana que buscava se impor a partir do consignação de uma nova ordem política, cultural, social e econômica.

Nesta conjuntura, é adotado um projeto de urbanização da cidade do Rio de Janeiro<sup>76</sup>, que muito em breve, disseminou para as demais cidades brasileiras. Conseqüentemente, se a modernização já era uma realidade para as capitais brasileiras ao longo da década de 20, não demorou muito para atingir as cidades do interior com certo desenvolvimento econômico e grande prestígio político, como era o caso da cidade de Feira de Santana que nesse período figurava no cenário baiano como a cidade mais importante do interior da Bahia.<sup>77</sup> Assim, a euforia urbanística também compôs parte significativa dos sonhos das lideranças feirenses durante a primeira metade do século XX, onde o olhar avaliativo estabeleceu a valorização dos ideais modernos através de uma análise comparativa entre as imagens da capital federal e estadual e a realidade local, no qual os elementos exteriores eram valorizados ao ganharem status de símbolos representativos da modernidade.

---

<sup>75</sup>RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>76</sup>Sobre o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, ver: CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>77</sup>OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado. p 17.



O Jornal Folha do Norte, liderado pelos seus fundadores e redatores, crias de famílias abastadas feirenses, foi protagonista em elaborar um olhar e um discurso diferenciado sobre a cidade de Santana. Por meio do jornal, esses indivíduos traduziram suas “inquietações em reorganizar” a sociedade feirense, vivenciando um sentimento conflituoso caracterizado pela tentativa de comparar os elementos do passado e os ideais de futuros pretendidos - que assinalava disputa em pares antagônicos urbano/rural, cidade/campo, atrasado/moderno, civilizado/bárbaro -, no qual figurava a tentativa de tornar “Feira” uma cidade moderna, colocando o futuro da sociedade feirense em concordância com o projeto geral do país em se tornar uma nação civilizada e símbolo de progresso.

A noção de modernidade e progresso, desde suas origens, denota a crença num desenvolvimento evolutivo contínuo rumo a uma realidade futura que figura no imaginário social como um espaço para o cumprimento do sonho da realização plena dos seres vivos, culminando numa atmosfera atemporal da vivência da felicidade.<sup>78</sup> Segundo Carvalho, tal mentalidade serviu de instrumento de legitimação do regime republicano que daria ênfase aos ingredientes utópicos trazidos pelo positivismo através dos quais “a República era percebida em sua perspectiva ainda maior de uma procura de idade de ouro futura”<sup>79</sup>, uma vez que esse novo regime adotou como seus, assim como tantos outros, os elementos componentes da noção de progresso – a crença no poder do saber científico e a disciplinarização do comportamento como único caminho na construção de uma sociedade próspera e feliz.<sup>80</sup>

Ao condicionar a construção do futuro enquanto campo de realização da libertação do homem com a expansão e proliferação do conhecimento especializado voltado para o domínio da natureza, a ideologia do progresso adquiriu valores próprios no Brasil e um papel político central que engendraria o mito da modernidade sustentado por uma idéia de desenvolvimento econômico que seria alcançado pelo domínio da natureza pelo saber humano incrementado

---

<sup>78</sup>Sobre o desenvolvimento da idéia de progresso nas sociedades ocidentais ver: NISBET, Robert A. A história da idéia de progresso. Brasília, DF: UNB, 1985.

<sup>79</sup>CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>80</sup>DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 270.

pela industrialização. Deste modo, o ideário progressista aliado aos ideais de modernidade incentivou a reprodução de modelos sociais inspirados nos padrões das sociedades europeias, uma vez que estas eram as portadoras das imagens que traduziam e atestavam os resultados benéficos do processo de apropriação da natureza pelo homem.<sup>81</sup>

A euforia urbanística que arrebatava os líderes políticos durante a primeira metade do século XX determinou um olhar avaliativo sobre o espaço urbano feirense que valorizava os elementos simbólicos exteriores à sua cultura, procurando degradar os símbolos do passado e promover a construção de uma nova realidade na qual pudesse ser concretizado o sentimento de plenitude que as imagens das cidades europeias traziam aos olhos de quem às contemplavam. Segundo Oliveira:

A crítica ao mundo rural representava a tentativa de adequar o país a um ritmo histórico novo, mais afinado com as transformações ocorridas na Europa e parelho com os ideais de progresso. A partir dos anos finais do século XIX, o tempo histórico sofreu uma aceleração brutal com o encurtamento de distâncias e a possibilidade de comunicações mais rápidas, fazendo com que as novidades chegassem com maior rapidez.<sup>82</sup>

Assim, a noção de progresso se efetuava pela negação dos valores e das estruturas tradicionais nas quais repousava durante anos a sociedade feirense, mas que a condenavam a ser símbolo máximo do “atraso brasileiro” e que mereceriam, por isso, serem trocados por outros modelos, novas formas.

Tendo como principais veículos de divulgação os jornais locais, no Folha do Norte, que comportava-se como os grandes jornais diários, que difundiam posições políticas e são vinculados a interesses econômicos específicos e, portanto, são condicionados pelos grupos econômicos que lhes dão sustentação financeira e submetidos às conveniências ideológicas às quais seus proprietários se identificam, analisaremos como esses grupos políticos feirenses utilizando-se da imprensa não pouparam esforços em ignorar símbolos do passado agrário da cidade e de sua condição de “sertão-pastoril” para ressaltar o papel da cidade como importante centro comercial dotada de uma estrutura física moderna, no

---

<sup>81</sup> Id. Ibid. p. 272.

<sup>82</sup>Cf. OLIVEIRA. Op. Cit. p. 25.

qual sua população desenvolvia um estilo de vida citadino. Deste modo, observamos algumas das notícias do Jornal Folha do Norte entre 1909 e 1940, que se preocupava em construir um novo tipo de urbe (limpa, bonita e civilizada). O Jornal Folha do Norte se colocou como porta-voz da incumbência de defender o progresso para a cidade e seus cidadãos. Sendo assim, apresentava semanalmente em suas páginas elementos que simbolizavam a vontade de modernizar e higienizar a cidade como por exemplo proibições de circulação de animais soltos nas ruas, ordenações nas feiras-livres, costumes e práticas da população, chegada da luz elétrica, etc.

A imagem de uma cidade “moderna” e “civilizada” era reivindicada pelos editores do Jornal Folha do Norte naqueles anos. Esses conceitos apareciam nos textos do periódico para definir as práticas empreendidas pelo poder público municipal no sentido de modernizar a cidade, dotando de melhoramentos urbanos e medidas de normatização do cotidiano.

O Folha do Norte partilhava de uma noção de vida urbana, defendendo uma forma de organização e administração da cidade. Através dos seus artigos periódicos, os editores do jornal mobilizavam uma determinada percepção de como devia ser conduzida, ordenada e disciplinada as suas ruas. A própria manchete que inaugura o jornal “Em prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja” remete à ideia de liderança, de prioridade de um movimento e de combatividade. Como assinalaram as historiadoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto acerca da atividade de imprensa:

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. (...) Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup>CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo, PUC-SP, nº 35, julho/dezembro, 2007. p 253-270.

O periódico feirense, por meio do qual buscamos analisar aspectos do processo de modernização, higienização e do cotidiano urbano, era um veículo de comunicação aglutinador de debates na cidade; agente interessado nas modificações urbanas, defensor da normatização dos comportamentos e dos espaços citadinos. Como considerou o historiador Michel de Certeau: “A imprensa representa essa articulação do texto no corpo mediante a escritura. A ordem pensada – o texto concebido – se produz em corpos – os livros – que a repetem, formando calçamentos e caminhos, redes de racionalidade através da incoerência do universo”.<sup>84</sup>

## **2.1 FEIRA DE SANTANA - “MELHORAMENTOS LOCAES” : ESTÉTICA E HIGIENE DAS RUAS**

Em nome de exigências de ordem sanitária e defesa de uma estética para a cidade, os editores do Folha do Norte reivindicavam a intervenção do gestor municipal e das autoridade locais para solucionar os problemas instalar um ambiente urbano condigno de uma cidade “civilizada” e “moderna”. Somando com a preocupação de salubridade das vias urbanas, acrescenta-se uma segunda, com o clima, o embelezamento, a circulação, o livre movimento das ruas, aspecto também reivindicado para a cidade. A circulação dos fluxos urbanos era um elemento fundamental para qualquer cidade que pretender-se moderna. Sendo defendido pelo saber médico e urbanístico, que baseadas em conceitos técnicos e científicos pregavam o alargamento e a desobstrução das ruas, possibilitando tanto a circulação de ar, como a fluidez do tráfego de pessoas, meios de transporte e mercadorias.

### **A arborização das ruas e a influencia da floresta sobre os climas**

Com tempo e em tempo, dissemos em artigo anterior, subtítulo – O Governo Local, estudaríamos os melhoramentos inadiáveis, compatíveis, actualmente, com as nossas finanças.

---

<sup>84</sup>CERTEAU, Michel. 2009. p.236

É o que nos propomos fazer agora, indicando, apenas o que de mais urgente e de mais simples podemos levar a efeito, dentro das nossas forças.

Attendam-nos o executivo e o legislativo locais, e verão que nosso intuito é completamente alheio as combinações políticas, embora militemos em campos opostos.

A missão da imprensa não é só censurar, mas, principalmente, orientar, traduzindo em fórmulas concisas as necessidades sociais, mas exercendo sobre esta crítica sensata e desapaixonada.

É esse o nosso itinerário desprezencioso estudo que empreendemos, a cerca dos melhoramentos locais do nosso município.

Como corrigir pois os excessos de luz na cidade? Simplesmente: por meio de uma boa arborização.

Árvores dentro do nosso perímetro urbano, árvores no perímetro sub-urbano, árvores nos sítios e fazendas dos diversos distritos de paz do município, eis uma medida que se impõe ao governo local.

(...)

A mais formosa e a mais extensa das nossas ruas, a do Senhor do Passos, onde a gente ao penetrar experimenta agradabilíssima impressão, é completamente desabrigada de árvores.

Esta rua regular, e methodicamente arborizada não terá rival no Estado.

Todas as ruas paralellas a esta reclamam a mesma medida, que julgamos inadiável, que está dentro das nossas forças e cuja execução compete ao governo local.<sup>85</sup>

As preocupações com a abertura de avenidas, asseios, alargamentos/melhoramentos nas grandes cidades já era do conhecimento da elite letrada de Feira de Santana. As intervenções experimentadas por cidades de grande e médio porte, provavelmente faziam parte das aspirações modernistas de muitos que almejavam fazer daquela pequena cidade um modelo de civilidade no sertão baiano.

A estética das ruas e praças era sempre um imperativo entre os defensores das modernizações em Feira de Santana, nas primeiras décadas do

---

<sup>85</sup>Folha do Norte, 04/01/1913.

século XX não fora diferente, aludindo ao que afirma Annateresa Fabris (2000) em seu estudo sobre os cenários das ruas no Rio de Janeiro do início do século XX. Para a autora,

Se a modernidade é sinônimo de aparência, não admira que João do Rio faça da rua o lugar por excelência da vida nervosa. Lugar democratizador, no qual todos se descobrem iguais, no qual as diferenças se apagam, a rua é o verdadeiro cenário da modernidade (2000, p.56).

O jornal Folha do Norte se lançou porta-voz do discurso higienista, modernizante e progressista, colocando diversas vezes em suas manchetes a necessidade de começar pelas ruas a modernização dos espaços. Para o jornal, não era condizente com uma cidade que se dizia moderna e civilizada a permanência de esgotos abertos em suas principais ruas (centrais, onde circulavam a elite e os visitantes) sem pavimentação. Em Maio de 1913,

#### **Prescrições higienicas – Asseio da cidade**

Para esse serviço entrou na passada semana uma carroça, primeiro das encomendadas pelo sr. Cel. Intendente ao iniciar o seu governo.

Sob as prescrições higienicas, preenche todas as exigencias do fim a que é destinada.<sup>86</sup>

Em 3 de fevereiro de 1917:

Teve inicio ante-hontem o levantamento da calçada à rua dos Remédios, que passa a ser substituída por outra de paralepipedos. Accentua-se portanto a phase do progresso porque vem passando o municipio nos seus dois ultimos periodos governativos, de empreendimentos notaveis, patrioticos e fecundos.

Optmo chefe do executivo municipl, cel. Froes da Mota, é digno dos maiores applausos pela energia e tenaz força de vontade de que sempre deu mostra, esforçando-se por dotar o berço commum de melhoramentos, que , por certo,

---

<sup>86</sup>Folha do Norte, 24/05/1913.

perpetuarão a memória do seu nome honrado, de prestimoso filho desta terra.<sup>87</sup>

O artigo nos mostra a pavimentação a paralelepípedos da famosa Rua dos Remédios, uma via importante que levava ao centro da cidade. Por ser composta por diversas casas comerciais, tal rua não poderia conviver mais com a lama e os buracos que, para além de comprometerem aspectos caros ao embelezamento da cidade, implicavam ao entrave ao trânsito de veículos e das pessoas que transitavam por ela.

Podemos analisar que o discurso do jornal a respeito da noção de cidade dita civilizada, moderna e que caminha rumo ao progresso converge também com preocupação de suas praças e jardins, sendo de fundamental importância tais melhoramentos. Destaca em seus números algumas reportagens ora enfatizando a necessidade da manutenção/ cuidado, ora apresentando as construções e inaugurações desses elementos, como se depreende-se dos trechos a seguir:

### **Jardins publicos**

Merece a atenção do poder municipal o estado de abandono, desleixo e incúria em que se acha o “Jardim Bernadino Bahia”, onde faltam os mais rudimentares cuidados de conservação.

Ainda amanhã a cidade, em festas, vê inaugurar-se um outro jardim publico. Pois bem: façamos votos por que elle não tenha a mesma sorte do primeiro.<sup>88</sup>

As praças e jardins, espaços de sociabilidades pensados e construídos para a elite cidadina, deveriam estar sempre limpos, com árvores podadas, canteiros e gramas bem cuidados. Entretanto, o Folha do Norte chama atenção para o estado de abandono, desleixo e atenção para com eles.

---

<sup>87</sup>Folha do Norte, 03/02/1917.

<sup>88</sup>Folha do Norte 11/10/1919. MCS/CENEF.

E continua em 23 de maio de 1931:

### **A rua Aurora vai ser pavimentada e nivelada**

Fomos informados por pessoa de conceito em o nosso meio de que o actual prefeito da comarca sr. cl. João Mendes da Costa, que é, sem dúvida, uma das mais belas vias que já possuímos e que já conta varias e modernas edificações.

É digno, pois, de louvores esse novo acto do actual dirigente dos nossos destinos.<sup>89</sup>

A pavimentação e nivelção da rua Aurora e das ruas centrais como um todo vinha finalmente melhorar as condições de salubridade, circulação, desodorização e estética do centro da cidade. Essas primeiras intervenções de implantação de melhoramentos urbanos, assim como outros que foram inseridos naqueles anos, concentraram-se numa região específica, onde estava situada a intendência municipal (sede do poder administrativo, legislativo e judiciário), estabelecimentos comerciais, residências das elites e local passagem dos visitantes que chegassem à cidade.

Entretanto, essa nova racionalidade definida para a gestão da cidade não buscava apenas a produção de uma nova espacialidade uniforme para aquelas ruas, materializada em pedras, cimento, concreto, serviços e equipamentos técnicos. Além dos melhoramentos em execução, buscava os representantes políticos instituir uma ordem urbana, quer fosse por meio das posturas ou de outros mecanismos.

Ainda refletindo sobre a questão de aformosamento, embelezamento e higienização das ruas, o Folha do Norte traz em um de seus artigos intitulado “Melhoramentos necessarios” o que ainda era imprescindível para Feira ganhar ares de moderna e civilizada.

### **Melhoramentos necessarios**

A cidade de Feira de Santana, é sem possível contestação a mais bella das cidades do interior. Suas ruas largas, bem alinhadas quasi todas, seus edifícios públicos a um tempo elegantes e imponentes e os particulares, muitos dos quaes não destoariam em qualquer capital, deram-lhe o merecido renome

---

<sup>89</sup>Folha do Norte, 23/05/1931. MCS/CENEF.



de Rainha do Sertão. Ma para não perder esse título glorioso, se faz mister não descurar de sua conservação ao menos, enquanto a situação financeiramente precária do Município não permite maiores aformosamentos, que se impõem.

Com as chuvas abundantes que tem cahido ultimamente, o capim e a gramma vertiginosamente nas ruas e praças. (...)

Aconselhamos para a extirpação do capim que vegeta entre as frindhas das pedras nas calçadas.<sup>90</sup>

E continua com a reportagem “Na valeta das ruas” de julho de 1936:

Cidade que se vae dia a dia civilizando e progredindo, a Feira, no entanto, não tem ainda se voltado para certos problemas de grande necessidade de cuja falta se resente e precisam ser resolvidas com brevidade.

Entre eles, afigura-se nos de alta importância a criação de um albergue em local que melhor convenha, onde possam repousar durante a noite esses infelizes que transformam em leito nas luzes frias das calçadas, sobre as quaes alentam, curtindo inverno a inverno, em pleno coração da urbe.<sup>91</sup>

Cuidando em solucionar o caso em apreço, o zeloso prefeito do município dará mais uma prova das suas apreciáveis qualidades de administrador.

Esse artigo nos leva a refletir que esse processo de aformosamento, embelezamento e higienização das ruas ainda que de início se constituísse basicamente no sentido físico de calçamentos, nivelção, arborização e demais ações correlativas, vai muito além; era necessário e extremamente imprescindível “Limpar/Varrer as ruas” da cidade. Era necessário extirpar toda população que vivia nelas, que colocava em “risco” a vida, a moral e os bons hábitos e costumes, da elite feirense, a grande defensora do projeto moderno/civilizador para Feira de Santana.

## 2.2 ELEMENTOS DO PROGRESSO: UMA CIDADE EM MUTAÇÃO

---

<sup>90</sup>Folha do Norte, 13/05/1933.

<sup>91</sup>Folha do Norte 11/07/1936

Nos fragmentos do poema *A canção da cidade amanhecendo*, Eurico Alves Boaventura conjectura a cidade de Feira de Santana avançando num processo entre a tradição e a modernidade, o velho e o novo, o passado e o presente, reproduzidos abaixo:

Feira de Santana, minha cidade adolescente!  
 Entre a fidalga melancolia das ruas aristocráticas  
 E o alegre movimento do bairro comercial,  
 Há vivo rumor que se espalha pelas suas ruas largas e retas  
 como gargalhadas ao sol,  
 Encantadora polifonia de sibilinas sirenes cerrando a carne  
 morena das distâncias,  
 Latejar e choques de lépidas máquinas velozes, velocíssimas,  
 Rodando, correndo, avançando,  
 Febril alarido de vozes tumultuosas,  
 Trauteando a canção triunfal da alegria.  
 Vozes de longe, de outras cidades perdidas no sertão e de  
 cidades do mar, vozes desconhecidas, vivendo na algaravia  
 musical da ruas da minha lírica cidade;  
 Vozes comerciais planejando negócios, calculando despesas,  
 Vozes rudes dos sertões bravios e longíquos,  
 Canariando rua boca besuntada de sol<sup>92</sup>

Mesclando passado, presente e futuro, Eurico descreve uma cidade que parece conviver em harmonia “entre a fidalga melancolia das ruas aristocráticas e o alegre movimento do bairro comercial”. Por meio dos seus escritos, é possível acompanhar um olhar sobre as alterações nas relações sociais, de trabalho, na vida cotidiana, nos impulsos modernizadores que transformaram/alteraram a fisionomia urbana da cidade, principal foco desse tópico.

---

<sup>92</sup>A canção da Cidade Amanhecendo (1937) In: BOAVENTURA, Eurico Alves. A paisagem Urbana e o Homem. Memórias de Feira de Santana. Editora UEFS, 2006.

Entretanto, podemos perceber através das fontes que tal consonância não é tão bem vista pela elite dirigente que produz e ao mesmo tempo compra o Jornal Folha Norte. Há na verdade, tentativas a todo momento de se intituir novos projetos civilizatórios cuja tônica é o paulatino apagamento dos traços do mundo pastoril. A paisagem física e social da outrora pacata e silenciosa Feira de Santana vai sofrendo os influxos da modernidade.

Mais que isso, o trecho do poema de Eurico permiti-nos analisar que a cidade e toda sua complexa estrutura fora construída para a elite; entre a “fidalga melaconlia das ruas aristocráticas e o alegre movimento do bairro comercial” o povo passa a não existir e parece não “merecer” ou “fazer parte” desses espaços públicos.

Dialogando com Walter Benjamin (1985), a cidade é a expressão da modernidade. O ferro, o aço, o vidro, elementos descobertos desde a 1ª Revolução Industrial, ganham sua forma moderna na cidade. Os monumentos e construções indicam o caráter público e cosmopolita da “cidade luz”, a Paris Haussmaniana. No nosso caso, o Jornal Folha do Norte, que tem por função ser “em prol do progresso desta grande zona sertaneja” reserva um espaço específico para apresentar à população as diversas obras/construções municipais, símbolos do novo, moderno, civilizado, progresso para Feira de Santana.

Entendemos que as experiências de modernidade e modernização feirenses conectam-se, em muitos aspectos, àquilo que Sérgio Tavolaro chama de “concepção multifacetada de modernidade”. De acordo com este princípio devem-se vislumbrar as instituições modernas em sua dimensão processual, como o resultado contingente e historicamente variável dos confrontos entre projetos particulares levados adiante por subjetividades individuais e coletivas, isto é, o resultado de disputas em que certas coletividades foram capazes de fazer prevalecer seus projetos em detrimento de outros.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup>TAVOLARO, Sérgio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Vol. 20, n. 59. São Paulo, ANPOCS, outubro de 2005, p. 5-22.

Notícia de destaque na primeira página do JFN foi apresentada em janeiro de 1914:

Consoante noticiaramos, teve lugar ante-hontem, 1<sup>o</sup> de Janeiro, a inauguração da secção de açougue do Mercado Municipal [...]. Realizou-se o benzimento cuja cerimônia foi celebrada pelo revmo. padre Gomes Loureiro, digno capellão do Azylo que produziu bella allocução salientando os esforços patrióticos do Sr. Cel. Intendente em bem do progresso do município.<sup>94</sup>

Para os dirigentes políticos de Feira a inauguração da secção de açougue do Mercado Municipal, simbolizava também as aspirações dos ideais modernos para a cidade. Em prol das medidas higienizantes, civilizadas e, portanto, compatíveis com o progresso, as carnes deveriam ser vendidas não mais nas ruas e sim no espaço determinado. Tal medida visava manter a cidade mais limpa, impedindo que os sobejos das carnes não fossem lançados nas ruas, evitando a proliferação de insetos e roedores.

As construções e, posteriormente, a inauguração da Ponte Rio Branco também ganharam destaque no periódico:

Inaugura-se amanhã solennemente, com apresença do exmo Sr. Dr. Secretario da Agricultura Viação e obras públicas do Estado, a ponte Rio Branco, sobre o Jacuhype, a duas léguas desta cidade. [...] A verdade e que, pela construcção dessa grande obra, vinham trabalhando, de longos annos, quantos estimam o nosso progredir.<sup>95</sup>

A construção da ponte do Rio Branco foi uma prestigiosa representatividade do progresso para Feira de Santana, visto que foi um “melhoramento de real importância para uma rica e vasta zona sertaneja, pois favoreceu particularmente este município nas suas relações comerciais com o centro do Estado, facilitando e garantindo também a passagem do gado que, procedente das passagens de Monte Alegre, Mundo Novo, Baixa Grande e terras circunvizinhas, abastece a capital bahiana”.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup>Folha do Norte, 3/01/1914. MCS/CENEF.

<sup>95</sup>Folha do Norte 17/03/1917. MCS/CENEF.

<sup>96</sup>Folha do Norte 17/03/1917. MCS/CENEF.

Duas grandes inovações vieram ainda na década de 1920. O progresso da sociedade feirense era saudado pelos jornais quando anunciavam a instalação do sistema de eletrificação da cidade e implantação da Escola Normal. Estes dois elementos figuraram como sinais da inserção de Feira de Santana no rol das cidades progressistas e modernas da Bahia.

O primeiro, sistema de eletrificação, representava o que havia de mais moderno e belo. Desde 1913, o jornal já mencionava e cogitava possibilidades para que o governo municipal tomasse medidas para introduzir na cidade a iluminação pública por energia elétrica.

### **Luz electrica**

Os s. Cel Ignacio Bastos e José Alves de Souza Ferreira estiveram nesta cidade e nos fizeram agradável visita, declarando-nos que traziam com principal objectivo o desejo de introduziem nesta cidade a illuminação publica por energia electrica, dependendo somente que o governo municipal abra concorrência para então apresentarem propostas.

Em 3 de janeiro de 1931:

### **As solennes inaugurações de 1º de janeiro.**

A Feira frue desde antehontem utilidades e vantagens de uma boa illuminação, publica e particular em substituição de uma illuminação deficiente por motivos que são de domínio geral e um serviço telephonic urban, reclamado já pelo progressismo da população citadina.

Isso pode ser verificado na reportagem “A Feira na Imprensa Carioca” posta em circulação pelo (JFN) em 12 de fevereiro de 1927, que transcreve a edição do dia 23 de janeiro do periódico “Gazetas de Notícias”, da Capital Federal e que exalta os símbolos da modernidade apresentados pela municipalidade baiana. O texto a apresenta como uma grande cidade do interior da Bahia:

No grupo escolar Dr. Seabra, edifício admirável, e em várias escolas espalhadas pelo importante município, cuja população attinge a trinta mil habitantes, recebem algumas centenas de crianças de um profesorado notável pela capacidade e pela dedicação com que se consagra ao sagrado magistério da instrução as luzes do ensino [...]. É Feira de Santana cabeça de

comarca, seu comércio é bastante desenvolvido; sua indústria incipiente floresce [...] é illuminada a luz electrica.

A constatação do jornal carioca nos permite evidenciar que a eletricidade e o progresso andavam de mãos dadas na República baiana. O espanto delata sua perplexidade diante dos inequívocos elementos que compõem o cenário de progresso para uma cidade republicana numa localidade do interior baiano. Tal atitude reforçou a imagem de que a aquisição da luz elétrica constitui uma etapa significativa no processo de melhoramento social que culminaria numa sociedade idealizada. Portanto, não é de se estranhar que a sociedade comemore o aumento crescente dos pedidos de instalação de pontos de energia em residências e casas de comércio.

Além disso, o artigo em questão também nos faz refletir à respeito de destaque ao esforço de um professorado notável pela capacidade e pela dedicação com que se consagra ao magistério da transmissão das luzes do ensino, tarefa indispensável para realizar o desenvolvimento da humanidade na direção da concretização do sonho de progresso pela sociedade feirense. Como vimos anteriormente, o avançar da humanidade depende da proliferação do saber e do domínio da natureza pelo homem, por este motivo, a comprovação de tão honrosa tarefa deve ser saudada com grande prestígio. Por esse motivo, a instalação da Escola Normal se constituiu como uma etapa importante da aquisição dos foros de cidade civilizada que Feira tanto almejava.

Nesta perspectiva, a Escola Normal assumiu um novo papel, como preparatória dos (as) agentes de progresso da nação.<sup>97</sup> O jornal Folha do Norte apresenta em uma de suas reportagens intitulada “Uma conquista desvanecedora” a solene sessão inaugural:

O 1º de Junho de 1927 deve se constituir dor’a avante uma data memorável nos annaes da vida político-social da Feira de Sant’Anna, visto assignalar uma de suas mais dignificadoras conquistas.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup>SOUSA, Ione Celeste de. Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001.

<sup>98</sup>Folha do Norte 4/6/1927 MCS/CENEF.

Qualquer postura que apresentasse uma posição contrária ao ensino deveria ser abolida. O (JFN) apresenta uma matéria intitulada “Mandai-vos vossos filhos à escola”, onde adverte que “o não cumprimento desta prerrogativa, ou tentar fugir, pois, a esse dever, evitando o aparelhamento mental da prole para vencer na luta pela vida [...] é renunciar ao pátrio poder e cometer verdadeiro crime de lesopatriotismo”.<sup>99</sup>

Outro importante marco do remodelamento urbano de Feira de Santana foi a construção do Paço Municipal, obra inaugurada em 1928, na gestão do Intendente Arnold Silva, e havia consumido divisas das duas gestões anteriores para sua conclusão. O prédio inaugurado atendia a padrões arquitetônicos arrojados para o período e serviu às autoridades e à sociedade feirense como símbolo da modernidade para a cidade. Tamanha é a força simbólica deste prédio para a construção de uma representação da Feira progressista, que virou referencia para aferir o grau de urbanidade que a cidade atingiu. As correspondências editadas no (JFN) emitindo congratulações recebidas pelo Intendente Municipal pelos melhoramentos que este realizou em Feira de Santana ilustram este fato.

Fazendo votos pela continuação da prosperidade e progresso crescente dessa bela cidade, que honra o nosso Estado. Saudações cordiaes – Dep. Braz de Almeida. Congratulo-me com a população feirense na pessoa do seu honrado e laborioso intendente, pelo passo dado no caminho do progresso, conforme patriótica inauguração. Affectuosa saudação – Eudoro Tude.<sup>100</sup>

Como já apontamos anteriormente, baseada na historiografia local e regional e nas fontes aqui pesquisadas, em certo sentido, a história de Feira de Santana pode ser considerada como história da pecuária na Bahia. Os primeiros povoadores da região eram criadores de gado e a feira, que deu nome à cidade e ao município, era essencialmente uma feira de gado. Segundo Rollie Poppino

---

<sup>99</sup>Folha do Norte 20/2/1926 MCS/CENEF.

<sup>100</sup> Folha do Norte 9/4/1927. MCS/CENEF.

(1956), havia três razões importantes para que Feira de Santana se firmasse enquanto uma grande feira de gado:

“Primeiro, porque estava situada no caminho mais direto entre o Recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do Médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita às secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios e numerosos riachos. Salvo nos períodos de seca prolongada, o suprimento de água dessa área era bastante para milhares de cabeças de gado”.<sup>101</sup>

À medida que a feira de gado crescia, o comércio trazia o desenvolvimento para a cidade, entretanto, esse comércio que de início era realizado nas ruas, precisava, aos olhos dos dirigentes políticos, ganhar um espaço apropriado e específico em virtude da desordem existente nas ruas e que agora fosse consonante aos ideais modernizantes que se almejava.

Para tal fim O Jornal Folha Norte noticiou em agosto de 1932 uma reportagem na qual vê com extremo “bons olhos” a criação de “Curraes Modelos” para Feira de Santana.

O sr. Coronel João Mendes da Costa, prefeito deste município, aprovou, em 12 do cadente, a proposta única para a construção de curraes no Campo General Camara, desta cidade. Medida esta muito bem quista.<sup>102</sup>

Art. 134.º - É proibida na cidade, nos arraiaes e nos povoados do município a pastagem de gado de qualquer espécie bem como sua comercialização devendo ser realizada nos curraes modelo.

Art. 136.º - os infractores serão punidos com a multa de 10\$000 correspondente a cada animal.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup>POPPINO, Rollie E. Feira de Santana [Trad. Arquimedes Pereira Guimarães]. Salvador: Itapoã, 1968, p.56.

<sup>102</sup> Folha do Norte, 8/1932.

<sup>103</sup> Código de Posturas Municipaes , Capítulo II – Dos Animaes.



Podemos inferir que a criação dos “Curraes Modelos” simbolizava o que havia de mais “moderno” no que se refere à comercialização do gado em Feira, pois era consonante com os artigos do Código de Posturas que combatia, fiscalizava e ameaçava com punições àqueles que comercializassem animais em locais inapropriados.

Assim como Severino Cabral Filho assegura em sua tese que no processo de modernização na cidade de Campina Grande-PB, a construção da adutora de Vaca Brava entre décadas de 10 e 20, obra realizada juntamente com a instalação de um sistema de saneamento sanitário, representando a emergência de um novo padrão, moderno, de abastecimento de água, símbolo do progresso, em Feira de Santana, num período posterior ao de Campina, tais serviços também são tidos como marcos representativos e simbólicos do desenvolvimento moderno e progressista para a cidade.

O projeto de abastecimento de água em Feira de Santana começa a ser incitado em 1914, ma só passa a ser executado na década de 30. O Folha do Norte traz a seguinte reportagem:

**A água na Feira – Projecto de abastecimento á bella cidade sertaneja.**

[...] Em verdade, a introdução desse projectado melhoramento áquella formosa cidade sertaneja, alem de ser digna de encômios, representa a satisfação de uma enorme necessidade publica.

Quem conhece a Feira, com as suas ruas elegantes, o seu clima excepcional, a sua cercanias aprasíveis e saudáveis, certo conhecerá do mesmo modo a péssima água, de sabor desagradável, pronunciadamente saloba, da qual se abastece a grande população.

Essa iniciativa, que se não deve demorar, merece os nossos applausos e, quiçá, as bênçãos daquelle hospitaleiro e generoso povo.<sup>104</sup>

Percebemos de fato um esforço das instituições político-administrativas para dotar a cidade de alguma infra-estrutura compatível com as suas emergentes necessidades; em oferecer algum conforto à sua população na

---

<sup>104</sup> Folha do Norte, 23/05/1914.

medida em que a distribuição de água que poderia estar mais ou menos ao alcance do povo. Entretanto, tais serviços só se concretizaram na década de 30 e enquanto isso, o povo que era quem mais sofria com a falta destes.

### **Sobre a higiene na Feira**

A falta de esgotos nesta cidade; o uso de uma água sem análise de varias origens – algumas das quais perigosas, a fiscalização deficientíssima da carne exposta em consumo tem feitos nossa cidade caminhar em sentido contrário ao progresso.<sup>105</sup>

A história de Feira de Santana nos “trilhos do progresso” é notícia de destaque no jornal quando a chegada da água e sistema de esgotos para a cidade. Em novembro de 1932, o Folha publica:

### **Água e Exgottos para a Feira**

Importante companhia inglesa propõe-se a dotar a cidade dos necessários serviços de água e de exgottos.<sup>106</sup>

Estas operações evidenciam a preocupação das administrações locais no processo de intervenção progressista na cidade de Feira de Santana, não somente por representarem o ponto inicial para a reestruturação espacial da cidade, mas porque figuram como marcos fundamentais para a construção de uma nova imagem da urbe que se deseja construir. Desse modo, tal imagem de cidade é tecida por elementos da modernidade, em detrimento da imagem associada ao mundo rural, ao campo, lugar do incivilizado e do atraso.

Na crônica “A velha e a nova cidade”, Eurico Alves Boaventura retrata esta Feira de Santana em mutação acelerada, onde tais transformações urbanísticas modificam o mapa e a arquitetura física e social da cidade, acentuando a linha divisória entre o rural e o urbano, o “atrasado” e o “moderno”.

E mal se consegue atualmente passar pela Praça João Pedreira, a do Comércio, com tanto carro estacionado nos dois lados e outros em movimento atribulado.

---

<sup>105</sup> Folha do Norte, 6/09/1914.

<sup>106</sup> Folha do Norte, 26/11/1932.

Até a quarta década do século metamorfoseava-se a velha cidade provinciana, em lenta sugestão de capital minúscula. Em 1940, daí pra frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana. Como seguro petardo de progresso da noite para o dia, o comércio sacudiu a cidade. Ondas e mais ondas de nortistas, de nordestinos sobretudo, aqui batiam. Outra já era a linguagem ouvida pelos cantos de rua, no meio das praças, no campo-de-gado, até mesmo na avenida Senhor dos Passos. [...]

Agitou-se a cidade.<sup>107</sup>

Podemos decompor através da crônica de Eurico Alves Boaventura que Feira de Santana aos poucos vai mudando sua paisagem e suas relações culturais, sociais e econômicas principalmente por causa da expansão do comércio. A cidade em movimento atribulado entre o vai e vem dos carros, pessoas de vários lugares com suas linguagens e culturas vão compondo a nova cidade.

Imbuídos pelas explicações do autor Gervácio Batista Aranha quando nos chama a atenção para a impossibilidade de se pensar a experiência urbana vivenciada no Norte do Brasil, entre 1880 e 1925, no que diz respeito à ideia de vida moderna, considerando os chamados ritmos sociais intensos, característicos das grandes cidades, graças às limitações físicas e populacionais verificadas nas cidades do Norte, o mesmo e, é daí que partem nossas análises, sugere que se pense tal experiência a partir dos impactos provocados por determinadas conquistas materiais que passaram ao imaginário urbano como símbolos do moderno, ou seja, equipamentos urbanos de uso coletivo, significativos das novidades produzidas e adotadas na Europa.<sup>108</sup>

Podemos afirmar, portanto, que os ideais de progresso e modernidade correspondiam “desenvolvimento material e intelectual”, instrução, educação. Eles também conotavam ordem, trabalho, disciplina. Era, notadamente, um tipo de sensibilidade burguesa que norteava as apreensões feitas da palavra. Ao progresso correspondia ter algumas preocupações sociais, a necessidade de uma ordem pública e social, ter a vida na cidade normatizada, distinguir-se por

---

<sup>107</sup>A velha e nova cidade, 1937. In: A paisagem urbana e o Homem.

<sup>108</sup> ARANHA, Gervácio Batista. *Op. Cit.*, p. 79-132.

gostos e práticas “elegantes”, realizar melhoramentos na paisagem e possuir bons serviços de infra-estrutura.

Sendo assim, a partir de tais conquistas materiais, das transformações urbanísticas compreendidas entre 1909 a 1940, a “Princesa do Sertão” reconstruiu seu espaço urbano de modo que os novos “símbolos do progresso” conformassem a imagem de uma cidade moderna aos olhos de qualquer visitante, rompendo com seu passado ruralista e pastoril. Vale salientar que tais modificações espaciais rumo à obtenção de cidade civilizada, moderna e progressista, se constituíram simultaneamente à intervenção nos hábitos, costumes e modos de comportamento da população, no qual este processo civilizador/ “coercitivo” procurava combater condutas e hábitos tidos como arcaicos, incivilizados e, portanto, não legítimos.

### **CAPÍTULO 3 : “NÃO ESTÁ DIREITO” – ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Segundo Michel de Certeau, diversos dispositivos escriturísticos e instituições – administrativos, políticos, médicos, jurídicos, jornalísticos, técnicos, urbanísticos – procuram restringir sobre os espaços urbanos e os corpos dos sujeitos, para que se alcance um projeto, uma determinada ordem social.<sup>109</sup> A cidade moderna se configura num espaço onde se realizam a pretensão de coligir-estocar uma população exterior e a de moldar o campo a modelos urbanos. A ação de tais dispositivos no meio urbano é do tipo estratégico. Assim entendido, as estratégias partem de um lugar, são organizadas por um tipo de poder e saber, partilham de uma visão panóptica e prospectiva. Em outras palavras, de um projeto racional e determinado objetivo, buscam criar ou controlar espaços e corpos conforme um modelo ou instituir uma padronização.

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégia” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.<sup>110</sup>

De acordo com Edson Silva ao refletir sobre a “Modernização, Sanitarismo e Cotidiano em Jacobina-BA”, as configurações materiais da cidade, construídas e reconstruídas, produzidas pelos modelos urbanos e arquitetônicos, bem como os mecanismos de ordenação dos espaços, satisfazem a uma determinada racionalidade, e remetem a uma função e intencionalidade; possuem uma eficácia, moldar de maneira a homogeneizar espaços e corpos. Em outras palavras, a forma urbana planejada e edificada de uma cidade, visível e sensível na materialidade de ruas, avenidas, praças, edificações e demais espaços,

---

<sup>109</sup> Referência à Michel Foucault, do qual Michel de Certeau era leitor.

<sup>110</sup> CERTEAU, Michel de, 2009. p. 99

assim como sistemas de normatização social, como os dispositivos jurídicos, administrativos, médicos, jornalísticos e técnicos normatizam, circunscrevem e condicionam modos de usar e viver a cidade:

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam portanto as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o “científico”.<sup>111</sup>

Desse modo, pretendemos nesse capítulo analisar as intervenções urbanísticas e os mecanismos de disciplinamento enquanto funcionais de uma estratégia de gestão da cidade. Nesta análise, consideramos as obras de modernização, as representações produzidas e as medidas sanitaristas, higienistas, identificadas através dos discursos do Folha do Norte e aliado ao código de posturas, no campo de uma estratégia de produção e gestão do espaço urbano e do corpo da população.

Para além de descrever e assinalar para as medidas de normatização e construção do espaço urbano, e as estratégias urbanísticas de gestão da cidade, com as obras de melhoramentos urbanos e disciplinamento, por exemplo, com a tentativa de se fazer cumprir o Código de Posturas Municipais, pretendemos apontar também para as diversas práticas que surgiam no espaço urbano e as maneiras de se apropriar dos lugares, práticas de reapropriação e de antidisciplina no espaço urbano construído, práticas cotidianas díspares, de manipulação, desvios, resistências esparzidas nas ruas.

Nesse sentido, Michel de Certeau nos auxilia a refletir e analisar o viver urbano assinalado pelas práticas dos habitantes, as formas como as pessoas cotidianamente consomem/usam tais espaços, especificamente os seus usos

---

<sup>111</sup> CERTEAU, Michel de, 2000. p.102

desviatórios desses espaços, à revelia das estratégias, dos mecanismos, das técnicas, da maquinaria de disciplinamento e normatização da vida social assentada na modernidade.

### **3.1 “Anti-civilidade” nas “ruas” de Feira de Santana**

Definida a priori como necessidade higienizadora, esteticista, sanitária, pensada, portanto, sob o prisma dos ideais de progresso e modernidade, tal processo na cidade de Feira de Santana deveria também se expandir para outras direções. Se por um lado, a amplitude das transformações citadinas, de modo geral, alteraram radicalmente o tecido urbanístico, por outro, tendeu a superar a dimensão material e a atingir o plano social, tratando de penetrar no próprio seio da família, discutindo a própria conduta das pessoas.

Uma mutação completa é o que se vê em toda ela. Já não há aquelas misérrimas construções mal alinhadas, algumas de suas ruas sem calçamento, avultando pelo seu numero. A esthetica da cidade melhorou consideravelmente; melhoram-se as edificações particulares, os edifícios públicos, as ruas no seu calçamento com largos passeios que permitem a arborização indispensável neste clima tórrido, os jardins de sua praças com seus coretos bem elegantes, o campo de gado, onde se realizam as feiras semanais, amplo, regularizado, arborizado.<sup>112</sup>

Fazia-se necessário também controlar o modo de vida das classes populares que com seus costumes (tidos como incivilizados) contribuía e dificultavam as aspirações do progresso. A pretendida “civilização” transfigurava-se de projeto material, encarada aqui sob o prisma da modernização/construção e higienização dos espaços físicos, em projeto cultural e social: precisava-se “limpar” a cidade dos elementos sociais e culturais que a caracterizava como lugar de miséria, pobreza e gente “inculta”, “incivilizada”.

Foi pensando em civilizar os costumes e as gentes da cidade que muitas das práticas populares passaram a sofrer censuras e a conhecer formas de

---

<sup>112</sup> Folha do Norte, 30/04/1938.

controle. Assim, a moralização e a reeducação das classes populares seriam defendidas com veemência, tendo por base os pressupostos idealizados pelas elites para a sociedade brasileira.

O jornal Folha Norte se declarava “porta-voz do discurso progressista e civilizatório”, dessa forma, classificava, repudiava e condenava práticas de costumes que iam de encontro ao projeto dito moderno, civilizador. Entretanto, as disputas entre, de um lado, as tentativas de normatização e disciplinarização do espaço urbano, que apelavam para os discursos da civilização ou da higienização, e, do outro lado, a população que resiste e continuava a “reincidir na ilegalidade” não foi tarefa fácil. Tais disputas também merecem atenção nesse capítulo.

No início do século XX era costume a criação de animais na cidade. Como as casas possuíam quintais, era normal que seus moradores, criassem galinhas, porcos, cabras, cavalos. Muitos desses animais muitas vezes andavam soltos pelo centro da cidade, sendo assim, noticiado pelo jornal como preocupação de alguns urbanistas:

### **Animaes soltos**

Continúa a vagar pelas ruas da cidade, contra expressa determinação do Código de Posturas, uma porção considerável de animaes de toda espécie, cuja acção damnnhia e maléfica ainda em local de numero passado especificamos. Contra esse grande abuso, clamamos e clamaremos com todas as nossas forças e esperamos que, quando a administração municipal que se finda já não corrija o mal, a administração futura, em que recaem as esperanças de todos, sane por completo essa falta de comprimento a lei fazendo desaparecer uma macula que emerge o alabastro do nosso crédito de povo civilizado.<sup>113</sup>

#### **Art. 135º**

Todo aquelle, que encontrar em suas terras ou plantações quaesquer animaes soltos, poderá apprehendel-os e conduzil-os ao “Depósito Municipal”, entregando ao fiscal uma nota do occorrido, com a declaração do logar e data da apprehensão, do nome do proprietário do animal, se possível, e dos estragos verificados, passando logo o fiscal a lavar o competente termo, que assignará com o conductor e duas testemunhas.<sup>114</sup>

<sup>113</sup>Folha do Norte, 17/12/1912. MCS/CENEF.

<sup>114</sup> Código de Posturas, Capítulo II, 1937.



A presença de animais soltos na rua, a vagar livremente pela cidade, inquietava àqueles que estavam preocupados com a imagem de incivilidade que esta paisagem poderia proporcionar e contrastava com o ideal de cidade que se pretendia construir. Apesar do código municipal desde o ano de 1886<sup>115</sup> apresentar sanções e multa de “dois mil réis” aos proprietários dos animais que fossem encontrados soltos, podemos perceber a inoperância da lei pela freqüência com que tal assunto é retomado pelo jornal, podendo ser constatado por meio de outro texto do referido periódico intitulado “Os logradouros públicos não são pastos”.

(...) Na madrugada de quinta-feira última foram vistos pastando na mencionada praça [Praça da Matriz] nada menos de 18 animaes! Conforme o testemunho de moradores dali que nos enviaram carta, conjuntamente com os da Praça João Pedreira, onde também perambulam animaes, damnificando o jardim iniciado na avenida Maria Quitéria, solicitando providências efficazes, por nosso intermédio. Sob as vistas de quem competir deixamos essas justas queixas que patenteãm pelo bem público.<sup>116</sup>

Questionando o problema da circulação urbana, visto a recorrência dos fatos, os dirigentes sancionam artigos no Código de Posturas que combatam ou impeçam a prática de animais soltos nas ruas.

#### Do transito publico - Da Circulação Urbana

Art. 118º - Todo animal, cavallar, muar, bovino, caprino, lanígero, suíno, canino ou de outra qualquer espécie que for encontrado a vagar pelas ruas da cidade, e das povoações do Município, será recolhido ao Depósito Municipal. O respectivo proprietário além da multa de 10\$000, será obrigado a pagar as despesas com a condução e estadia do animal, ficando ainda responsável por qualquer damno que tenha o mesmo causado.

Art. 119.º - É vedado conduzir animaes bravos, boiadas, tropas, manadas de porcos etc., pelas ruas da cidade.

Art. 120.º - É terminantemente prohibido:

- a) Correr a Cavallo e conduzir animaes em disparada pelas ruas e praças da cidade e das povoações do Município.

<sup>115</sup>Código de Posturas da Cidade Commercial de Feira de Sant'Ana 1886.

<sup>116</sup>Folha do Norte, 03/1927. MCS/CENEF.

- b) Andar a Cavallo, guiar ou reter animaes por cima dos passeios.
- c) Amarrar animaes ás arvores, aos postes, grades, gradis etc.

Pena – Multa de 20\$000 pela infração da letra a e 10\$000 pelas demais desse artigo.<sup>117</sup>

Além desse “problema”, o (JFN) de maio de 1914 apresentou a seguinte portaria:

O Intendente Municipal recomenda ao sr. Fiscal, a fiel observância do art. 20 do Código de Posturas que veda terminantemente a criação de porcos em quintaes, dentro da cidade ou te-los soltos pelas ruas, sob pena de 6\$000 de multa ou 2 dias de prisão. (...) <sup>118</sup>

Nota-se que a preocupação com a permanência de criatórios de porcos dentro do perímetro urbano é recorrente no JFN, quando em maio de 1926 foi noticiado na primeira página do jornal:

#### **Vão se desfazendo dos porcos e bacorinhos**

As fiscalizações sanitaria e municipal não tardarão em agir(...) convem ao interesse dos que os cevam ou criam em quintaes, mesmo encheirados, que se vão desfazendo delles, pois não tardarão inspecções rigorosas por parte do Saneamento Rural (...) <sup>119</sup>

A proibição da criação de animais era uma questão tão corriqueira que podemos verificar que reportagens do tipo aparecem constantemente nos jornais. Em abril de 1931 o Folha do Norte presta mais esse “bem cívico” ao informar à população sobre a ilegalidade e punição que acarretaria respaldada no Código de Posturas aqueles que descumprissem a lei:

#### **A prefeitura avisa:**

O sr. Coronel Prefeito desta cidade, avisa aos moradores do perímetro da décima urbana que, e breve dias sahirão os Fiscaes e Guardas deste município em rigorosa correição afim de observar o art. 20 do Código de Posturas relativamente a

<sup>117</sup> Código de Posturas Municipaes, Título VI, Capítulo I, pp.28-29.

<sup>118</sup>Folha do Norte, 31/5/1914. MCS/CENEF.

<sup>119</sup>Folha do Norte, 29 /5/1926. MCS/CENEF.

porcos em quintaes, medida de sanemaeto da cidade para o bem de sua população.

Assim espera ser abraçada por todos, esta medida defensora da nossa saúde actualmente em perigo. Os porcos encontrados em quintaes serão retirados e seu donos multados na forma da lei.<sup>120</sup>

Em 1913 o jornal Folha do Norte segue na linha de porta voz também dos problemas e males em Feira de Santana. Em seu artigo de 4 de janeiro o jornal noticia, “orienta” e enfatiza aos políticos do município, ainda que caminhe em direções opostas, o quanto era necessário medidas que combatessem costumes e práticas tidas como incivilizadas.

### **Repulsivo e sem classificação<sup>121</sup>**

Jovens pichando e andando sem camisa nas ruas mostrando o peitoral.

“Noticiando o facto de tal maneira, nada mais desejamos que verberar alguns péssimos costumes que insidiosamente se vão apoderando dos nossos jovens patricios, procurando reivindicar a nossa boa forma de povo moralizado e respeitador”.

Para enfatizar tais questões o Folha Norte apresenta trechos do Código de Posturas condenando tais práticas referentes aos hábitos urbanos.

#### Dos Hábitos Urbanos

Art. 144.<sup>o</sup> - Aquelle que, nas ruas, praças, logradouros e lugares públicos proferir palavras obscenas ou for encontrado na prática de actos offensivos á moral e aos bons costumes, incorrerá na multa de 10\$000, além da responsabilidade, em que incidir segundo a legislação vigente.

Art. 145.<sup>o</sup> - Nas paredes, muros, portadas ou passeios dos edifícios, quer sejam públicos ou particulares, é vedado escrever, pintar, gravar ou affixar figuras, cartazes, annuncios, inscrições ou taboletas de qualquer espécie, sem licença previa da Prefeitura, mediante requerimento da parte.

Art. 148.<sup>o</sup> - Todo individuo, de qualquer sexo ou idade, que for encontrado sem occupação ou em estado de vagabundagem, será mandado á presença da autoridade policial competente, para que esta providencie, na forma da lei.

---

<sup>120</sup>Folha do Norte, 11/04/1931.

<sup>121</sup>Folha do Norte, 4/01/1913.

Verificamos que tentativas de normatizar práticas sociais e culturais na cidade em função do projeto modernizador em Feira de Santana eram noticiadas e tais práticas eram banidas pelo Folha do Norte a todo momento. Não adiantava mudar sua paisagem arquitetônica sem mudar os costumes da população. Em fevereiro de 1919:

### **A garotagem e o football**

Chamamos a atenção da autoridade competente para a grande malha de garotos que, em todas as ruas da cidade, durante os dias, organizam as “interessantes partidas de foot-ball, produzindo uma algazarra infernal, que, quase sempre degenera em formidáveis descomposturas, pedradas, etc.<sup>122</sup> entretanto, fica claro através do art. 152º do código de posturas municipais que os jogos de foot-ball bem como as corridas eqüestres e quaesquer divertimentos quer na cidade, quer nos districtos, só poderão realizar-se nos lugares previamente designados pelo Prefeito intendente, sob pena de incorrer cada infractor na multa de 10\$000.

Ainda com tamanhas ressalvas, pois os jornais apontam que o futebol era uma prática em que os indivíduos se machucavam com freqüência e que poderia levar a morte, o futebol podia ser uma prática benquista e estimulada na cidade se fosse praticado dentro dos limites e regras estabelecidas. O improvisado nas ruas, com corpos despidos, pés descalços, algazarras, gritos, entre os praticantes (gestos comuns nessas ocasiões), merecia, por sua vez, intervenção policial, como argumentava o jornal na citação exposta. Para os gestores do periódico, defensores do uso ordenado das ruas, a prática do jogo nessas condições era inaceitável, visto que, estaria perturbando a desejada ordem da cidade.

Tal “molecagem” do futebol aliada aos “divertimentos perniciosos e praticas degenerativas” como, empinar papagaios e arraias, jogar cartas e corridas eqüestres eram consideradas perigosas para a população e os praticantes chamados de “capadócius”, “vadios”, “vagabundos”, “ociosos”, “indecentes” e “perversos”, precisavam ser controlados. Acusados de quebrar

---

<sup>122</sup>Folha do Norte, 22/02/1919.

vidraças com pedradas ou boladas, por estragar telhados e fios eletrônicos com as arraias, tais garotos, a todo o momento, faziam algazarras, proferiam palavras indecorosas e desrespeitavam as pessoas. Desse modo, multiplicavam-se nos jornais, as reclamações surgidas de diversos pontos, relativos aos prejuízos e inconveniências provocados pela molecagem, casos para os quais solicitava-se ação dos policiais e governantes. Tais cenas “só poderão realizar-se nos lugares previamente designados pelo Prefeito intendente”, mas acima de tudo, representavam o desordenamento da cidade que pretende “civilizar-se”.

No artigo titulado “Menores Viciados”<sup>123</sup>, o Jornal Folha do Norte clama às autoridades locais que tomem providências cabíveis à respeito dos “audazes vagabundos” que “estão constituindo flagrante attentado contra o renome da Feira como cidade culta e policiada”.

O consideravel o numero de menores que perambulam as ruas da cidade, vezes em bando, estacionando aqui, ahli e acolá, onde lhes parece mais propicio o sítio a prática de vícios, inclusive do jogo com moedas de nickel, no qual muitos se tem adestrado, attraindo para elles, na certeza de os espoliarem, pequenos vendedores de doces, queimados, bombons e outras guloseimas, do que resultam desfalques no producto das vendas e prejuizos ao que exploram essa pequena industria.

Há mais ainda useiros e veseiros na gatunagem, esses menores vagabundos surrupiam de cestas, bandejas, taboleiros, etc, as mercadorias expostas a venda ou as arrebatam á valentona dos vendedores mais fracos ou menos corajosos, ameaçando de espancamento os que porventura, appelem para a intervenção dos guardas.

Não está direito isso!

Dia a dia augmenta, com audácia e destemor manifestos a quantidades de taes viciados que se estão constituindo flagrante attentado como o renome da Feira como cidade culta e policiada.

A leitura que fazemos é que para o Folha do Norte, nas condições em que viviam, passando o dia inteiro em divertimentos “nocivos”, a presença dos “menores viciados” causavam uma séria apreensão: a possibilidade de que no futuro se tornassem uma ameaça social; crianças que cresciam sem educação, sem ocupação, sem qualquer controle e distantes de bons preceitos morais eram

---

<sup>123</sup> Folha do Norte, 16/04/1938.

candidatas potenciais em se tornarem adultos não habituados ao trabalho, muitas vezes entregues aos vícios e aos crimes. Vale salientar que nos jornais pesquisados, não existe menção alguma de casas ou centro de abrigo ou recuperação para os ditos menores viciados, quase sempre, é clamado à intervenção policial que expulse “toda essa gente” do centro urbano, só desta forma, a cidade voltará ser uma cidade que caminha rumo ao progresso e a civilização.

Em seguimento, 21 de julho de 1934 o Jornal Folha do Norte clama às autoridades locais que reprima rigorosamente os perturbadores noturnos com a seguinte manchete:

**A actuação moralisadora da Delegacia de Policia**

Visando o saneamento moral da celebre Rua de Cima e a repressão rigorosa dos perturbadores noturnos do silencio publico, a delegacia de Policia determinou que somente até meia noite serão toleradas descantes e danças em casas publicas e nas ruas do perímetro urbano, segundo nos foi comunicado pela mesma autoridade.<sup>124</sup>

Continua em janeiro de 1936:

**Festarolas que provocam insomnias**

Realizam-se frequentemente na Rua General Osorio, vulgarmente conhecida pela denominação de rua de Cima, bailaricos que se prolongam até alta madrugada não permitindo que durmam as famílias residentes nas imediações e nos trechos convizinhos das ruas Barão do Cotegipe e dos Remédios.

Medida salutar e proveitosa a todos seria limitar a duração de tão ruidosas festas até às 24 horas, meia-noite no máximo.

Lembramo-la a quem competir zelar pelo sossego publico.<sup>125</sup>

Existia uma vontade de disciplinarização no uso das ruas, definindo-se espaços e horários próprios para a atuação de cada classe. Buscava-se, desta maneira, evitar a disputa e o convívio simultâneo dos “diversos segmentos” nas

---

<sup>124</sup>Folha do Norte, 21/07/1934.

<sup>125</sup>Folha do Norte, 18/01/1936.

ruas, eliminando-se os perigos e os desconfortos aos quais estavam sujeitas as elites.

Em 19 de janeiro de 1935 o saneamento nos espaços tidos como particulares também passam a serem alvos dos ditames civilizatórios feirenses e assim das imposições pelo governo municipal local regressam. Vejamos:

**Pelo saneamento da cidade – Medidas higiênicas que se impõem**

A falta de higiene das nossas casas de alugueres é um facto que precisa de ser cuidado com interesse pelos srs. representantes da Saude Publica.

Vem deste desleixo ou economia dos seus respectivos proprietários a propagação entre nós assustadora de moléstias contagiosas, que vão, dia a dia, fazendo maior numero de victimas.

Cidade procurada pela salubridade do clima, que no entanto já não é o mesmo de outrora, hospeda constantemente pessoas doentes, que aqui chegam a busca de melhoras e saem pior.<sup>126</sup>

Imbuídos do discurso de atender às “necessidades recorrentes” referentes às medidas higiênicas da Habitação em Geral, foi lançado um artigo que traz à tona o seguinte:

Art. 125.º - o médico do município e seus prepostos, terão livre ingresso, mediante as formalidades legais, em todas as habitações, particulares ou coletivas, como em todos os estabelecimentos comerciais ou industriais e repartições publicas.

Art. 126.º - nos casos de oposição ás visitas sanitárias o médico noticiará o proprietário dando-lhe o prazo máximo de 24 de horas para franquear o prédio ou facilitar a visita, e, se, não for attendido, levará ao conhecimento do Prefeito que recorrerá á autoridade policial afim de que esta dê a necessária força e garantia a realização da visita.

---

<sup>126</sup>Folha do Norte, 19/01/1935.

Para além dos espaços públicos, as casas dos populares passam a ser alvo de fiscalizações e de medidas disciplinadoras, vistas como medidas higienistas e sanitaristas. Com o discurso de civilização, modernização e progresso a linha entre o público e o privado passa a ser extremamente tênue. A elite feirense vê com maus olhos os hábitos e práticas dos populares que mesmo em suas residências precisam seguir a normatização impostas por àquela, imbuídos dos discursos de “melhoramentos necessarios”. Em artigos diversos o jornal Folha do Norte apresenta seções com os seguintes títulos: “Conselhos às mães”, “Axiomas médicos”, “O que se deve comer” para ratificar qual ou quais eram as práticas a serem seguidas; o modo como toda sociedade feirense deveria se comportar.

A disciplinarização das práticas e dos costumes também se fez presente na religião em Feira de Santana. Para a elite local a religião católica era a que deveria ser reconhecida como autêntica e única a ser seguida. Segundo Eurico Alves Boaventura (2006) “a religião em Feira de Santana seguia a autêntica portuguesa transplantada para meio díspar, mas que aqui se agüentou fortemente e a que se deve seguir”, desse modo, as fontes apontam que as religiões, principalmente de matrizes africanas, eram incessantemente condenadas e assim necessitava ser combatida através de intervenção policial.

### **Contra o curandeirismo e Charlatanismo**

É de summa importância que as autoridades locais adotem medidas que combatam a pratica de curandeiros e charlatões que queiram enganar o nosso povo.<sup>127</sup>

### **Mais um candomblé na balha**

A nossa reportagem colheu informes sobre a existência de um candomblé que está sendo muito freqüentado por pessoas de todas as classes, principalmente nos dias de sabbado.

Essa “macumba” funciona sob a direcção de “Filhinha da Lagoa da Tábua”, em frente da estrada que vae para São José.

Ali os sacrificios avultam para o Gaudio do “caboclo” ou dos “encantados”.

---

<sup>127</sup> Folha do Norte, 11/07/1931



Interessaria a Polícia uma entrevista com a feiticeira.<sup>128</sup>

Na verdade, fortes críticas foram dirigidas aos hábitos e costumes populares que lembrassem ou tivessem ligação com origem africana. Naquele momento em que se nutria o desejo de “ser europeu”, havia um exacerbado sentimento de rejeição aos elementos da cultura negra, típicos de segmentos populares dos habitantes da cidade. Ensejado no discurso civilizador, do início do século XX, desaprovava-se veementemente os batuques africanos.

Os batuques identificavam-se, intimamente, ao candomblé, visto como “macumba”, pelo Folha do Norte. Podemos verificar que o Jornal provavelmente preocupado com o aumento significativo de freqüentadores, requer a fiscalização por parte dos policiais, a fim de entrevistar a “feiticeira” que dirige o terreiro.

A intolerância não ocorria apenas em relação ao candomblé. Em geral, toda e qualquer forma de religiosidade popular assentada na incorporação de entidades, nas crenças espíritas ou nos rituais mágicos eram severamente condenadas. Para qualificar tais formas religiosas, os seus opositores se serviam das designações de bruxaria, fetichismo, demonismo, charlatanismo, curandeirismo, ao mesmo tempo, acusavam-nas de pretender curas milagrosas no exercício ilegal da medicina.

No artigo “Não está direito – a rua 24 de maio não é estrada de boiadas nem pista de aeródromo”, o Jornal Folha Norte vem clamar mais uma vez medidas cabíveis para esse fato e explana de tal modo:

A rua 24 de maio vulgarmente chamada – da Aurora, com ser descalçelada é uma das artérias urbanas mais extensas, mais povoadas e em que se vêem mais crianças brincando em frente e no passeio de suas residências.

Muito concorrida, diurnamente, por escolares e menores operários, por ali, pesar da proibição em vigor, passaram a passar bovinos e muares em lotes, rumo aos curraes, ao matadouro e as feiras de animais vivos, o que constitui embaraços e ameaças aos transeuntes.

---

<sup>128</sup>Folha do Norte, 08/07/1933.

Ainda mais, rezes tem penetrado em casas de família da referida rua, causando pânico entre seus habitantes.

Não é tudo. Às noites, cyclists desabusados transformam aquela rua em pista de aeródromo não só imprimindo excessiva velocidade a suas machinas, como ainda descrevendo zigues-zagues de um a outro lado da via, disputando corridas, fechando o caminho ao competidor etc. Tudo isto concorrendo para por em risco a integridade physica e mesmo a vida do viadante incauto ou menos dextro no livrar-se de eminente atropelo.<sup>129</sup>

Fica evidente, ainda que em algumas seletas reportagens, o projeto em que o Jornal Folha do Norte lidera. Dentro de uma conjectura onde defende a implantação de uma política que agisse seja combatendo diretamente agentes naturais causadores de moléstias, seja através de reformas na estrutura física das cidades ou na implementação de uma campanha de controle e modificação dos hábitos, costumes e modos de comportamento dos habitantes da cidades (camadas populares).

Com o intuito de estabelecer um levantamento paralelo do que se obteve e o que é imprescindível para a sociedade feirense, em 1938 o Jornal Folha do Norte chama atenção para a necessidade da instrução para a cidade que se pretende ter.

### **O que temos e o que precisamos**

Quem conheceu a Feira de Sant'Anna há alguns anos passados e vem acompanhando o seu progresso iniciado na profícua gestão do ilustre varão coronel Bernardino da Silva Bahia, de saudosa memória, e seguida pelos seus não menos dedicados sucessores como foram: Agostinho Fróes da Motta, e Arnold Ferreira da Silva, deve sentir-se orgulhoso em admirar o que Ella possui de bello e encantador.

Eelegantes jardins, ruas asseiadadas e devidamente arborisadas, inclusive a Avenida Senhor dos Passos que, podemos dizer sem contestação – a melhor da urbe – onde se ergue o bello palácio da prefeitura. Temos na cidade moderno edificio, diversas casas de ensino, a Santa Casa de Misericórdia, várias igrejas.

O que de que, porem, precisamos com brevidade é que os poderes públicos tomem voltem seus olhos para a instrução do povo, o dedicado amigo da pobreza.

---

<sup>129</sup>Folha do Norte, 9/04/1938.

Sem instrução, não podemos ser um povo civilizado.

Portanto, dêem escolas aos filhos do povo, para que no futuro os mesmos possam ser os defensores da pátria.<sup>130</sup>

Civilizar era a palavra de ordem. Era, portanto, consonante a modernização, urbanização, higienização e, para além disso, a normatização e moralização dos costumes, e ações de controle social e de regulamentação dos usos dos espaços; era necessário, portanto, “instruir” o povo; oferecer-lhes educação para no mínimo poder conviver com a elite feirense e suas aspirações de cidade moderna e civilizada.

Podemos perceber que em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendido em uma reforma demolidora. De um lado, modernizar e europeizar a antiga urbe e, por outro lado, ordenar e disciplinar a população pobre.

#### **Impõe-se severo policiamento nas feiras**

As feiras que se realizam no perímetro urbano dia útil da semana no Mercado Municipal e nas praças João Pedreira e do Commercio (trecho superior), são freqüentadas por senhoras, senhorinhas e crianças que ali vão a passeio ou para effectuar pessoalmente suas compras, seguindo um antigo costume da população citadina.

Desde algum tempo, porém, as famílias estão inibidas de transitar ali, ao chegar a tarde, para evitar a audição de graçolas insulsas e indecorosas que levas de desoccupados e desclassificados dirigem com o maximo de desassombro a raparigas de sua laia que ali apparecem com flagrante desrespeito á moral publica, como aconteceu ainda na segunda feira, o que induziu um cidadão de destaque e funcionario federal a chamar attenção de policiaes para o nefasto abuso.

Taes indivíduos, sem dúvida ignorantes e viciados, costumam estaciobar horas e horas, ao longo da parede lateral do Mercado por parte da citada praça João Pedreira e seria obra de saneamento moral que a policia os escorraçasse dali, forçando-os a circular.

Ahi fica a alvitre e oxalá elle consiga ser posto em prática.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> Folha do Norte, 31/08/1938.

<sup>131</sup> Folha do Norte, 15/10/1938.

Enfim, assim como ocorria no aspecto da paisagem física, a face imperfeita do “progresso” e “civilização” de Feira de Santana, se mostrava novamente no aspecto que dizia respeito à ordem social e cultural da cidade e seus habitantes. A remodelação havia gerado uma expectativa de que não apenas as construções arquitetônicas preparassem a urbe para o “novo”, mas também as práticas e costumes dos populares. A adoção de hábitos “cultos” deveria acompanhar as remodelações na cidade e assim, os populares deveriam incorporar e acolher novos costumes.

O artigo nos permite inferir que tal projeto modernizador/normativo só lograria êxito se os populares fossem “escorraçados” do perímetro urbano, ou seja, dos lugares por onde a elite feirense freqüentava ou passava. Indivíduos “desocupados”, “desclassificados”, “ignorantes”, “viciados” precisavam ficar afastados, pois iam de encontro à moral pública e, portanto, precisavam ser coagidos pela polícia para a manutenção do processo de “saneamento moral”.

Vale salientar mais uma vez, que tal projeto modernizador almejado pela elite não foi obtido sem a existência de conflitos. Uma cidade que desejava emitir um programa civilizatório precisava garantir uma intensa transformação na sua fisionomia urbana bem como nos hábitos de sua população, que insistia em manter preservadas suas tradições ou suas formas de apropriação e representação dos espaços.

### **3.2 “Pelo progresso da cidade”: as Posturas Municipais, 1937**

A questão central para esse tópico são as relações cotidianas vistas através dos conflitos gerados pela aplicação das Posturas Municipais, buscando sempre “o ser” e não o “dever ser” nas experiências urbanas.<sup>132</sup> O Código de Posturas, de onde parte a análise, é um instrumento normativo que existe desde

---

<sup>132</sup> MATOS, Maria Izilda Santos. Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho. São Paulo: Edusc, 2002, p.34.

as Ordenações Afonsinas no Direito Português. Desde o início da colonização, esse tipo de legislação foi aplicado no modelo das Câmaras Municipais, e está intimamente ligado aos costumes: conforme fosse necessário, emendariam-se às normas existentes ou criariam-se novas para suprir as necessidades emergentes.

De tal modo, surgem essas novas estratégias de controle e fiscalização, considerando que os instrumentos legais em vigor não mais satisfaziam as “necessidades reclamadas pelo progresso da cidade”<sup>133</sup>, segundo decreta o prefeito Theodulo Carvalho, então prefeito de Feira de Santana, em 1937. Nesse ano, entra vigor no dia 29 de dezembro o novo Código de Posturas do Município, que previa entre outras questões criar uma legislação condizente e “compatível com a época presente”, visando “atender as aspirações do momento” e, principalmente, considerar “a technica moderna” favorecendo “a cidade com elementos inteiramente novos”<sup>134</sup> em substituição ao do ano de 1893. Em seu primeiro parágrafo, o Decreto, traz a evidência da suplantação do velho pelo novo, do rural, pelo urbano, do arcaico pelo moderno.

A partir das posturas municipais, os administradores buscavam regular a produção e os usos dos espaços da cidade. Segundo Raquel Rolnik (1997), a legislação urbana, definida por leis e códigos, corresponde a um modo de leitura do urbano, elaborada por um grupo social:

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937. p.3.

<sup>134</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937. p.3.

<sup>135</sup>RONILK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp, 1997.

Composto por dez títulos, o novo código estabelecia a delimitação de regras para as relações comerciais e instalação de indústrias; fiscalização, taxação e impostos; edificações e uso do solo; punição à contravenção e pequenas penas; circulação de pessoas, animais e veículos nas vias públicas da cidade e dos seus distritos; bem como regras para divertimentos, hábitos e condutas urbanas dos seus moradores e transeuntes (CÓDIGO DE POSTURAS, 1937).

Considerava-se, portanto, urgente “outorgar à cidade de Feira, um Código compatível com as exigências do seu progresso”<sup>136</sup> no sentido de resguardar e suplantar as falhas da antiga legislação considerada, nesse período, omissa aos novos direitos e deveres dos munícipes mediante o *status quo* de crescente modernidade dos costumes e das atividades econômicas, próprias das grandes cidades.<sup>137</sup>

É interessante notar que o Código de Posturas além de coibir a prática de antigas manifestações populares, atinge especialmente a figura do vaqueiro e a sua presença na cidade, bem como outras figuras populares tão comuns, ainda, à realidade urbana, como os condutores de animais e os tropeiros, marcas indeléveis do passado pastoril pelas ruas, praças e avenidas do perímetro urbano, além da disciplinarização do comportamento de ambulantes, carroceiros<sup>138</sup>. Sendo “expressamente proibida a circulação de carros de boi, pelas ruas calçadas da cidade”<sup>139</sup> fosse sob qualquer pretexto. Sobre as brincadeiras, o Código, no Art. 120 diz ser “terminantemente proibido correr a cavalo e conduzir animais em disparada pelas ruas da cidade e das povoações do Município.”<sup>140</sup>

Também promove a progressiva extinção de antigas denominações de ruas e logradouros da cidade, antes relacionadas à antiga ordem rural, como no exemplo da mudança de denominações das Ruas do Meio e Cima, Becos do Mocó, do Recreio, do Amor, da Esteira, entre outros, promovendo substituições como dos nomes da Rua dos Paiaiás para Rua Benjamim Constant, Praça do Comércio para Praça da Bandeira, em 1939. Todos os nomes supressos

---

<sup>136</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 4.

<sup>137</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 1.

<sup>138</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 10.

<sup>139</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 31.

<sup>140</sup>CÓDIGO DE POSTURA, 1937, p. 11.

estavam relacionados a fatos e particularidades regionais locais, substituindo-os por nomes que ocupavam uma tendência generalizada no país de figuras relacionadas ao cenário político nacional, como Avenida Getúlio Vargas, ou ao que concernia à história oficial, como Dom Pedro II, Marechal Deodoro e Benjamim Constant, ou datas como o Sete de Setembro ou Quinze de Novembro, todas alusivas à ordem republicana e voltada para o cenário urbano.<sup>141</sup>

Sobre a “Nomenclatura e numeração das ruas”<sup>142</sup>, fixava a competência à Câmara de Vereadores, sendo vetada a denominação das vias públicas pelos usos e costumes populares. Ao decretar a execução do novo código de posturas a administração de Dr. Theodulo Carvalho consolida a questão urbana como prioridade para a construção de uma cidade progressista. Os contornos de uma cidade “encravada” na porta do sertão, Feira de Santana, entre o Recôncavo baiano e o Sertão, através dos títulos, capítulos, secções, artigos e parágrafos voltados para toda a jurisdição municipal, com caráter extremamente disciplinador, fiscalizador e punitivo para as questões da ordem e segurança públicas; saúde pública e higiene; moral e bons costumes; disciplinarização da ocupação e construção no espaço público; comércio e indústria estavam direcionados para o controle e fiscalização da vida em comum na “zona urbana”. Como já foi mencionado, composto por dez títulos, a saber: Dos Limites do Município, Das Contravenções e das Penas; Da Zona Urbana; Do Comercio; Dos Estabelecimentos Industriais em Geral; Do Transito Publico; Da Segurança Pública e Polícia de Costumes; Da Higiene e Saúde Pública; Da Criação; Das Estradas e Caminhos; e Disposições Gerais.

Para tal objetivo, era necessário modificar as estruturas físicas da cidade com o intuito de degradar os meios de sociabilidade vinculada ao passado rural, sinônimo de atraso; e a intervenção dos costumes, hábitos e comportamentos da população não condizentes com os ideais modernizantes. Por isso, o traçado urbano deveria refletir o ideal retilíneo, quase cartesiano conforme se lê:

---

<sup>141</sup>ALENCAR, Helder. COLUNA “Pois É”. Jornal Feira Hoje. Feira de Santana, 24 fev 1973. p.2.

<sup>142</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 14.

Art. 6º - As novas ruas, avenidas e praças que se abrirem em qualquer perímetro da zona urbana, obedecerão as seguintes disposições:

- a) As ruas e avenidas serão rectas, sempre que possível e não terão menos de 11 metros e 20 de largura respectivamente.
- b) As praças deverão formar, sempre que as condições topográficas o permitirem, quadrados, rectangulos ou outras figuras regulares e symetricas, e não terão menos de dez mil metros quadrados de área.<sup>143</sup>

Tais disposições compõem o Título III – Da Zona Urbana, capítulo I – Das Vias públicas em Geral. Ainda nesse capítulo, no parágrafo único, chama a atenção para o grau de desenvolvimento local, sendo por isso “a indispensável assistência do poder público, no tocante a instrucção e higiene, o prefeito decretará a urbanização local, traçando-lhe o plano de arruamento e provendo-lhe as necessidades de ordem administrativa”<sup>144</sup>. Estabelece-se nessa perspectiva o controle do processo de urbanização de outras áreas próximas à cidade, criando “segundo a importância local” a hierarquização do espaço.<sup>145</sup>

Nesse sentido, a normatização de construções, reformas, alinhamento de passeios, segurança, estética e higiene também não foram esquecidos, mediante o controle/fiscalização que deveriam acompanhar o saber/científico e saber/disciplinador, tanto dos médicos higienistas, bem como de engenheiros e técnicos da construção civil.

Merece registro o artigo 34 previa que “Todas as praças da cidade, excepto as do Commercio e das Feiras Livres que só terão arborização, serão ajardinadas, segundo os planos dos actuaes jardins públicos”<sup>146</sup>. Tem-se como modelo os jardins públicos das principais cidades do país, em especial Rio de Janeiro e Salvador. Contudo, respeitando a tradição comercial da cidade que traz no seu nome “Cidade Comercial de Feira de Santana”, o que caracteriza uma subordinação à elite comercial local, principal provedora dos recursos financeiros do projeto da cidade progressista.

---

<sup>143</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 6.

<sup>144</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 8.

<sup>145</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 9.

<sup>146</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 13.



Não menos importante, também, preocupados com a estética arquitetônica, no artigo 72 foram “banidas do perímetro urbano da cidade, as meias-águas e as construções em forma de *chalet* ou casa de campo”<sup>147</sup>, numa referência direta à negação de tudo que lembrasse o passado rural, inclusive com a expressa proibição na cidade, nos arraiais e nos povoados do município “a pastagem de gado de qualquer espécie”<sup>148</sup>.

Mais que o progresso e afirmação urbana, era urgente a morte do passado pastoril.

---

<sup>147</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 2.

<sup>148</sup>CÓDIGO DE POSTURAS, 1937, p. 33.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de uma nova elite ligada ao comércio e desejosa em incluir-se nos liames do capitalismo que se consolidava na sociedade brasileira, anunciava os ecos de um novo tempo. Apesar da cidade de Sant'Ana, como parte das cidades brasileiras em fins do século XIX, manter fortes estruturas agrárias, a expansão das atividades comerciais e ascensão de novos grupos do poder eram muito presentes e assim, proporcionaram a construção de uma nova cidade que fosse organizada, asseada, segura, enfim, "civilizada".

Desse modo, diversas obras públicas foram elaboradas e arquitetadas na cidade: construção de pontes e estradas, construção do Mercado Municipal e transferência do Matadouro do centro da cidade para a periferia, novos parâmetros topográficos para ruas e avenidas. Paralelo a tudo isso, os mecanismos jurídicos procuraram banir certas práticas costumeiras vistas como ameaças à nova ordem moderna.

Mesmo que inicialmente, tal projeto civilizador direcionava suas atenções apenas aos problemas de estrutura e infra-estrutura, mas não tardou em se preocupar com os hábitos da população que passou a ter seus comportamentos avaliados segundo os padrões culturais exteriores às suas condições de vida e sua história. Desse modo, a "civilização" anuncia o fim da antiga sociedade e a extinção do sujeito que a representa, o Sertão e todo seu povo sertanejo.

Neste sentido, esse processo de urbanização, associou o projeto de melhoramento espacial a um mecanismo de controle social através da higienização dos costumes, que resultou em ações simultâneas em duas esferas: a pública e a privada, conseqüentemente, no modo de vida da população, que absorveu um novo modelo de convivialidade como base essencial dessa modernidade. Modelo esse de sociedade ligada ao progresso, ao moderno, ao civilizado, contrapondo, o bárbaro, incultural, incivilizado.

Vale salientar que tais mecanismos coercitivos não foram tão fáceis de ser impostos. Grande parte da população ainda mantinha práticas e costumes

que fugiam dos ditames defendidos pela elite feirense. Nesse embate, os artifícios operados por tal segmento da sociedade não logrou o êxito esperado, visto que, não se consegue mudar hábitos e costumes tão fortes em uma sociedade, características essas que marcam a cultura da cidade.

A ideia de que o “progresso” chegava à cidade em contraposição ao passado de “estagnação” e “decadência”, criada pelos editores e colunistas do Folha do Norte, delimitava uma perspectiva da história da cidade. Convinha na produção de uma escrita, de uma representação histórica, que certificava um sentido para o grupo gestor e agente da construção urbanística da cidade naqueles anos. Por outro lado, a invenção da cidade no “caminho do progresso”, formulada pela imprensa local em torno das inovações urbanísticas e técnicas, significava a visão otimista acerca do grupo gestor e promotor dos empreendimentos urbanos de modernização da cidade.

No entanto, se o progresso era associado às modificações urbanas e a promessa de produção de uma vida melhor na cidade, com a inserção de equipamentos modernos e espaços de sociabilidades, possibilitando novas experiências na urbe, no plano das relações sociais e políticas, desenvolviam práticas pautadas em concepções conservadoras.

Contudo, a instituição dessa forma de pensar e narrar a história da cidade por parte dos jornalistas, é possível que não fosse aceita de maneira passiva pela comunidade de leitores do jornal e pelo conjunto da sociedade local. Entendendo que o processo de criação e produção da cidade não era um privilégio apenas dos produtores (técnicos, administrativos, urbanísticos, jornalísticos, médicos, etc.) que buscavam instituir uma nova forma urbana específica, um modo de administrar e uma maneira de nomear a urbe, porém, um atributo também das pessoas comuns, os leitores ou ouvintes dos textos jornalísticos, atuando de maneira criativa e dispersa, podiam estabelecer deslocamentos, reelaborar e reinventar outros enunciados e práticas, enfim, construía outras narrativas urbanas e usavam a cidade de modo diferente do desenho concebido e das escritas fabricadas por gestores e jornalistas.

Este estudo visou mostrar como os ideais de progresso e modernidade foram defendidos por uma elite feirense que produzia e lia o jornal Folha do Norte entre 1909 e 1940. Este foi um jornal de opinião que recrutou colaboradores que expressassem a sua ideologia. O jornal estava engajado no campo de lutas políticas na cidade e por isso foi tribuna de propaganda de seus membros. Nesse sentido, é perceptível os embates políticos entre grupos divergentes na tentativa de apresentar ideais modernizantes e progressistas durante suas ocupações enquanto representantes políticos da cidade. Para além, nos permitiu compreender a cidade não só como mais um campo privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, principalmente, como um problema e objeto de reflexão, entendida a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.

Vale ressaltar que tais discussões não foram findadas; novas leituras, novos olhares e outras fontes poderão trazer diversas discussões a essa temática, bem como, poderão suscitar outras questões concernentes aos ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana.

## LISTA DE FONTES

### **JORNAL FOLHA DO NORTE (1909-1940)**

**Recordações e votos.** Filinto Bastos, 1917.

**CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS.** Decreto Lei n. 1 de 29 de dezembro de 1937. Arquivo Público Municipal de Feira de Santana (APMFS).

**“Poema da Feira de Santana”.** Godofredo Filho. 1926.

SAMPAIO, Theodoro. Melhoramentos. In. **COLUNA da Vida Feirense. Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1503, 30 abr 1938.

**COLUNA da Vida Feirense. Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, n. 1574. 09 set 1939. p.132.

PITOMBO, Dival. *Metamorfoses.* In. **REVISTA SERPENTINA. Feira de Santana, abr 1941.** n. 1. s.p. Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão (BSMG/UEFS).

**A canção da Cidade Amanhecete.** Eurico Alves Boaventura, 1937.

**A paisagem Urbana e o Homem.** Memórias de Feira de Santana. Eurico Alves Boaventura. Editora UEFS, 2006.

Plano do Código de Posturas da Cidade Commercial de Feira de Sant’Ana 1886.

ALENCAR, Helder. COLUNA **“Pois É”.** **Jornal Feira Hoje.** Feira de Santana, 24 fev 1973.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife. FJN, Ed. Massangna. São Paulo, 1999.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza e et al.(Org:). Cultura e Cidades. Campina Grande. EDUFCEG, 2009.

AGRA DO Ó, Alarcon. Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades – Campina Grande (1959). Campina Grande. EDUFCEG, 2006.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e casebres na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitaria. In: Cidades e experiências modernas. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. FERNANDES, Paula Rejane. (Org:).Campina Grande. EDUFCEG, 2010.p.57-84

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. AGRA DO Ó, Alarcon. (Org:). 2.ed. João Pessoa. Editora Idéia, 2005.

ARANHA, Gervácio Batista."Campina Grande na primeira metade do século XX: a cidade sob a ótica das maquinarias do conforto (pp.184-190). In: Anais do IX Encontro Estadual dos Professores de História. João Pessoa: ANPUH, PB, 2000.

ARANHA, Gervácio Batista, BRITO, Flávio André Alves. Construindo verdades verossímeis a partir das Ficções: por uma hermenêutica histórico-literária. In: Epistemologia, Historiografia e Linguagens. Gervácio Batista Aranha, Elton John da Silva Farias (Orgs.). Campina Grande: EDUFCEG, 2013, p.268.

\_\_\_\_\_. Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-ecômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese de Doutorado em História. Campinas: Universidade de Campinas, 2001.

AGAMBEN, Giorgio.O dia do juízo. In: Profanações. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo. Boitempo, 2007.p.27-30.

ALMEIDA, Claudio A. Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968. São Paulo. Atual, 1996.

ARAÚJO, J. D. de; et al. Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil. Saúde pública. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext)

ARRAIS, Raimundo. Os espaços de sociabilidade das elites natalenses. In: O Corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930. Natal. EDUFRN, 2008. p. 129-175.

BARROS, José D' Assunção. Cidade e História. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução: Jorge Hagime Oseki. In: Espaço e Debate n° 34. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo. 1991.p.39-54.

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas. Vol. I).p.91-107.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito da História. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas. Vol. I).p.222-232.

\_\_\_\_\_. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Tradução: José Martins Barbosa, Hermerson Alves Baptista. 1. ed. 3. reimp. - São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas. Vol. III).

\_\_\_\_\_. Paris, a capital do século XIX. In: Passagens. Belo Horizonte. Ed. UFMG. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.53-65.

\_\_\_\_\_. O flâneur. In: Walter Benjamin. Org: Flávio R. Kothe. Tradução: Flávio R. Kothe. Ed. Ática: São Paulo, 1985. p.44-93.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. (Org:) DEL BRENNNA, Giovanna Rosso Rio de Janeiro. Index, 1985.p. 599-611.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: Historiografia brasileira em perspectiva. Org: Marcos Cezar Freitas. São Paulo. Contexto, 2007. p. 237-258.

\_\_\_\_\_. Permanência e ruptura no estudo das cidades. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.2. N.1. 1993. Disponível em: [www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322/298](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322/298)

BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região. Salvador: Eduneb, 2009.p.15-30.

179

BUCK-MORSS, Susan. A história mítica: fetiche. In: Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens. Tradução: Ana Luiza de Andrade. Belo Horizonte. Editora UFMG. Chapecó. SC. Editora Universitária Argos, 2002.p.109-144.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BURITI, Iranilson. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico- higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: Cultura e Cidades. ANDRADE, Joel Carlos de Souza e et al.(Org:). Campina Grande. EDUFCEG, 2009.p.191- 214.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Ligia. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A operação historiográfica. A escrita da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.p.65-119.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Garlhad. 2º. Ed. DIFEL. 1988.

\_\_\_\_\_. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

CHALHOUB, Sidney: Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.



CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Org.) O Cinema e a invenção da vida moderna. Leo Tradução: Regina Thompson. 2 ed. rev. São Paulo. Cosac & Naify, 2004.

CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidade, uma antologia. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

\_\_\_\_\_. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. Proj. História, São Paulo, (18), maio. 1999.p.103-106.

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>

CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. nº 35, julho/dezembro, 2007. p 253-270.

DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas. Nino Padilha. (Org:). Salvador. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998. p.13-28.

FILHO, Severino Cabral. A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa: UFPB, 2007. (Tese de Doutorado em Sociologia).

\_\_\_\_\_. I. A cidade revelada: Campina Grande em imagens. Campina Grande. EDUFCEG, 2009.

FLUSSER, Vilém. Nossas imagens. In: Pós-História. Vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas Cidades, 1983.p.

\_\_\_\_\_. Filosofia da caixa preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento local: o caso de Jacobina/Bahia. Faculdade de Arquitetura. Salvador: UFBA 1995. (Dissertação de Mestrado). p. 79-133.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. "Fazendo Fita": cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: EDUFBA: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

FRIEDRICH, Otto. Olympia: Paris no tempo dos impressionistas. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.p.115-161.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o moderno. In: Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro. Imago, 1997. p.139-154.

HARVEY, David. . Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed São Paulo: Loyola, 2011.

LACASSAGNE, Claude-Laurence; DAVIE, Neil. Luxo, algazarra e mau cheiro. In: Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades. CHARLOT, Mônica; MAX, Roland. (Orgs:). Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Zahar, 1993.p.47-58.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão. [et al.].5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003. p.235-281.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão. [ et al.].5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003. p.525-541.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia Civilizar-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 1996. (Dissertação de Mestrado em História).

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP. Aracaju, SE. Editora UFS, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky. (Org:). 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.p.111-153.

MAGALDI, Cássia Regina Carvalho de. Entre o pensar e fazer arquitetura em Salvador na virada dos séculos XVIII e XIX. IN: FENELON, Déa Ribeiro. (Org.). Cidades. São Paulo: Olho d'água, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: História da vida privada no Brasil. Vol.3. (Org). Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.132-214.

MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. Tradução: Eveline Bouteiller Kavarama. In: Revista Projeto História. PUC. SP. N. p.107-113.

MOREIRA, Fernando Diniz. A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. In: Cidade e urbanismo. História, teorias e práticas. (Org:) Nino Padilha. Salvador. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.p.242-258.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. (Org:) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.p.156-194.

NEEDELL, Jeffrey D. Rio de Janeiro – Capital do século XIX brasileiro. In: Belle Époque Tropical – Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.p.19-73.

NISBET, Robert A. A história da idéia de progresso. Brasília: UNB, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo. 1981.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)*. Recife: UFPE, 2008. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. Revelando a cidade: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci. (Jacobina 1955-1963). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2007. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano. (Org.) Culturas Urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região. Salvador, Eduneb, 2009.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. "Canções da cidade amanhecendo": urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História, 2011. (Tese de doutorado).

PERROT, Michelle. Maneira de Morar. História da vida privada. Vol.4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. PERROT, Michelle. (Org:) Tradução: Denise Bottman; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p.284-301.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis. In: Rev. Bras. Hist. vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007. p.11-23.

\_\_\_\_\_. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre. EDUFURGS, 2002.

\_\_\_\_\_. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. Rev. Bras. de Hist. SP. V.15. Nº 29. p.24.

183

\_\_\_\_\_. A aventura da modernidade: os contraditórios caminhos do progresso. In: Exposições universais. Espetáculos da Modernidade do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p.25-41.

\_\_\_\_\_. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8. nº 16, 1995.p.279-290.

PINHEIRO, Eloísa Petti. o caso da cidade do Salvador.In: Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2.ed.Salvador : EDUFBA, 2011.p.175-266.

POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapuan, 1968.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1985.

\_\_\_\_\_. "A "nova" historiografia brasileira." Anos 90. Porto Alegre, n.11, julho de 1999. p.73-96. Disponível: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art5.pdf> .

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs:). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.p.185-202.

REZENDE, Antônio Paulo. (Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife. FUNDARTE, 1997.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. A cidade e o sanitarista imagens de um percurso. In: Proj. História, São Paulo, (21), nov. 2000.p.265-279.

RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROCHA, Amara Silva de Souza. Modernas seduções urbanas: a eletrificação do Rio de Janeiro da Belle Époque. In: Anos 90, Porto Alegre,.Nº.14, dezembro de 2000.p.202-217.

ROCHE, Daniel. Histórias das coisas banais: nascimento do consumo (séc. XVII – XIX). Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanianna. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. In: Projeto História. São Paulo. Nº18. Maio de 1999. p.91-96.

\_\_\_\_\_. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. Projeto.História. São Paulo, (18), maio, 1999.p.97- 101.

RONILK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp, 1997.

SAMPAIO, Alan; OLIVEIRA, Valter. Arte e cidade: imagens de Jacobina. Salvador: EDUNEB, 2006.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. A História do conforto na cidade de São Paulo. Revista Anos 90. Porto Alegre. Nº 14, dezembro de 2000. p. 162-183.

184

\_\_\_\_\_. Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editoria Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Vanicléia Silva. Sons, danças e ritmos: A Micareta em Jacobina - BA (1920- 1950). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo. 2001. (Dissertação de Mestrado).

SENNET, Richard. A Carne e a pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro. BestBolso, 2008.p.261-288.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: História da vida privada no Brasil. Vol. 3. (Org:) Nicolau Sevcenko. São Paulo. Companhia das Letras, 1988. p.7-48.

\_\_\_\_\_. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: História da vida privada no Brasil.Vol.3 (Org). Nicolau Sevcenko. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. p.514-618.

\_\_\_\_\_.Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

SHORSKE, Carl. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo moderno. In: Viena fin-de-siécle: política e cultura. Tradução: Denise Botmann. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/Companhia das Letras, 1988.p.43-124.

SILVA, Aldo Jose Morais. Terra de Sã natureza: a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920). Feira de Santana: UEFS, 1997. Monografia de especialização.

SILVA, Edson. Jacobina: uma cidade “progressista” e “civilizada” (1955-1963). Universidade do Estado da Bahia, Jacobina: 2012. (Monografia de graduação).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: O fenômeno urbano. Otávio Guilherme Velho. (Org:) Tradução: Sérgio Marques dos Reis. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.p.11-25.

SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda. A cidade em debate. (Orgs:) São Paulo: Editora Olho D'água, 1999.

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: Figuras de Foucault. (Org:) RAGO, Margareth; VELGA-NETO, Alfredo. 2.ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2008. p.75-85.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, nº 46, 2006.p.61-92.

SOUSA, Ione Celeste de. Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. (Org.). Populares na Cidade: Vivências de trabalho e de lazer. João Pessoa: Ideia, 2011.

\_\_\_\_\_. Territórios de confrontos: Campina Grande, 1920- 1945. Campina Grande: EDUFCEG, 2003.

\_\_\_\_\_. Cidades e experiências modernas. Campina Grande. EDUFCEG, 2010.

\_\_\_\_\_.Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos – Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPE, Recife, 2002. (Tese de Doutorado em História).

WAIZBORT, Leopoldo. A cidade, grande e moderna. In: As aventuras de Georg Simmel. São Paulo. USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, 2000.p.311-340.

VIGARELLO, Georges. O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média. Tradução: Isabel St. Aubyn. Editorial Fragmentos. Lisboa.1985.